

ANAIS 12ª EDIÇÃO

SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO

RELATOS TÉCNICOS

REALIZAÇÃO:



Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

ANAIS SEDEPEX 2020/2

RELATOS TÉCNICOS

V.04, N.01 - Dezembro/2020
Caçador-SC

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Funiarp

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs
Secretário: Claudinei Bertotto

Reitoria

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:
Prof.Dr. Jolmar Luis Hawerth
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis
Secretária Geral: Suzana Alves de Moraes Franco
Secretária Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

Coordenação Geral do Sedepex 2020/2

Me. Juciele Marta Baldissarelli

Bibliotecária

Célia De Marco

Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)
Profa. Ma. Caroline de Fátima Esperança
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferi
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn
Prof. Dr. Joel Haroldo Baade
Prof. Dr. Levi Hulse
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zamboni
Profa. Dra. Marlene Zwierewicz
Profa. Ma. Mariluci Auerbach;
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo
Profa. Ma. Suzana Alves de Moraes Franco
Profa. Ma. Talize Foppa;
Coordenadoria de Extensão, Cultura e
Serviços Comunitários: Ma. Rosana Rachinski D'Agostini.

Editores

Agcom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp

Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli
Designer: Leonardo Passarin
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

Conselho Editorial da EdiUniarp

Editor-Chefe

Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adécio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Dr. André Trevisan
Dra. Ivanete Schneider Hahn
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Dr. Joel Haroldo Baade
Dra. Marlene Zwierewicz
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha
Dr. Saturnino de la Torre
Universidad de Barcelona – ES
Dra. Maria Antônia Pujol Maura
Universidad de Barcelona – ES
Dr. Juan Miguel González Velasco
Universidad Mayor de San Andres – BO

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador

Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC

CEP: 89500-199

Tel.: (49) 3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo

Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC

CEP: 89580-000

Tel.: (49) 3561-6299

FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC). Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, 14, 15 e 16 de dezembro de 2020. Volume IV. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791

SUMÁRIO

- PAISAGISMO NO AMBIENTE ESCOLAR.....07
- SHANTALA EM BEBÊS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO: MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA.....12
- SIMPLIFICADO A CONSTITUIÇÃO, FORMANDO NOVOS CIDADÃOS.....17
- ECA NA ESCOLA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SEUS DIREITOS E DEVERES.....21
- PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE BEM ESTAR AOS IDOSOS DO LAR O BOM SAMARITANO.....26
- O CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CANAIS CIENTÍFICOS POR PARTE DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA.....35
- FARMÁCIA VERDE: OS CONHECIMENTOS ACERCA DA EXISTÊNCIA DA ETNOBOTÂNICA ACESSÍVEL À COMUNIDADE ACADÊMICA.....49
- PROJETO BRINCAR DE COMER: A ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS LÚDICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL53
- DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS.....57
- DIFICULDADES DE ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DOS CADEIRANTES NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC62
- CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS: ENSINO SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA MODALIDADE VIRTUAL E PRESENCIAL67
- PROJETO NÓS POR ELAS – ORIENTANDO RECOMEÇOS71
- A SUSTENTABILIDADE E BOAS PRÁTICAS DE IRRIGAÇÃO NA HORTA ESCOLAR.....76
- A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE(UBS'S).....81
- HORTA NA ESCOLA: E SUA IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA85
- DIFICULDADE DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS.....90

- RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBINA MOSCONI94
- UM APLICATIVO DE QR CODE PARA LEITURA DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS MEDICINAS DO HORTO FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR99
- CICATRIZES QUE PROMOVEM LUTAS – SUPERAÇÃO FEMININA106
- PROESDE' EXPERIÊNCIAS E PROJETOS ACADÊMICOS111
- DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE HABILIDADES SOCIAIS EM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS121
- O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA125
- PERFIL DOS PROFESSORES DE DANÇA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR130
- O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA138
- A POSSIBILIDADE DA REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA: OS REFLEXOS DA PANDEMIA145
- FAMÍLIA HOMOAFETIVA NO DIREITO BRASILEIRO150
- RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL APÓS A MORTE155
- A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE FEMININA NAS FAMÍLIAS DA ATUALIDADE159
- ECO BARREIRA RIO DO PEIXE – CAÇADOR-SC166
- IRRIGAÇÃO DA HORTA ESCOLAR ATRAVÉS DE ÁGUA DA CHUVA176

PAISAGISMO NO AMBIENTE ESCOLAR¹

Douglas Scolaro, douglas-scolaro@hotmail.com²
 Caroline de Fátima Esperança, caroline.esperanca@uniarp.edu.br³

Resumo – O projeto teve por objetivo a promoção da valorização e criação de um ambiente sustentável no âmbito escolar através da interação dos alunos com o meio em que vivem. A criação de jardim tem como objetivo remodelar o ambiente social natural e socializado por meio da sensibilidade da comunidade escolar, e compreender as questões ambientais na sociedade, de modo a estimular iniciativas além da comunidade onde está inserida a escola, as residências de alunos, professores e funcionários como potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à educação ambiental implementadas nas escolas. O pensamento crítico sobre o olhar do paisagismo urbano começando com a própria paisagem da escola permite trazer relevância para as comunidades escolares e cidades uma vez que as pessoas ali inseridas serão estimuladas a atuar como cidadãos no processo de busca de soluções para os problemas ambientais enfrentados pela sociedade.

Palavras-chaves: Comunidade. Educação. Meio ambiente. Relações.

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades está cada vez mais tomando os espaços das áreas verdes disponíveis e, conseqüentemente, o acesso das crianças a espaços que proporcionem contato com a natureza. Entretanto, o convívio com a natureza através de iniciativas de educação ambiental no ambiente escolar pode trazer inúmeros benefícios e ajudar na formação do indivíduo e do cidadão.

O desenvolvimento pessoal sem intimidade com a natureza não permite a percepção do papel dela para o desenvolvimento da sociedade. Cada vez menos jovens escolhem profissões ligadas aos ambientes naturais. A dissociação entre os jovens e a natureza afeta todo o sistema uma vez que as crianças tendem a cuidar somente daquilo que faz sentido para elas.

A interação entre o homem e a natureza, quando realizada de forma consciente e construtiva, gera inúmeros benefícios aos usuários, principalmente em relação a qualidade de vida. Assim, o contato com a natureza é um importante fator para o desenvolvimento das crianças, o qual pode proporcionar melhor desempenho escolar e diminuir sintomas de transtornos de déficit de atenção (MANSUR, 2016). O paisagismo escolar auxilia no processo de aprendizagem dos alunos e torna o ambiente escolar um local mais agradável, constituindo-se de uma excelente ferramenta para ações relacionadas à educação ambiental, gerando qualidade de vida para o aluno enquanto permanece nas dependências da escola (PURCENA, 2015).

Portanto, o objetivo geral do projeto é fornecer subsídios para a capacitação de estudantes e educadores na Escola Infantil Fita Bisol no município de Tangará, SC,

¹ Projeto do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC.

² Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professora, Mestra do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

para a incorporação de ações ambientais, destacando o quanto é imprescindível para todos os seres vivos, ensinando práticas de paisagismo.

A partir dessa reflexão, foram propostas atividades abrangendo diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar. Porém, em março de 2020, as atividades escolares foram suspensas por conta da paralisação da COVID-19 e, este projeto não pode ser realizado na escola. Diante disso, as atividades foram adaptadas e foi desenvolvido um material explicativo e um modelo de jardins em pequenos espaços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cada vez mais aumenta a preocupação com as questões ambientais devido a isso a promoção de ações ligadas a educação ambiental, melhora da qualidade de vida e construção de pensamento crítico ambiental torna-se necessária (SANTOS, 2014). Tal ações desenvolvidas no ambiente escolar torna-se uma ferramenta educativa que possibilita o trabalho em equipe com os alunos, através de conceitos de democracia, ecologia, o fazer sustentável, preservação da limpeza, e ainda, mantém os alunos conectados com o fazer da escola um lugar bonito e organizado, perfumado e colorido (SANATANA, 2015).

No ambiente escolar, local onde um grande número de pessoas está inserido em uma determinada fase da vida, e é um local para aprender, conectar, discutir, criar, comparar, comentar, estabelecer, propor e expandir ideias. Para a realização de projetos que visem a criação de um ambiente adequado e confortável, é responsabilidade da comunidade escolar preparar os cidadãos para uma vida social humana e harmoniosa com o meio ambiente (FAGUNDES et al., 2015). Ao redefinir o cuidado com a natureza e os humanos e outros como valores éticos políticos, a "educação ambiental crítica" afirma a ética ambiental, orienta a tomada de decisões sociais e muda estilos de vida coletivos e individuais.

No estudo de Prucena (2018) aborda educação ambiental desenvolveu além de conceitos de preservação ambiental, como a melhoria na qualidade de vida dos estudantes no ambiente escolar fornecendo condições para contribuir no aprendizado. Ligado a isso no estudo de Silva e Fogaça (2017) o projeto proporciona um pensamento crítico sobre o olhar paisagem urbana começando com a própria paisagem dentro da escola. De acordo com Silva e Fogaça (2017) o paisagismo no âmbito escolar surge de forma sustentável para promover e integrar as tentativas de minimizar o impacto humano na sociedade.

Os pátios escolares devem ser um ambiente projetado para possibilitar o ensino e aprendizagem (GAUTÉRIO; RODRIGUES, 2013). Diante disso, os jardins escolares podem promover a educação ambiental, explorar os conteúdos curriculares através da sensibilização para o estudo da problemáticas socioambientais da sociedade (NAKAMURA; BERNARDI; LAMIM-GUEDES, 2018).

Portanto, é importante desenvolver projetos para criar um local apropriado na preparação dos cidadãos com interação social humano e em harmonia com o meio ambiente (FAGUNDES et al., 2015). Para atingir com sucesso todos esses objetivos, a abordagem interdisciplinar é o método que fornece uma compreensão abrangente do conteúdo e dos métodos de pesquisa, constitui um problema, a troca de experiências entre professores e alunos e a participação da comunidade escolar. Este e outros métodos podem permitir que as comunidades colaborem para estabelecer relações entre degradação, problemas ambientais em espaços públicos e atores sociais e comportamentos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

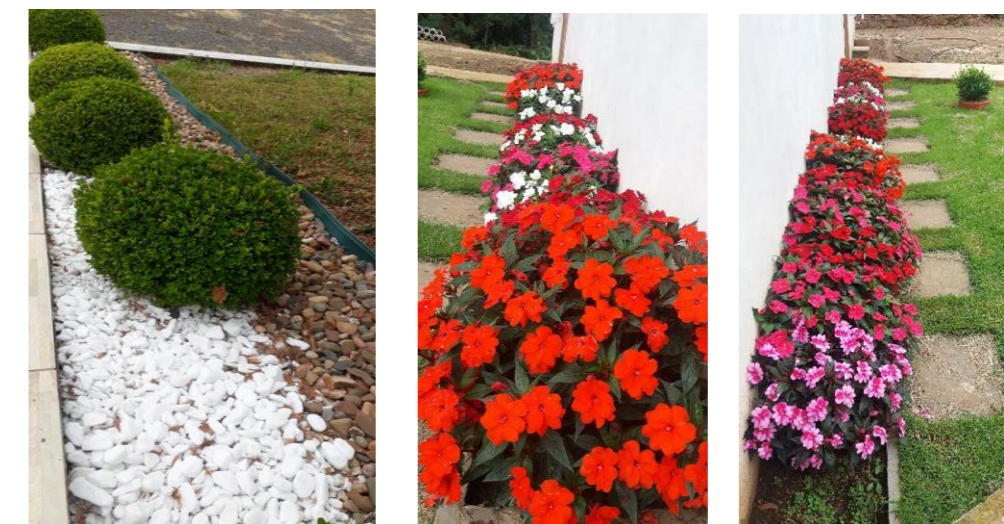
Devido a pandemia de coronavírus as aulas foram suspensas e as atividades propostas na escola não puderam ser concluídas. Entretanto, como alternativa, iniciou-se a elaboração de jardins em uma propriedade no município de Tangará. Para o planejamento de espaços verdes em áreas urbanas, algumas condições necessárias para o paisagismo são necessárias, dentre elas: fazer um memorial descritivo, verificar o papel da vegetação no embelezamento do meio ambiente, preparar o solo, aparar, irrigar e fertilizar, escolher mudas que se enquadrem no espaço disponível. Isso pode reduzir problemas na infraestrutura da área selecionada, como o crescimento excessivo de copas de árvores e raízes, ou mesmo a perda de espécies se o solo não for corrigido. Outro ponto importante é o tamanho da planta para que seja conveniente de acordo com o espaço (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Jardins urbanos em pequenos espaços. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

Figura 2 – Jardins urbanos em pequenos espaços. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

Além disso, foi construído um jardim vertical com material reciclável. Para a execução dessa atividade foram utilizados restos de madeiras de construção para montar a estrutura e copos descartáveis para colocar as plantas. Para a escolha das espécies utilizou-se duas variedades de verão (*Dianthus chinensis* - cravina e *Pelargonium hortorum* - gerânio). A proposta desse jardim foi para um espaço pequeno que pode ser fixado na parede ou muro, de acordo com o espaço disponível (Figura 3).

Figura 3 – Jardim vertical com material reciclado. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse projeto sobre paisagismo no ambiente escolar ou urbano visualizou-se que a prática de jardinagem é uma ferramenta educativa para o trabalho em equipe disseminando conceitos de democracia, ecologia, sustentabilidade e preservação. É no espaço do ambiente escolar que as futuras gerações serão construídas, iniciativas sustentáveis desencadeará nos alunos atitudes e iniciativas de cidadãos conscientes e preocupados com o meio em que vivem. O processo de jardinagem ajuda a embelezar o ambiente e a aproveitar ao máximo a imagem do espaço, podendo ser realizado de várias maneiras. Com a ajuda de flores, pequenos arbustos, folhas, grama, pequenas pedras, lagos artificiais e até mesmo o uso de materiais alternativos na produção de camas e pneus para animais de estimação, a consciência pessoal pode ser aprimorada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS

Esse projeto foi custeado pelo Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC Edital n. 029/2020.

REFERENCIAS

CUNHA, B. F. da. **Projeto horta e jardinagem na escola, semeando qualidade de vida na escola** – Universidade Federal do Pampa Campus São Gabriel. São Gabriel – 2014.

GAUTÉRIO, V. L. B.; RODRIGUES, S. C. Os Ambientes de Aprendizagem possibilitando transformações no ensinar e no aprender. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 603-618, 2013.

MANSUR, A. Estamos sofrendo o transtorno de déficit de natureza. **Revista Época**, São Paulo, p. 9, 2016.

NAKAMURA, H. K.; BERNARDI, N. S.; LAMIM-GUEDES, V. O trabalho de campo em jardins escolares. **Educação Ambiental em Ação**, v. 42, 2018.

PURCENA, L. L. A. Impacto do paisagismo no ambiente escolar do if goiano– campus avançado catalão. **Ciclo Revista**, v. 3, n. 1, 2018.

SANTANA, F. et. al. Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com - Vida na Escola: a geração do futuro atua no presente. **Rev. Bras. de Ed. Ambiental**, Cuiabá, v. 4, p. 26-32, 2015.

SANTOS, O. S. dos. **A sustentabilidade através da horta escolar, um estudo de caso - Repositório institucional da UFPB**. João Pessoa – PB. 2014.

SANTOS, S. L. S. P. Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na Promoção de Melhorias ao Ensino, à Saúde e ao Ambiente. **Rev. Eletr. do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 42-60. 2014.

SILVA, M. S.; FOGAÇA, T. K. Paisagismo com arte uma solução para o ambiente escolar em Manaus/AM, 2016. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n. 6, 2017.

SHANTALA EM BEBÊS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO: MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA¹

Gizele Locatelli, zanellagizele@gmail.com²
Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br³
Liamara Basso Dala Costa, liamara@uniarp.edu.br⁴

Resumo – A Shantala é uma massagem com algumas técnicas que cada vez mais vem ganhando espaço. O contato com a pele do bebê gera uma ligação afetiva, uma experiência tátil e muitos benefícios fisiológicos. A massagem consiste em 19 movimentos realizados pelo aplicador em todo o corpo do lactente, podendo ser aplicada desde os primeiros meses de vida e geralmente é interrompida quando a criança se torna mais ativa e menos paciente. O objetivo do presente estudo foi realizar uma experiência com os bebês do berçário I da creche municipal de Salto Veloso e analisar os resultados adquiridos através da aplicação da Shantala. Como resultados finais as professoras e atendentes da creche relataram que os bebês estão dormindo mais e mudaram seu comportamento social, estando mais relaxados.

Palavras-chave: Bebês. Creche. Massagem. Shantala. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A massagem é uma forma agradável de terapia que não necessita de grandes recursos para ser realizada, tem efeitos atenuadores relaxantes, atinge desde receptores do sistema nervoso até a melhoria da circulação, ela permite conhecer áreas conscientes de conforto e desconforto e segundo vários profissionais da saúde, o uso da massagem vem crescendo rapidamente entre bebês e crianças pequenas (GUZZETTA et al., 2011).

A Shantala é uma técnica para massagear bebês, ela chegou ao Ocidente através do Dr. Frederick Leboyer, que conheceu a técnica em Calcutá ao observar uma mãe indiana paraplégica massagear seu bebê, o médico se encantou com a força e a beleza dos movimentos de forma rítmica e ordenada, e batizou a massagem com o nome daquela mulher: Shantala (LEBOYER, 1998).

A Shantala é realizada através de um meio de deslizamento que não irrite a pele e que não tenha cheiro forte ou ruim para que o bebê não se sinta mal ao receber a massagem, tudo aliado a um ambiente tranquilo, com cores neutras e recomendado uma música tranquilizante de fundo. Na medicina atual, a Shantala surge como terapia geradora de saúde e bem-estar (CAMPADDELLO, 2000).

Segundo Domenico; Wood (2008, p. 279) “A utilização de diversas formas de manipulação de tecidos moles (massagem) em bebês e crianças tem sido descrita e realizada há vários séculos e, em algumas culturas orientais a milênios”. O uso de formas de estimulação tátil é, portanto, uma metodologia ancestral para promover o bem estar, relaxamento e desenvolvimento de bebê e crianças.

¹ Relato técnico, projeto de extensão PAEC – Programa de Apoio à Extensão e Cultura - 2020.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A correria do dia-a-dia afeta muito a parte psicológica das pessoas, fazendo com que fiquem mais estressadas e ansiosas, as crianças e bebês também são expostos a estresse e ansiedade. Há também os bebês que apresentam cólicas frequentemente, deixando-os agitados ao apresentarem sintomas. A Shantala melhora a qualidade de vida dos bebês que são expostos a esse tipo de problema, ajudando-os a relaxar e manter o funcionamento do seu corpo em homeostase (GUIMARÃES, 1997).

Os benefícios para os pais e para o bebê são: prazer, confiança, um meio de comunicação, relaxamento e incentivo por meio de contato com a pele, ajudando a desenvolver a percepção corporal e tranquilidade. A massagem fortalece os elos de afetividade e ajuda a estabelecer uma relação calorosa e positiva e pode ser feita independente da criança ter necessidade ou não (DOMENICO; WOOD, 2008).

“Benefícios emocionais são comuns, pois a Shantala alivia a tensão muscular, acalma a agitação emocional e contribui para aliviar parte da ansiedade e dos traumas associados ao nascimento” (WALKER, 2000, p. 8).

A técnica é importante em crianças nas creches, pois muitas dessas passam o dia todo longe dos pais que estão trabalhando e acabam ficando mais expostas ao estresse e ansiedade, com a Shantala ficam mais relaxadas diminuindo esses sintomas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Shantala é uma massagem para bebês praticada há mais de mil anos na Índia. Segundo Leboyer (1995, p. 29) “a massagem dos bebês é uma arte tão antiga quanto profunda. Simples, mas difícil, difícil por ser simples”.

Pesquisas e estudos sobre a Shantala mantêm um olhar científico e experimental dos movimentos e expressão corporal dos bebês através do toque com o intuito de demonstrar os benefícios motores, físicos, fisiológicos e emocionais.

De acordo com Campadello (2000, p. 22) “A técnica de Shantala é excelente para os sistemas circulatório e linfático da criança, pois ativa a circulação sanguínea local, dilatando os vasos periféricos, promovendo um melhor aporte sanguíneo e o retorno venoso do sangue das veias para o coração. Ela ajuda no fortalecimento do sistema imunológico da criança”.

A Shantala se dá pelo toque no bebê e estabelece mais uma forma de amor e carinho tornando o processo de convívio muito mais confortável e natural. Segundo Walker (2000, p. 17), “o toque constitui a primeira linguagem do recém-nascido e deve ser usado para encurtir segurança, amor e afeto”.

E os benefícios não param por aí. Pesquisas mostram que os bebês que são submetidos a sessões diárias de shantala, têm um sono mais tranquilo e relaxam com mais facilidade. Além disso, a técnica acelera o processo de maturação do intestino, o que explica o fato de a técnica ser um ótimo “remédio” para cólicas, e na maturação do tônus muscular dos bebês (CAMPADDELLO, 2020).

Para as mães, muitas vezes cansadas com a rotina do pós-parto, a massagem acaba tornando-se também um momento de relaxamento e proximidade com o bebê. Um ritual de amor e intimidade onde os dois só têm a ganhar. Segundo Guimarães (2002, p. 24) “a grande finalidade é trabalhar a relação mãe/bebê, levando ao bebê tranquilidade, segurança e autoestima”.

METODOLOGIA

O projeto envolveu aproximadamente 20 bebês matriculados na creche CMEI Nona Virginia da rede pública do município de Salto Veloso- SC.

Foram realizados dois encontros semanais nas dependências da creche no período de fevereiro e março, com duração de duas horas no período matutino, sendo realizada a massagem em dois bebês a cada dia.

Em cada encontro as manobras da Shantala com os bebês tiveram como objetivos a prevenção e tratamento de cólicas e constipação intestinal, melhora na qualidade do sono e relaxamento.

Cada aplicação de manobras da Shantala foi composta por: deslizamento em todo o corpo e nos membros separadamente, pressionamento nos membros, massagem no rosto todo com leves puxões suavemente e delicadamente nas bochechas, e torneamento dos membros.

A massagem foi realizada em um colchonete da creche, com o uso de um óleo natural para facilitar o deslizamento quando realizado com o bebê despido, dependendo da climatização do ambiente foi realizada sobre o pijama do bebê. Após realizar os movimentos, e para finalizar um alongamento sempre foi efetuado, deixando o bebê mais relaxado.

Em função da suspensão das atividades escolares presenciais devido a Covid-19, a aplicação do projeto foi interrompida. Na tentativa de dar continuidade as atividades foram desenvolvidos vídeos explicativos e panfletos, demonstrando a aplicação da massagem Shantala.

Assim, os pais puderam aprender e colocar em prática a aplicação da massagem em seus bebês neste período de isolamento social. Também no decorrer das atividades foram realizados vídeos com exercícios de estimulação precoce para que os pais em casa, trabalhassem o desenvolvimento de seus bebês, os quais relataram uma melhora funcional, no equilíbrio e movimentos das crianças.

Todo esse material foi disponibilizado nas redes sociais da UNIARP, da acadêmica e da orientadora, aumentando o alcance de divulgação das atividades oferecidas por este projeto.

Figura 1 – Shantala realizando as técnicas da massagem em seu bebê



Fonte: Leboyer, (1995).

Figura 2 – Panfleto com a explicação da aplicação da massagem Shantala - parte 1

PASSO A PASSO SHANTALA

BRAÇOS
1ª - Com uma das mãos envolva o ombro do bebê, enquanto a outra envolve o pulso. Deslize a mão que segura o ombro em direção ao pulso. Quando as duas mãos se encontram, trocam de posição; 2ª - Com as duas mãos, envolva o braquinho, como um bracelete, e suba oscilando do ombro até as mãos.

BARRIGA
1ª - Coloque uma das mãos na base do peito e deslize-a em direção ao ventre. Quando uma mão termina o movimento, a outra recomeça e assim sucessivamente; 2ª - Segure os tornozelos do bebê com a mão esquerda e mantenha as pernas elevadas na vertical. Repita o movimento anterior com seu antebraço direito; 3ª - Faça movimentos circulares ao redor da barriga com a mão direita em cima e a esquerda embaixo. Primeiro, sua mão direita faz um semicírculo a sua direita, no sentido horário. Logo em seguida, a mão esquerda faz um círculo completo, também no sentido horário.

ROSTO
1ª - Deslize os polegares suavemente, a partir do ápice do nariz, passando pelas laterais e terminando nas bochechas. 2ª - Deslize os polegares pelo rosto, partindo das sobrancelhas, contorne a boca e finalize na orelha do bebê.

PEITO
1ª - Cada mão se dirige para uma lateral, contorne os ombros e braços até terminar nas mãozinhas; 2ª - Coloque sua mão direita sobre o lado esquerdo do quadril do bebê e vá subindo até o ombro direito e vice-versa.

MÃOS
1ª - Com os polegares, abra a mão, massageando do centro da palma, na direção de cada dedo; 2ª - Envolva com seu indicador e polegar cada um dos dedinhos; 3ª - Encoste a palma de sua mão na palma da mão do bebê e massageie as costas da mão.

Ativar e Acesse C

Fonte: Locatelli (2020).

Figura 3 – Panfleto com a explicação da aplicação da massagem Shantala - parte 2

PERNAS E PÉ
1ª - Deslize sua mão da coxa em direção ao tornozelo, terminando no pezinho. Recomece o movimento sempre pela coxa; 2ª - Com as duas mãos envolva a coxa do bebê, como um bracelete e desça oscilando até os pés; 3ª - Com o seu polegar, parta do calcanhar em direção a cada dedo. Em seguida, passe a palma da sua mão na sola do pé do bebê e dê leves apertões em cada dedinho.

COSTAS
1ª - Alterne as mãos para frente e para trás, deslizando da nuca em direção às nádegas e vice-versa. As mãos sobem e descem, mantendo um ritmo lento e constante; 2ª - Segure os tornozelos do bebê com a mão direita, mantendo as perninhas esticadas e ligeiramente elevadas. A mão esquerda parte da nuca, massageando as costas e indo até os calcanhares. Para finalizar, alongue as perninhas cruzando-as - e repita o mesmo movimento com os braços.

Curso: Fisioterapia Acadêmica: Gizele Locatelli Professora Orientadora: Daniela dos Santos

IMPORTANTE: A CRIAÇÃO DEVE ESTAR DESPIDA E LOCAL AQUECIDO. O EXERCÍCIO DEVE SER REPETIDO DE 3 A 4 VEZES E EM TODOS OS MOVIMENTOS FAZ-SE O

Fonte: Locatelli (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados relatados pela professora e atendentes da creche enquanto as manobras aconteciam na creche foi de uma melhora no sono, pois os bebês passaram a dormir uma quantidade maior de tempo e observaram melhora no comportamento social, acredita-se que essa mudança de comportamento seja devido ao relaxamento provocado pela massagem. Também perceberam maior tranquilidade e confiança nos bebês para realizar outros movimentos.

De acordo com o relato da maioria dos pais, conseguiram aplicar a técnica seguindo as instruções dos vídeos e dos folhetos, e perceberam melhora na qualidade do sono, no comportamento no dia-a-dia e diminuição das cólicas intestinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possui grande relevância pois a aplicação da massagem é prática, rápida e apresenta resultados positivos a curto prazo, apesar da paralisação das atividades devido a pandemia Covid-19 os pais relataram que em casa, continuaram atingindo um bom resultado, por esses motivos, a shantala deveria ser uma prática diária nas creches, pois além de estimular, melhora o vínculo entre o bebê com quem pratica a massagem e o convívio social e humor do bebê com os colegas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/AGRADECIMENTOS

Agradeço à agência de fomento de financiamento do projeto PAEC por proporcionar essa vivência de conhecimento e novas experiências, aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar, e a minha família por estar sempre presente.

REFERÊNCIAS

CAMPADELLO, P. Massagem infantil: carinho, saúde e amor para seu bebê.

Método Shantala. 3. ed. São Paulo: Madras, 2000.

DOMENICO, Geovani; WOOD, Elizabeth C. **Técnicas de massagem de Beard**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1998.

GUIMARÃES, A. E. **Shantala, massagem terapêutica para bebês**. Fisioterapia em movimento. v. 9, n. 2, 1997.

GUZZETTA, A. et al. **The effects of preterm infant massage on brain electrical activity**. *Developmental Medicine & Child Neurology*, v. 53, p. 46–51, set. 2011.

LEBOYER, F. **Shantala: Massagem para bebês**. 7. ed. São Paulo: 1998.

WALKER, Peter. **A arte prática da massagem em bebês**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SIMPLIFICADO A CONSTITUIÇÃO, FORMANDO NOVOS CIDADÃOS¹

Thiara Zen,²

Felipe Maxwell Branco Stona, felipe.stona@hotmail.com³

Resumo – Refere-se ao programa de apoio a extensão e cultura proposta pela intuição de ensino Uniarp, realizado sob a orientação da professora Thiara Zen, sendo desenvolvido junto aos jovens vereadores e prefeitos mirins da Câmara Municipal de Caçador. Projeto com amplo foco na Constituição Federal, carta magna que gere todos os cidadãos brasileiros. O projeto teve como base para o aprendizado a Constituição em Miúdos, está realizada e desenvolvida pelo Senado Federal. Outrossim, buscou levar conhecimento para os mesmos sobre poder legislativo, executivo e jurídico, como também assuntos relacionados a cidadania, dignidade da pessoa humana e direito ao voto. Os objetivos mesmo com as dificuldades de no final se online foram todos atingidos, o qual o mais importante era o de levar os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Tratando-se da metodologia o acadêmico desenvolveu palestras vídeos e conteúdos escritos e com figuras, todos para a melhor realização do projeto ao qual foi proposto.

Palavras-chave: Constituição, formação, conhecimento e cidadania

INTRODUÇÃO

O presente trata do projeto desenvolvido juntamente à Câmara Municipal de Caçador/SC. O projeto se desenvolveu juntamente aos vereadores mirins desta cidade, os quais por um período de 02 anos, desenvolvem o projeto “Câmara Mirim”.

O projeto se desenvolveu ao longo do período através de palestras, vídeos e cartilhas. Foram discutidos diversos temas, tais como direito ao voto, dignidade da pessoa humana, divisão dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) entre outros temas. O acadêmico se utilizou da Constituição em Miúdos para desenvolver as atividades, Constituição esta disponibilizada pelo Senado Federal, de fácil compreensão e leitura, para que os jovens consigam entender de forma clara e concisa o conteúdo.

Os principais objetivos foram alcançados, os quais eram de levar o conhecimento ora aprendido na faculdade e demonstrar aos jovens que seus direitos todos estão dispostos na Carta Magna de 1988. Portanto, o objetivo apresentado no início do projeto foi totalmente contemplado, crendo que na medida do possível os jovens compreenderam que suas vidas são todas regidas pelos diversos artigos da Constituição Federal.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC - 2020

² PROFESSORA ...

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conhecer bem a Constituição Federal nada mais é do que conhecer o contrato do qual fazemos parte desde o momento de nosso nascimento. Infelizmente a taxa de analfabetismo constitucional no nosso país é ainda é muito elevada. Os deveres, ao longo da vida, o cidadão acaba por descobrir, agora, os direitos, ficam a cargo de quem? (JOCELYN, 2019).

Constituição é o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição regula e organiza o funcionamento do Estado. É a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição. Devemos sempre, preservar e resguardar a mesma, respeitando seus limites e observando as garantias nela impostas (RAMOS, 2019).

Através dos direitos adquiridos, nossa constituição narra alguns deveres essenciais, os quais são “votar para escolher nossos governantes e nossos representantes nos poderes executivo e legislativo, cumprir as leis, respeitar os direitos sociais de outras pessoas, prover seu sustento com o seu trabalho, alimentar parentes próximos que sejam incapazes de prover seus próprios sustentos, educar e proteger nossos semelhantes, proteger a natureza, proteger o patrimônio comunitário, proteger o patrimônio público e social do País e colaborar com as autoridades” (ANFELFIRE, 2015).

Busca-se também, narrar quais são os direitos fundamentais independentemente da forma em que o direito fundamental é entendido, ele deve ser necessariamente ser colocado em primeiro plano nas constituições, para que se possa ser consagrado o respeito à dignidade humana, não permitindo o abuso do poder estatal, e garantido a limitação deste poder com o fim de visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana (SILVA, 2018).

Desta feita, não poderia de citar que o projeto foi desenvolvido através dos projetos de Lei do Senador Romário e do Felipe Neves, os quais destacam as seguintes palavras “O objetivo deste projeto é expandir a noção cívica dos nossos estudantes, ensinando-lhes sobre seus direitos constitucionais, como cidadão e futuro eleitor e, em contrapartida, aprenderem sobre seus deveres. Os estudantes devem ter uma base educacional sólida para compreender a importância de ser um cidadão consciente e as consequências geradas à gestão pública ao escolher um candidato despreparado ou ficha suja” argumenta o Senador (ROMÁRIO, 2014).

A fundamentação teórica que ensejou os objetivos, o qual foi de demonstrar para os nossos jovens sobre a grande importância da constituição em nosso país. Conhecer, portanto, os direitos, é um passo de cidadania em nosso país.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido com os vereadores e prefeitos mirins da Câmara Municipal da cidade de Caçador/SC. Foi utilizado como parâmetro base do conhecimento a Constituição em Miúdos, está disponibilizada por meio eletrônico para todos.

Inicialmente o acadêmico se propôs a realização o projeto de forma presencial, com slides e ilustrações para o desenvolvimento do raciocínio, sempre realizando perguntas objetivas para testar os conhecimentos adquiridos. Com a pandemia, o

acadêmico teve que mudar para a forma online, utilizando a plataforma do *WhatsApp*, passando portando a enviar materiais para leitura, vídeos e deixando sempre espaços para perguntas que pudessem surgir ao final. Estes foram os métodos utilizados pelo acadêmico, sempre zelando pela autenticidade dos materiais apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acadêmico não se limitou as dificuldades, e foi através dos objetivos propostos quando apresentou o projeto. Inicialmente, ao perguntar sob o que seria a Constituição na visão dos jovens, as respostas todas foram sem muito sucesso, mas ao longo do tempo, as respostas foram ficando mais firmes, pois os mesmos aos poucos viriam a suma importância de conhecer seus direitos.

Poderá então o acadêmico afirmar o seguinte: Os vereadores mirins de Caçador estão aptos a responder sobre os conceitos básicos da Constituição, bem como poderão discorrer sobre seus principais direitos, tais como o da cidadania, dignidade da pessoa humana, voto e falar ao final as formas em que se regem o poder legislativo. Estes, portanto, são os objetivos atingidos, o de levar o conhecimento ora proposto no inicialmente ao trabalho de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto deve principal objetivo e intuito de levar além os conhecimentos ora aprendidos em sala de aula. Conhecer e compreender os moldes da Constituição Federal, nada mais é que exercer a cidadania, pois a mesma é quem rege e delimita as ações do povo brasileiro.

Neste viés, nada mais justo que apresentar o tema ao futuro da nação, aos jovens e adolescentes que estão sem grande desenvolvimento social, psicológico e aos poucos formando seu caráter de maneira cívica, os quais ao passar dos anos serão os novos pesquisadores, acadêmicos de nível superior e os nossos representantes frente as diversas autarquias administrativas. Foi pensando assim, que o acadêmico buscou levar o conhecimento, pensando que daqui a pouco, a sociedade possa se desenvolver por um olhar teórico, com base científica, sem preconceitos ou qualquer outro tipo de discriminação.

Portanto, finaliza destacando a grande valia do projeto, crendo que o acadêmico pode sim desenvolver um trabalho de qualidade, mesmo enfrentando algumas dificuldades tais como a do COVID-19, tendo, portanto, que mudar a forma de levar o conteúdo. Pode-se dizer que a experiência ficou marcada para todos que apoiaram e participaram ativamente do projeto.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp, por disponibilizar ao acadêmico essa experiência inesquecível, a qual o mesmo, levará para todo sempre. Após, agradecer a professora orientadora Mestra Thiara Zen, por ter confiado no projeto e ter aceito o desafio. Ao final, agradecer a diretoria da Câmara Municipal de Caçador, a qual disponibilizou do espaço físico e deu todo o apoio necessário para o projeto ser desenvolvido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10/11/2020

MATRA. **A importância de conhecer a constituição**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://matra.org.br/2011/06/13/a-importancia-de-conhecer-a-constitui-o/>. Acesso em: 01/11/2020.

RAMOS, Jefferson, **Constituição**, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/constituicao.htm

ANFELFIRE. **Deveres do cidadão**. Disponível em:

<http://www.angelfire.com/planet/multas/deveresdocidadao>. Acesso em: 10/11/2020.

JUS BRASIL. **Princípios Constitucionais Fundamentais**. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/67310/principios-constitucionais-fundamentais-e-direitos-fundamentais-na-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 10/11/2020.

ROMÁRIO SENADOR. **Constituição na Escola**. Disponível em:

<https://romario.org/noticias/projeto-de-romario-sugere-que-jovens-estudem-constituicao-na-escola/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

ECA NA ESCOLA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SEUS DIREITOS E DEVERES¹

Francis Siqueira Michalski, francismichalski81@gmail.com²

Thiara Zen, thiara@uniarp.edu.br³

Resumo – O respectivo trabalho cuida de uma temática de grande importância na seara familiar, vez que, refere-se diretamente à proteção integral infanto-juvenil, com vista a garantir uma maior efetivação aos direitos básicos de crianças e adolescentes, através de vídeos que explicam o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, ou Lei nº 8.069/90 para os alunos, pais e professores das Escolas Municipais de Calmon, Santa Catarina.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Escola; Família.

INTRODUÇÃO

O projeto é destinado às crianças e adolescentes que se encontram na rede pública de educação do Município de Calmon, bem como, aos responsáveis dos alunos, pessoas da comunidade e aos professores que optarem em participar do projeto. O projeto será desenvolvido como se fosse uma ferramenta para que a criança, o adolescente, a escola e a família possam aprender de forma dinâmica sobre a lei do ECA, extrapolando, assim, o mero 'decorar' de normas e princípios.

Nesse sentido, nosso propósito é o de despertar no aluno (e em todos os envolvidos) o interesse pelo conhecimento de seus direitos e deveres de cidadania contidos no ECA. Esse intento não visa atender apenas o aluno, mas também toda a comunidade escolar, por isso, pensou-se na ideia de:

a) apresentar uma "pedagogia ética dos direitos e deveres", problematizando os principais artigos do ECA numa perspectiva crítica, buscando entender por que eles não são efetivados;

b) disseminar, com pais e comunidade local, um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para a formação e conscientização de alunos e professores;

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

c) auxiliar os professores e alunos a refletir e contextualizar o ECA na conjuntura sócio-político-econômica do próprio país desde a sua aprovação (1990) até os dias atuais;

d) construir no conteúdo escolar do ensino fundamental princípios de uma educação voltada para cidadania, tendo como objetivo o conhecimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes dentro e fora do ambiente escolar.

CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE COMO PESSOAS EM DESENVOLVIMENTO: O PONTO CENTRAL QUE FUNDAMENTA O ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduziu mudanças significativas em relação à legislação anterior (o antigo Código de Menores, Lei 6.697/79), ao adotar a doutrina de proteção integral, afasta a antiga doutrina de situação irregular. Neste novo diploma legal, crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, substituindo a palavra “menores” por “criança” e “adolescente”, definindo de forma específica a faixa etária para cada classe, conforme previsto no artigo 2º do ECA:

Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. ⁴

Embora crianças e adolescentes gozem dos mesmos direitos e garantias fundamentais, tal diferenciação no tratamento dado a eles pela Lei 8.069/90 se faz necessária, isto porque ambos possuem capacidade de discernimento e desenvolvimento psicossocial diferentes. Para Mario Volpi (2002, p. 14), “criança e adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”. Ressalta-se ainda a explicação sobre o conceito insculpido no art. 2º do ECA, dada por João Batista Costa Saraiva

[...] Pelo novo ideário norteador do sistema, todos aqueles com menos de 18 anos, independentemente de sua condição social, econômica ou familiar, são crianças (até doze anos incompletos) ou adolescentes (até 18 anos incompletos), nos termos do art. 2º do estatuto da Criança e do Adolescente, e passam a ostentar a condição de sujeitos de direitos, trazendo no bojo desta conceituação a superação do paradigma da incapacidade para serem reconhecidos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento [...] (SARAIVA, 2010, p. 18)

⁴ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

Após a distinção dos sujeitos estabelecida no art. 2º do ECA, os arts. 3º, 4º e 5º trazem de forma aprofundada as normas no art. 227 da Constituição Federal de 1988. Vê-se:

Art. 3º ECA: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Desta forma, o artigo 3º do ECA determina a abrangência dos direitos das crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, assegurando-lhes que todos os meios previstos em Lei estarão ao seu dispor.

Já nos artigos 4º e 5º, o Estatuto especificou quais os deveres que incumbem a cada seguimento social (família, comunidade e poder público) dos quais crianças e adolescentes fazem parte, para garantir-lhes um desenvolvimento saudável e não sofrerem nenhum tipo de abuso por negligência, discriminação ou exploração, dentre outros.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Feitas essas considerações, deve-se dar especial atenção ao art. 6º, pois foi através deste dispositivo que o legislador estabeleceu que o Estatuto da Criança Adolescente deve ser interpretado e quais os critérios a serem observados, e ainda, conceituou-se claramente que criança e adolescente são pessoas em desenvolvimento.

Art. 6º Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Nesse contexto, é de vital importância entender de forma clara a preocupação do legislador em distinguir claramente crianças de adolescentes, para aplicar de forma correta as medidas previstas no Estatuto, respeitando seu objetivo primordial que é a proteção integral à criança e ao adolescente como pessoa em desenvolvimento.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa qualitativa, teórica e descritiva. Assim, foi elaborado um estudo bibliográfico a partir de uma revisão integrativa de documentos e publicações disponibilizadas no meio físico ou virtual, possibilitando a aquisição de conhecimentos sobre o tema.

O material bibliográfico pesquisado se baseou no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei nº 8.069/1990, leis anteriores e doutrinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a elaboração deste trabalho foi possível compreender que quando as crianças e adolescentes começam a entender que existe uma lei que asseguram os seus direitos, mas principalmente que além de direitos existem deveres, poderão ser cidadãos melhores.

É de grande importância a reflexão sobre os direitos e deveres na infância e na adolescência. Dessa forma, para haver o direito, é necessário cumprir com o dever. Só que deve existir equilíbrio entre os deveres e os direitos, haja vista que quando a balança pesa mais sobre um que sobre o outro, pode haver algo errado.

Aqui se faz mister uma citação do texto “Deveres e direitos na República”, de Norberto Bobbio e Maurizio Viroli, quando tratam da relação entre direitos e deveres: “[...] Sozinho, o sentimento de dever torna-se sentimento de escravidão. É virtude quando a ele se une outro sentimento, aquele do próprio direito. Então, o homem, sentindo que tem o direito, cumpre o dever” (BOBBIO; VIROLI, 2007, p. 48).

No olhar dos professores da rede municipal de ensino da cidade de Calmon/SC, o projeto e os vídeos terão um impacto positivo, principalmente no explicar que para haver direitos, antes existem os deveres.

Devido a quarentena do COVID-19, as aulas presenciais estão suspensas, e a divulgação do trabalho está sendo através do *youtube*, conversando com os

professores para ter um *feedback*, não foi possível mensurar o impacto que os vídeos tiveram nas crianças e seus pais, mas com os poucos pais que foi possível conversar, houve um retorno positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi idealizado para que as crianças, adolescentes, pais e professores tenham conhecimento de como funciona o ECA, que as crianças e adolescentes entendam que possuem direitos e que ninguém pode ultrapassar o limite do seu direito, mas principalmente os deveres, que antes do direito, vem o dever.

O intuito é existir cidadãos que saibam até onde vai o seu direito e onde começa o direito do próximo. Que antes de esperar qualquer gratificação, tenha o entendimento que existe o dever de respeitar, o dever de participar das atividades da comunidade, conhecer e as regras existentes, para que exista uma sociedade melhor e consciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil** de 05 de outubro de 1988.

BRASIL, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. **Direitos e deveres na República: os grandes temas da política e da cidadania.** Tradução Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Saraiva, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil.** Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2010.

PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE BEM ESTAR AOS IDOSOS DO LAR O BOM SAMARITANO¹

Gravações e veiculação de vídeos sobre saúde, estética e bem-estar

Ana Flávia Gomes - flagomez@gmail.com²

Juciele Marta Baldissarelli - Juciele.marta@uniarp.edu.br³

Resumo

A atividade realizada no presente projeto, trata-se de extensão. O desenvolvimento do presente projeto de extensão, tinha como objetivo inicial, difundir e atualizar conhecimentos entre o público alvo com a realização de atividades planejadas voltadas ao bem-estar e saúde do grupo de idosos do Asilo O Bom Samaritano, por intermédio da promoção de atividades de lazer, orientações, inclusão social, saúde, estética e higiene. No entanto, como fora enfrentado um período pandêmico, as atividades foram suspensas, por se tratar de idosos. Mediante a esse fator, optou-se pela realização de gravações de vídeos voltados a saúde, estética e bem-estar. Os materiais foram publicados no site e canal do YouTube da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), alcançando um público superior ao previsto inicialmente.

Palavras-chave: Saúde. Bem-estar. Estética e Cosmética. Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Embora as universidades tenham se difundido tardiamente no Brasil, os programas de extensão universitária semelhantes aos que se conhecem atualmente, se expandiram, com o comprometimento de alcançar camadas populares da sociedade, tornando-as protagonistas de uma conscientização acerca de seus direitos (GADOTTI, 2017).

Um dos eixos de importante relevância para as universidades é o de extensão universitária, ou extensão acadêmica. A partir dessa vertente, os estudantes universitários têm a oportunidade de pôr em prática os eixos de ensino e pesquisa praticados dentro das instituições em prol da comunidade externa. A extensão é o recurso que aproxima comunidade acadêmica com população geral. É por meio da extensão universitária que se fomenta os trabalhos desenvolvidos dentro de uma instituição de ensino superior e que se faz a apresentação dos resultados para a sociedade (NUNES, 2019).

Buscando atender demandas regionais, diante de assumir um compromisso de responsabilidade social, o objetivo geral dos programas de extensão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), situada no município de Caçador, no estado de Santa Catarina, é prestar serviços à comunidade. Além de integrar comunidades acadêmica e externa ao espaço universitário, o Programa de Apoio e Extensão à Cultura (PAEC) busca solucionar problemas do cotidiano social, por meio da implementação de projetos de extensão e pesquisa (UNIARP, 2020).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de pesquisa do FAP UNIARP e projeto PAEC.

² Acadêmica do curso de estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), aluna bolsista PAEC.

³ Professor meste da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), orientadora do projeto PAEC.

O tema deste trabalho é relacionado aos programas de extensão universitária, que são ações promovidas pela Universidade que aproximam a instituição da comunidade. Além disso, os programas fomentam o conhecimento adquirido e desenvolvido dentro das salas de aula pelos acadêmicos. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2019), as práticas extensionistas adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), tem pelo menos três abordagens: a assistencialista, a dimensão transformadora e serviços prestados para a sociedade que demandam da universidade. Com essas concepções ideológicas, ações transformadoras tanto no espaço acadêmico quanto na sociedade, são promovidas por meio da aplicação de projetos de extensão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Projetos de Extensão Universitária

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. As universidades são organizações que preparam pessoas para atender as demandas sociais em escalas locais e globais. Por isso, estas instituições formam profissionais pensando num bem maior e não apenas no indivíduo, mas na coletividade, ou seja, para contribuir com a sociedade em geral (NUNES, 2019).

No tripé de pesquisa, as universidades fomentam, nos acadêmicos, o entusiasmo e o dinamismo pelo conhecimento produzido por meio da busca por novos saberes além daqueles que são reproduzidos em sala de aula. Durante a história da sociedade, vários conhecimentos foram adquiridos e as universidades repassam esses saberes se utilizando o tripé de ensino, enquanto na extensão, os estudantes colocam em prática os saberes adquiridos, seja pelo pilar de ensino ou mesmo da pesquisa. Nesta etapa, é que as universidades se relacionam com a comunidade externa, oportunizando aos acadêmicos a prática de desenvolverem trabalhos em prol da sociedade e com isso, tanto os estudantes universitários quanto a comunidade acabam sendo beneficiadas pelos pilares essenciais de uma universidade (NUNES, 2019).

Na Inglaterra, país berço da Revolução Industrial, as universidades reformularam seu papel, visando atender e fornecer mão de obra para o mercado de trabalho. Ressalta-se, que neste contexto histórico, um novo modo de produção se disseminou rapidamente e, com isso, as universidades que até então atendiam a elite passaram a qualificar pessoas preparadas tecnicamente para o que então acontecia no cenário econômico industrial da época, sendo que neste pondo, o que chamamos de extensão universitária surgiu, institucionalizando-se (SOUZA 2017).

Para Souza (2017), a extensão universitária tem papel importante na sociedade, pois é um serviço prestado a comunidade que permite a troca de experiências diante das diversas realidades sociais e, por isso, a extensão universitária não tem um caráter único, o que possibilita uma cidadania múltipla e contribui significativamente no papel conscientizador de estudantes, docentes, técnicos-administrativo sobre as múltiplas facetas sociais. Diante da importância da extensão universitária, compreende-se ela como uma prática acadêmica de múltiplas funcionalidades, que assume papel de produção de conhecimento científico e cultural e que forma estudantes para a cidadania, atuando como agentes éticos na sociedade (SOUZA, 2017).

A UNIARP viabiliza, por meio dos programas de extensão, bolsas de estudos para acadêmicos inscritos e aprovados em edital que trata sobre o assunto, sendo que para conseguir a aprovação no edital, primeiramente, os acadêmicos e docentes precisam elaborar um projeto obedecendo as normativas da ABNT e a extensão universitária. Os projetos são entregues aos coordenadores de curso, que após reunião de colegiado, encaminha para o setor de Extensão, este que, a partir de uma comissão avaliadora, verificam todos os projetos e pontuam conforme as especificações previstas no edital. Quando aprovados, os acadêmicos contemplados recebem bolsa de estudos parcial equivalente ao valor de três disciplinas do curso em que encontram-se matriculados.

Os projetos aprovados no PAEC, possuem um semestre de validade podendo ser reeditados por mais um período igual. Ao final do desenvolvimento das atividades previstas no cronograma do projeto, é realizado o Seminário de Pesquisa e Extensão (SEDEPEX), em que os acadêmicos apresentam os resultados de seus projetos realizados a partir dos programas de extensão oriundos da UNIARP.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente projeto de extensão, tinha como objetivo inicial, difundir e atualizar conhecimentos entre o público alvo com a realização de atividades planejadas voltadas ao bem-estar e saúde do grupo de idosos do Asilo O Bom Samaritano, por intermédio da promoção de atividades de lazer, orientações, inclusão social, saúde, estética e higiene. No entanto, como fora enfrentado um período pandêmico, as atividades foram suspensas, por se tratar de idosos. Mediante a esse fator, optou-se pela realização de gravações de vídeos voltados a saúde, estética e bem-estar. Os materiais foram publicados no site e canal do YouTube da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), alcançando um público superior ao previsto inicialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades ao longo do ano letivo de 2020, foram desenvolvidas da seguinte maneira:

FEVEREIRO

No dia 17 de fevereiro de 2020, a acadêmica participou de uma reunião com os acadêmicos Bolsistas PAEC coordenado pela Extensão da UNIARP. Na ocasião foi explicado sobre a importância que a Bolsa PAEC possui para os alunos, universidade e comunidade envolvida. Já no dia 20 de fevereiro, a bolsista participou de reunião com a professora orientadora do projeto Prof^a. Juciele Marta Baldissarelli, para acertar de detalhes e início da aplicabilidade das atividades previstas em nosso projeto. Em dia 29 de fevereiro de 2020, a aluna participou de uma reunião com a coordenadora do Lar O Bom Samaritano, Generci Maria Gomes, ocasião em que foi acertado os detalhes da aplicabilidade do projeto. Na ocasião foi explicado sobre a importância que estas atividades desenvolvidas no lar fariam ao bem-estar dos idosos que são moradores do local. No dia 07 de março, aconteceu a apresentação do projeto ao idosos, explicando as atividades que seriam desenvolvidas, e foi dado início as atividades com embelezamento das unhas das mãos e pés. No dia 14 de março,

novamente ocorreram atividades de orientação sobre a pele da terceira idade, e também aplicação de massagem e hidratação das mãos e braços dos idosos.

O registro fotográfico abaixo, retrata o momento em que a acadêmica Ana Flávia Gomes, esteve junto ao Asilo O Bom Samaritano prestando atendimentos aos moradores do local.



MARÇO

Em função da pandemia, as atividades do projeto de extensão foram suspensas no Lar O Bom Samaritano, uma vez que havia a necessidade de isolamento social imposto pela pandemia do COVID19. Desta forma, o mês de março foi um período de adaptações, em que se planejou como seriam as ações com a nova realidade imposta. Optou-se por realizar o projeto por meio da divulgação de informações com gravações de vídeos a serem divulgados nos canais de comunicação da UNIARP. A escolha foi elaborar vídeos com temas para conscientizar as pessoas sobre a importância de alguns procedimentos estéticos e até mesmo produtos cosméticos.

ABRIL

Em mês de abril, a aluna gravou o primeiro vídeo, com a temática “A importância da hidratação das mãos em época de pandemia e uso do álcool em gel”. O objetivo central do material, foi informar as pessoas que enfrentaram problemas com a pele com ressecamento e rachaduras causados pela lavagem excessiva e frequente uso do álcool em gel. O vídeo foi publicado nos canais de comunicação da UNIARP, conforme mostra a figura abaixo. O material pode ser acessado no link:

<https://www.uniarp.edu.br/home/paec-acoes-para-ajudar-a-comunidade-na-pandemia/>



O mês de abril, foi ainda um período de adaptação e elaboração de temas que foram abordados nos meses subsequentes, com a apresentação de vídeos.

MAIO

No mês de maio, propriamente no dia 15 de maio, foi gravado um vídeo explicativo para orientar as pessoas a como identificar cada tipo de pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-video-orientativo-sobre-os-tipos-pele-e-cuidados-necessarios/>

Hoje, vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli. Vídeo orientativo sobre os tipos de pele e cuidados necessários.



Já no dia 22 de maio, foi desenvolvida uma atividade de planejamento para o próximo vídeo, que foi gravado no dia 29 de maio com a temática "Os cuidados com a pele normal". Na ocasião, a aluna demonstrou de maneira prática, os cuidados em uma modelo. O vídeo possui narrativa do passo a passo da aplicação dos cuidados

com a pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-a-pele-normal/>

Vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. Ela produziu um vídeo sobre os cuidados com a pele normal. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli.



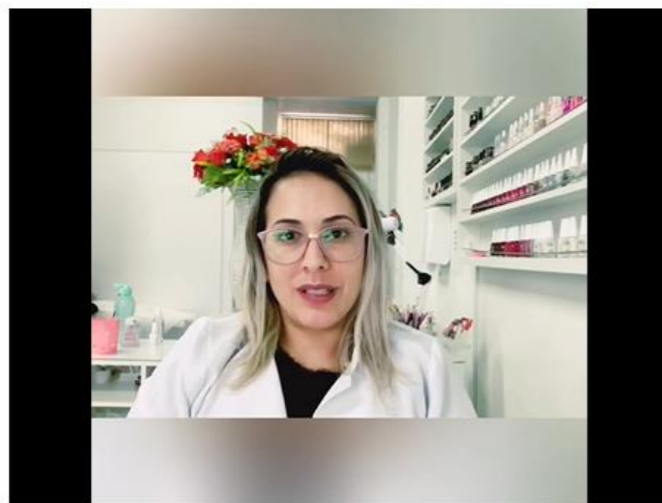
JUNHO

No começo do mês de junho, no dia 05, foi desenvolvida uma atividade de planejamento para o vídeo do mês subsequente, além da elaboração do relatório mensal para a prestação de contas das atividades desenvolvidas nos meses de maio e junho. Os estudos se concentraram em obter mais conhecimentos sobre os cuidados com a pele oleosa.

AGOSTO

No mês de agosto, a aluna executou o planejamento com a gravação de um vídeo sobre os cuidados com a pele seca. O material informativo, trouxe dicas de cuidados para minimizar problemas. Ainda, a acadêmica explicou sobre os cosméticos mais indicados para o referido tipo de pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-video-sobre-cuidados-com-a-pele-seca/>

Vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. Ela fez um vídeo onde orienta sobre os cuidados com a pele seca. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli.



Já no dia 29 de agosto, a aluna realizou a gravação do vídeo com o tema “Cuidando da hidratação dos cabelos em casa”. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-os-cabelos-em-casa/>

Acadêmicos da UNIARP, participantes do PAEC estão apresentando propostas para ajudar a comunidade diante da situação da pandemia do covid-19. São várias ações e projetos, em forma de vídeos, cartilhas e textos que visam auxiliar as pessoas, compartilhando informações.



SETEMBRO

Por fim, no mês de setembro foi destinado a atividades de planejamento para o vídeo, que teve como objetivo abordar a saúde das unhas. A aluna abordou cuidados que as pessoas podem adotar com as unhas. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-as-unhas/>

A acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Estética e Cosmética produziu um vídeo com dicas para cuidar das unhas. Ela é bolsista do PAEC. A orientadora é a professora Juciele Baldissarelli.

Acadêmicos da UNIARP, participantes do PAEC estão apresentando propostas para ajudar a comunidade diante da situação da pandemia do covid-19. São várias ações e projetos, em forma de vídeos, cartilhas e textos que visam auxiliar as pessoas, compartilhando informações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, observou-se que o setor de Extensão da UNIARP é relevante para os acadêmicos (as) e comunidade externa contemplada com os projetos. Para a entidade mantenedora do PAEC, projeto de extensão demonstram a que a UNIARP promove uma interação entre universidade e comunidade, sendo que este aspecto é de extrema relevância social, em virtude de ser este um dos principais objetivos da realização de projetos de extensão, pois a comunidade externa passa a ter acesso as ações desenvolvidas pela universidade.

Já para os acadêmicos bolsistas, executor projetos oportuniza apreender técnicas oriundas do curso de origem, tendo a possibilidade de contribuir de forma ética, profissional e com responsabilidade social para a sociedade. Utilizando essas técnicas em benefício da sociedade, percebeu-se que os cursos de graduação e o setor de extensão da UNIARP, possuem recursos humanos que podem potencializar ações sociais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As pesquisadoras agradecem pelos incentivos recebidos das agências de fomento de financiamento do projeto (PAEC e UNIEDU/SC).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/noticias/170-mec-homologa-diretrizes-nacionais-da-extensao>, - [Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018](#)- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano

Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências., acesso em: 24/08/2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire 2017. Disponível em:

<[file:///C:/Users/secretaria%20educação/Downloads/Extensão_Universitária - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](file:///C:/Users/secretaria%20educação/Downloads/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)>. Acesso em 24/08/2019 às 12:40.

NUNES, Teresa. **Ensino, pesquisa e extensão: do que estamos falando?**

Disponível em <<https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>>, 31 de março de 2019, acesso em 23/09/2019.

SOUZA, Roberto Eduardo Santos. **Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte. 2017. Disponível em:

<<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2328/1/AS%20AÇÕES%20E%20EXTENSÃO%20UNIVERSITÁRIA%20NA%20ESCOLA%20DE%20GOVERNO%20DA%20FUNDAÇÃO%20JOÃO%20PINHEIRO.pdf>>, acesso em 01/09/2019

UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **A Extensão**. Disponível em:

<<https://www.uniarp.edu.br/home/extensao/a-extensao/>>, acesso em 24/08/2020.

O CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CANAIS CIENTÍFICOS POR PARTE DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA¹

Natanael Castanha - natanaelcstna@gmail.com²

Gustavo Ferreira Jasinski - Gustavojasinski@icloud.com³

Juciele Marta Baldissarelli - Juciele.marta@uniarp.edu.br⁴

Resumo

A presente pesquisa possui como objetivo central realizar uma investigação acerca do conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, em relação a existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas. O projeto divide-se em duas etapas, sendo que a primeira está concluída e apresentada neste. Realizou-se a revisão de literatura, que teve por base, as bases de dados da SciELO, Spell e Google Acadêmico para encontrar os materiais relevantes à problemática aqui discutida. A segunda etapa do projeto, consistirá na aplicação de um questionário a ser respondido pelos acadêmicos pertencentes a Universidade estudada.

Palavras-chave: Cientificidade. Iniciação Científica. Ensino Superior. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A Iniciação Científica (IC) é um processo pelo qual, via universidade, desafia-se e disponibiliza-se um conjunto de opções à iniciação dos jovens no fazer pesquisa, produzir e socializar o conhecimento. Desta maneira, mesmo o presente projeto tratar-se de uma atividade de extensão, pode ser considerada uma maneira que promover a IC. A iniciação a que nos reportamos nesta proposta, pode ser tanto a do acadêmico universitário bolsista, quanto da comunidade escolar que será beneficiada. O ato de pesquisar requer do pesquisador uma prática científica que nem sempre se detém nas fronteiras do cientificismo. Isso significa dizer, que vai além, envolvendo ações, procedimentos e questões ideológicas, este último, é possível esbarrar na neutralidade e, também, no próprio método de investigação da realidade social. Deste modo, fazer ciência é fazer tentativas de conhecimento da verdade.

A pesquisa científica é um constante e dinâmico processo que se aproxima da busca da verdade. É isto que caracteriza o conhecimento científico como verdadeiro, “[...] todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade. Dentro do conhecimento científico há níveis maiores ou menores de aproximação da verdade” (LOWY, 2002, p. 110). Assim, o processo de construção do conhecimento científico, não se constitui numa imposição. É uma proposição que encaminha à ordenação do pensamento, ao exame mental da situação e ao tratamento sério de um determinado assunto. Abrem-se possibilidades para o um controle intencional e deliberado que introduz o eu como agente e fonte de pensamento (NEZ, 2014).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de pesquisa do FAP UNIARP e projeto PAEC.

² Acadêmico do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), bolsista FAP.

³ Acadêmico do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), bolsista FAP.

⁴ Professora mestre do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Calderón (2007) destaca que a pesquisa é um elemento inerente às atividades de ensino; articulando-se ao desenvolvimento de habilidades orientadas à procura do conhecimento. Assim, justifica-se pelos resultados que se tornam públicos e acessíveis, e pela recepção e retorno que a sociedade dá a essas reflexões. Segundo Nez (2014), a pesquisa é a “alma geratriz da universidade” (p. 25) e um dos instrumentos mais específicos de sua atuação.

Dada sua importância na formação acadêmica, é dever institucional das organizações de Ensino Superior incentivar e fomentar sua realização (GOMES; MACHADO; SILVA, 2009). No entanto, em uma sociedade capitalista, para que estas pesquisas sejam viabilizadas, faz-se necessário o apoio financeiro. Para tanto, são disponibilizados recursos aos pesquisadores, visando custear suas despesas concernentes à pesquisa, entre elas destacam-se: despesas com viagem, hospedagem, inscrição em eventos científicos, e – a principal – a Bolsa de Iniciação Científica.

Desta forma, o objetivo do presente projeto de é: Verificar qual é o conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, acerca da existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa científica

Durante muito tempo, o homem iniciou uma busca pelo conhecimento para responder às situações de seu dia a dia. Em muitas das vezes, essas explicações tinham, por base, a mitologia. Quando excluiu suas crenças e emoções para buscar por explicações mais racionais e aceitáveis, as respostas passaram a ser mais realistas, sendo inclusive mais bem aceitas pela sociedade. Essa possibilidade de entender os fenômenos fez com que surgisse a ciência (OLIVEIRA, M. F., 2011), a qual variou conforme o momento por qual passava a história humana. Por isso, é certo afirmar que a sociedade remota dela já se utilizava, tendo por intuito entender e explicar a natureza de maneira racional (SILVA, 2015).

A principal razão de ser da ciência é o potencial de fazer a diferença na vida das pessoas, já que amplia o estoque de conhecimentos (SANTOS, L. H. L., 2017). Pode-se afirmar, então, que a evolução e progresso das Ciências se dão por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas (COSTA, 2018). Isso porque, tendo por base a contribuição dos saberes e conhecimentos de outros autores referentes ao mesmo tema, em uma investigação científica, se obtém um texto final com uma colaboração considerável de ideias extraídas de diversas fontes, gerando, com isso, a produção de conhecimento (OLIVEIRA, M. F., 2011).

De alguma maneira, então, a sociedade é permeada por conhecimentos que foram sendo produzidos (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017). Com isso, nota-se que “[...] a investigação científica se coloca como fator predecessor da prosperidade de conhecimento dentro das sociedades [...] [que se moldou] ao longo dos tempos” (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018, p. 14).

Prova disso é que a produção de conhecimento que se deu, nas últimas décadas, teve um avanço considerável (PEREIRA *et al.*, 2018), considerando algumas invenções que dela se originaram, pelas quais a humanidade obteve uma vida melhor, possibilidade de ter prognósticos de fenômenos naturais, meios de educar a sociedade e desenvolvê-la (LAMANAUSKAS; AUGIENÉ, 2015),

principalmente no âmbito da saúde, uma vez as evidências nessa área foram compartilhadas por meio de publicações científicas (ASNAKE, 2015). Além disso, seja de forma direta ou indireta, as pesquisas aprimoram as tecnologias, produtos, serviços e formam profissionais melhores (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Em outras palavras, a pesquisa científica é uma atividade humana que tem, por meta, conhecer e explicar os fenômenos observados, dando respostas às questões que são feitas. O produto de tal pesquisa deve ser o de colaborar com o avanço do conhecimento humano (PRODANOV; FREITAS, 2013). De fato, o reconhecimento da importância do desenvolvimento do conhecimento científico para as nações levou ao aumento do número de cientistas, pelo mundo, bem como nas instituições que se envolvem com pesquisa (SANTOS, S. M., 2015).

A redação de um texto científico se difere em relação a outros tipos de materiais, como os jornalísticos, publicitários e literários. Alguns dos princípios que regem a escrita de um texto científico são a objetividade, coerência, clareza, precisão, imparcialidade, uniformidade e conjugação verbal (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017). Para atingir ao proposto, o pesquisador se utiliza do conhecimento até então obtido e manipula diferentes métodos e técnicas para obter o resultado que espera encontrar (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O método científico com que a pesquisa é realizada permite alcançar o conhecimento científico, sendo este definido como o “[...] estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas [...]” (OLIVEIRA, M. F., 2011, p. 7). Pode-se relacionar a “[...] metodologia com o ‘caminho de estudo a ser percorrido’ e ciência com ‘o saber alcançado’ [...]”. Sendo assim, entende-se que “a metodologia científica é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento [...]” (PRAÇA, 2015, p. 73).

Os métodos podem variar de uma pesquisa a outra, dependendo da área em que será aplicada. Em outras palavras, a pesquisa assume diferentes categorias, que variam conforme os objetivos, natureza e objeto de estudo, ao passo que as técnicas de pesquisa também se dividem entre a forma com que os dados serão colhidos e como serão analisados. As etapas de uma pesquisa científica incluem a escolha do tema, formulação do problema, definição de objetivos, justificativa, metodologia, coleta de dados, interpretação dos mesmos e conclusão a partir dos resultados obtidos (OLIVEIRA, M. F., 2011).

Com isso, percebe-se que “a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação”. Tem, por objetivo, descobrir respostas por meio de um método científico. A pesquisa, para ser realizada, precisa ter um problema que até então não conta com um conhecimento que lhe dê uma resposta adequada. Para solucioná-lo, são levantadas hipóteses que podem ser respondidas ou não. Por vezes, até mesmo criam-se outras teorias, a partir dos fatos observados (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43).

Não são muitas as pessoas que se tornam pesquisadoras, pelo contrário, uma minoria, em cada área da ciência, se dedica a fazer pesquisa. Portanto, o progresso da ciência se deve à essa pequena parcela que busca por conhecimentos de caráter original, mesmo que isso signifique renunciar às vantagens econômicas de sua profissão (SILVA, 2015). Por vezes, há colaboração científica entre pesquisadores, a qual tende a beneficiar os países envolvidos, as instituições em que os pesquisadores estão vinculados e a comunidade científica, até porque os recursos físicos, financeiros e intelectuais são compartilhados (SANTOS, S. M., 2015). Quando a pesquisa ocorre

nas instituições de ensino, por exemplo, pode-se afirmar que elas impulsionam o desenvolvimento e aprimoram as habilidades daqueles que as realizam (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Nesse sentido, é preciso empenho por parte do pesquisador, que dele requer “[...] imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 45). Para aqueles que desejam se inserir no mundo científico, é preciso que tenham paciência, persistência e força de vontade, considerando as dificuldades e obstáculos que surgem durante o desenvolvimento de seu trabalho científico (SILVA, 2015).

O sistema de produção científica inclui as bibliotecas, as bases de dados, os comitês editoriais e avaliadores, as editoras, as sociedades científicas (DROESCHER; SILVA, 2014) e as revistas, nas quais geralmente são publicadas as pesquisas, pelas quais são divulgados à comunidade os resultados que delas foram gerados. Essa divulgação permite que outros se utilizem dessas pesquisas para avaliá-las sob sua perspectiva, ao passo que os pesquisadores se usam desses meios para circular e tornar visíveis os resultados que obtiveram a partir de seu trabalho, direcionando-os à sociedade. Embora os números de produção científica tenham aumentado, nos últimos anos, é preciso considerar a qualidade dessas publicações. Nesse sentido, a revista, para manter um alto nível de publicação e garantir a qualidade do que é publicado, precisa apresentar rigor em seus critérios de submissão (BROFMAN, 2012).

Por isso, é importante ressaltar que a divulgação científica não se restringe à comunicação de conhecimentos científicos, porque ela assume uma importante função no que se refere à construção da imagem pública da ciência. Por vezes, a forma com que a ciência é divulgada pode comprometer como o cidadão vê as questões sócio-científicas, bem como seu interesse em se dedicar a ela (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016).

Isso se deve ao fato de que a divulgação científica pode ser utilizada indevidamente, ou de maneira descuidada, fazendo com que haja um impacto negativo na população. Embora a divulgação científica aproxime a ciência da população, é preciso considerar que quem a divulga, geralmente, não tem acesso direto às pessoas, não tendo, portanto, uma resposta direta do público. Ademais, não tem como prever como aquilo que produziu será utilizado (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016). De fato, um dos deveres éticos do cientista é atentar-se à qualidade científica dos resultados que expõe em seu trabalho de pesquisa. Isso porque, quando se lê ou toma conhecimento de um trabalho com esse rigor, se pressupõe que os cientistas não só seguiram os procedimentos adequados, como também os relataram devidamente, junto aos resultados (SANTOS, L. H. L., 2017).

Nesse sentido, os pesquisadores devem ter preocupação com uma comunicação eficaz sobre o que produzem (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016), inclusive porque a escrita de trabalhos de fato relevantes pode tornar um pesquisador renomado, enquanto a ciência terá ganhos devido aos novos conhecimentos obtidos (SILVA, 2015).

Quem também se beneficia com as pesquisas científicas é a sociedade, que terá um melhor padrão de vida a partir de tais conhecimentos (SILVA, 2015), embora, por vezes, as mesmas não sejam por ela reconhecidas, já que dificilmente as pessoas visualizam as consequências que elas lhes trazem (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Assim, fica evidente que são vários os benefícios obtidos ao se realizar pesquisa científica (PRODANOV; FREITAS, 2013), dentre os quais destacam-se as

múltiplas competências proporcionadas aos pesquisadores e os próprios resultados que dela se originam, uma vez que estes podem aprimorar as relações sociais, o mercado e as metodologias que são aplicadas nas instituições de ensino (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Em outras palavras:

[...] a pesquisa científica se apropria da habilidade em fazer evoluir a ciência, [enquanto] o ato de pesquisar proporciona ao pesquisador [...] experiências que o levam a alcançar, desenvolver e aprimorar competências de caracteres múltiplos, notáveis por contribuir para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018, p. 3).

Portanto, são muitos os motivos que levam à escrita de um trabalho científico, em especial a pesquisa, sendo que alguns deles são concernentes à obtenção de uma qualificação profissional, para ter certificação em algum campo de conhecimento e adquirir reconhecimento em determinada área, seja para o indivíduo que a escreveu, para a instituição em que atua ou, até mesmo, para a região e país objeto de seu estudo, já que a publicação pode ter alcance internacional (ASNAKE, 2015).

A pesquisa científica no ensino superior

Foi a partir do século XIX que a universidade passou a ser espaço de produção de conhecimento, no mundo, de forma que a ciência se tornasse essencialmente acadêmica (SANTOS, S. M., 2015). No Brasil, a inserção da pesquisa nas universidades se deu em 1931, embora o avanço da ciência tenha se dado com maior ênfase quando na Segunda Guerra Mundial, em 1945 (BRIDI, 2015). Na década de 80, a formação científica se resumia praticamente à disciplina de metodologia científica, tendo pouco espaço para adentrar à pesquisa de fato ou à Iniciação Científica (IC) (MATOS, 1988 *apud* OLIVEIRA, A. M., 2013).

Sendo assim, o ensino superior se tornou, no Brasil, quase que exclusivamente profissionalizante, estando pouco relacionado à pesquisa. Isso se deve, em parte, à sua formação tardia no cenário no país, uma situação que se reflete até atualmente, já que são poucas as instituições que associam ensino e pesquisa (BRIDI, 2015). Contudo, as que mais investem em pesquisa são as públicas, principalmente as universitárias (OLIVEIRA, A. M., 2013).

De qualquer modo, geralmente é na universidade que o aluno vai ter contato com o mundo científico (PRAÇA, 2015; AMORAS; AMORAS, 2016), sendo a principal responsável da inserção das pessoas nesse meio, seguida dos livros didáticos e salas de aula (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016). Geralmente essa introdução do aluno ao mundo científico se dá pela IC, motivo pelo qual é preciso que as Instituições de Ensino Superior (IES) contemple, em suas práticas acadêmicas, a pesquisa científica (BRIDI, 2015).

Inclusive, considerando as muitas IESs, no Brasil, é importante destacar a importância que a pesquisa tem, nesse meio (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012). Prova disso é que é na educação superior onde se tem a oportunidade de estreitar a relação entre as ações acadêmicas e a sociedade e, por isso, os alunos que nela estão inseridos precisam desenvolver habilidades por meio do conhecimento, mostrando-se profissionais responsáveis e agentes de mudança no âmbito social (FREITAS, 2012).

Isso pode ser corroborado pelo fato de que “[...] a prática da pesquisa assume papel pedagógico com possibilidade de desenvolvimento de habilidades variadas, mediante a apreensão de teorias, metodologias e de postura investigativa que

contribua para a formação do pensar científico de alunos de graduação” (OLIVEIRA, A. M., 2013, p. 80).

Erdmann (2016) complementa, ao mencionar que o discente, para que se mantenha em evolução, precisa ser capaz de ler, escrever e publicar seus conhecimentos e experiências por quais passou. Se destacar no mundo do conhecimento, se manter atualizado e em contínua revitalização é, em parte, fruto da valorização e participação das publicações científicas, sendo estas uma parte da formação e atuação do profissional.

Sendo assim, para que o aluno tenha uma formação completa, quando no ensino superior, é essencial que este tenha uma formação voltada à ciência. Isso porque o mesmo obtém uma base conceitual sólida, passa a assumir uma postura investigativa crítica, começa a dominar os mecanismos que validem teorias e consegue construir o conhecimento nos campos profissional e da pesquisa (OLIVEIRA, A. M., 2013).

Nesse contexto, as pesquisas científicas são exigidas aos graduandos, pós-graduandos (COSTA, 2018) ou até mesmo aos que estão fazendo cursos de extensão. Enquanto os graduandos desenvolvem uma monografia ou participam de Programas de IC, os pós-graduandos desenvolvem um projeto de especialização ou projeto para ingressar nos cursos de mestrado ou doutorado. Os professores também realizam pesquisas científicas, quando estes desenvolvem projetos de pesquisa para apresentar às agências de fomento, tendo por intuito solicitar recursos financeiros (OLIVEIRA, M. F., 2011). Prova disso é que o docente é considerado um constante pesquisador e, nesse sentido, também ele pode ser o elo entre a pesquisa e o pesquisar, aquele que incentiva a leitura, escrita e curiosidade entre seus alunos, tornando-os igualmente pesquisadores (NERVO; FERREIRA, 2015).

A diferença entre os tipos de pesquisa consiste-se no grau de originalidade, profundidade que o estudo terá e a criatividade para sua dissertação. Enquanto na graduação geralmente as pesquisas se mostram mais acadêmicas e bibliográficas – nas quais se cobra mais os procedimentos realizados do que os resultados obtidos –, na pós-graduação se elabora uma tese a ser defendida (COSTA, 2018). Contudo, ressalta-se a lacuna que a pesquisa tem entre os cursos de graduação e pós-graduação: as grades curriculares dos cursos de graduação são pouco ou nada compostas de pesquisa, ao contrário das de pós-graduação (BORGES-ANDRADE *et al.*, 2015). De qualquer maneira, em ambos os casos, o conhecimento acontece porque o aluno transita pelos caminhos do saber, tendo o conjunto ensino/aprendizagem como protagonista (PRAÇA, 2015).

Segundo Praça (2015, p. 76):

A prática da pesquisa científica na Universidade caracteriza a vida intelectual do estudante e atua como instrumento incentivador no uso da reflexão crítica e construtiva. Esta nova realidade em que o aluno se encontra, exige dele um maior empenho e determinação, uma vez que as exigências e responsabilidades exigidas nesta etapa da vida acadêmica superam suas experiências escolares anteriores.

De fato, a pesquisa é importante, quando na graduação, porque para o aluno há integração entre teoria e prática e, ainda, consegue desenvolver um pensamento crítico para exercer em sua profissão (OLIVEIRA, A. M., 2013). Prova disso é que, quando os estudantes realizam pesquisa científica, quando em sua formação acadêmica, estão em grande parte preparados para o mercado de trabalho, além de obterem maturidade profissional precocemente e se destacarem entre os demais

alunos, quando na tomada de decisão (PRAÇA, 2015). Isso porque seu conhecimento concernente às ferramentas de que se utiliza para a pesquisa científica se mostra um diferencial, quando no mercado de trabalho (DUMER *et al.*, 2018).

Isso pode ser corroborado pelo fato de que a prática da pesquisa científica contribui, de maneira considerável, para o desenvolvimento profissional dos alunos: a partir do conhecimento obtido na universidade de como realizar pesquisas, os resultados que delas se originaram podem ser aplicados em sua vida profissional (LAMANAUSKAS; AUGIENĖ, 2015). Sendo assim, nota-se que o discente enriquece sua formação acadêmica ao produzir conhecimento por meio da pesquisa científica. Isso se dá pelos conhecimentos que adquire, durante seu desenvolvimento, como também pela metodologia que utiliza para fazer a investigação (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por outro lado, quando as regras e passos metodológicos da pesquisa científica são de conhecimento do aluno, nele se desenvolve um hábito que o acompanhará pela sua vida: passará a ter prazer pela leitura e adotará um espírito crítico maduro. Ademais, a disciplina contribui para que o discente adote uma postura de cidadão, livre e responsável, já que o auxilia a “[...] administrar suas emoções, a exercitar o bom senso e a enfrentar desafios na conquista de suas metas” (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015, p. 7.489).

Além disso, a contribuição de uma pesquisa científica ao estudante concerne sobre a formação de uma consciência crítica, bem como de obter um espírito científico, já que as observações, análises e interpretações levam o aluno a uma reflexão crítica. A edificação desse espírito e seu aprimoramento se dão de maneira constante, durante sua vida universitária. O exercício da pesquisa na vida acadêmica desperta, no aluno, o espírito de investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ademais, a pesquisa científica extrapola os resultados de um trabalho científico de caráter estudantil, uma vez que seus benefícios podem se estender à sociedade, isto é, ao bem comum. Isso porque o papel das universidades não se restringe à formação de profissionais: sua função também é de formar pessoas mais preparadas para atuar em sociedade, na qual direcionam seus conhecimentos (PRAÇA, 2015). Um exemplo disso é a difusão dos trabalhos acadêmicos – e seus resultados – ao grande público, de forma que os pesquisadores podem contribuir com a sociedade (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

A dificuldade de graduandos com a pesquisa científica

Mesmo que sejam várias as dificuldades por quais passam os discentes de ensino superior, ao longo do curso, as mesmas se evidenciam no último ano de graduação, já que precisam elaborar textos científicos, mas desconhecem as formas de fazê-los, como por exemplo, a respeito de como se dá seu desenvolvimento, da estrutura que deve apresentar, do padrão de redação, dos procedimentos para referenciar as fontes utilizadas, de como selecionar as obras e organizá-las, de como construir o texto com citações – e quais os critérios de escolhê-las (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015) –, escolher o tema e até mesmo para confeccionar a conclusão, a partir dos resultados que encontraram durante seu desenvolvimento (PRAÇA, 2015).

No intuito de dirimir tais dificuldades, as universidades implementaram, em sua grade curricular, a disciplina de metodologia científica, ministrada logo nos primeiros semestres de curso. Esse processo conta com o auxílio inclusive de professores, que, além de ajudarem o aluno, acabam aprimorando suas competências. Ao aluno, cabe usufruir da pesquisa científica realizada para crescer profissionalmente e adquirir

conhecimento de maneira significativa. Em conjunto, ambos atuam para a resolução dos problemas que surgem durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como para corrigir eventuais erros (PRAÇA, 2015). Quando se compreende a metodologia de um trabalho com esse rigor, a investigação científica se torna algo mais fácil e prazerosa (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

Para Oliveira e Valença (2015, p. 7.486):

[A disciplina de metodologia científica] [...] é essencial para o desenvolvimento de um trabalho científico, pois é nesta que os acadêmicos precisam saber realmente o que é e como se faz trabalhos, artigos e projetos, onde o papel do professor neste momento é o de orientar, ensinar, trabalhar de forma clara e objetiva com seu aluno, tendo uma linguagem que pode mudar a conduta do estudante frente as etapas que irão surgir.

Sendo assim, um desafio inicial com que o aluno se depara é o de escolher o tema de um trabalho científico, já que este precisa empolgá-lo. Isso porque os resultados obtidos podem se mostrar indesejáveis se as hipóteses inicialmente levantadas não foram bem formuladas. Ao tentar melhorá-las, pode haver retrabalho e perda de tempo por parte do pesquisador, o que pode levá-lo a abandonar a pesquisa (SILVA, 2015) e, até mesmo, o curso. Algumas de suas justificativas é de que o professor mostrou descaso diante de suas dificuldades nos trabalhos acadêmicos e por desacreditar de suas capacidades (FREITAS, 2012).

Além disso, os trabalhos acadêmicos geram, nos alunos, angústia e uma visão de que são como obstáculos que têm de ser ultrapassados para obterem nota (FREITAS, 2012). A monografia é um exemplo disso, já que, para o discente, trata-se geralmente de um trabalho enfadonho, difícil de ser realizado e desnecessário, sendo poucos os alunos que reconhecem em tal atividade uma oportunidade de praticar pesquisa, iniciar ou se aprofundar na vida científica (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por vezes, a dificuldade do aluno consiste-se em passar ao trabalho a ideia que até então está pensando transmitir, ou seja, tem problema em estabelecer uma relação confiável entre o que quer apresentar e o que está escrevendo (PRAÇA, 2015). Por outro lado, a atividade de pesquisa também é mal compreendida pelo aluno quando este não entende sua natureza ou finalidade. Por vezes, as fontes não se encontram devidamente citadas e as ideias se mostram desordenadas (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesse sentido, faz-se necessário utilizar-se de uma adequada linguagem em uma divulgação científica, uma vez que, ao simplificar, não se pode perder o rigor ou levar a produção textual a erros (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016).

Em casos mais graves, a pesquisa se trata apenas de uma compilação ou cópia da obra de outros autores (PRODANOV; FREITAS, 2013), o que acaba trazendo consequências no campo legal, devido ao plágio (NEUENFELDT *et al.*, 2011). Com a elevada disponibilização de trabalhos acadêmicos no meio virtual, a prática deste crime foi facilitada por conta da velocidade, espaço e visibilidade que a *web* dispõe. Além de retirar a autenticidade e validade científica de uma publicação feita pelo aluno (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017), o plágio se mostra uma das principais preocupações das IESs, já que, no intuito de atender facilmente às solicitações do professor, o discente comete uma infração ao copiar a obra de outros autores. É uma prática que já lhe era comum nos ensinamentos básico, fundamental e médio, e que acabam reproduzindo no superior (FREITAS, 2012).

Nesse sentido, seria ideal que, no ensino médio, houvesse o acréscimo da disciplina de metodologia científica, já que, junto às demais disciplinas, a mesma

contribuiria para o objetivo comum “[...] de todas as instituições de ensino: estimular a construção criativa de conhecimento pelo aluno” (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015, p. 7.489).

No que se refere ao aluno de ensino superior, dentre as habilidades que precisa ter, destacam-se a compreensão de leituras e produção de trabalhos acadêmicos (FREITAS, 2012). Contudo, os professores reconhecem que muitos de seus alunos têm dificuldade em ler e estudar corretamente. Em grande parte, isso pode ser explicado pela necessidade de manter a atenção, interpretação, empenho, entendimento e postura crítica. Isso se reflete na produção de trabalhos, já que possuem deficiências quanto à leitura (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Esse problema se soma à dificuldade em sua formação básica, que inclui gramática, matemática e conhecimentos gerais (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012), os quais são base para a construção daquele que se obtém na vida acadêmica. De certa forma, essa carência se deve ao fato de que a maioria dos alunos do Brasil advém de escolas públicas, as quais necessitam melhorar sua qualidade de ensino. Nesse sentido, os alunos sofrem um grande impacto no que se refere à transição entre ensino médio e ensino superior, por conta das regras e métodos rigorosos presentes nas IESs, o ritmo que nelas se mantém, a necessidade de praticar leitura e reflexão (NERVO; FERREIRA, 2015).

Entretanto, um estudo realizado chegou à conclusão de que também falta interesse dos alunos em adentrar à realidade do mundo científico. Muitos apenas praticam a atividade científica por conta de cumprir com as atribuições que lhe foram dadas. Isso pode ser explicado, em parte, pelo desejo de obtenção fácil de um diploma, isto é, que não represente muito esforço e tempo, ao contrário de uma atividade de pesquisa científica, que exige “[...] criatividade, percepção, responsabilidade [e] consistência [...]”, qualidades estas que, atualmente, os graduandos não possuem (LAMANAUSKAS; AUGIENÉ, 2015, p. 139, tradução nossa).

Nesse sentido, vale ressaltar que grande parte dos alunos que optam por uma IES privada trabalha durante o dia e estuda no outro período, o que os deixam sem motivação, energia e interesse para se dedicar à pesquisa científica (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Essa motivação pode vir, em algumas das vezes, em forma de IC, pela qual a universidade auxilia o aluno financeiramente. Quando na graduação, conta com a colaboração de seu orientador, mas quando na pós-graduação, o pesquisador desenvolve um plano de pesquisa de maneira quase que autônoma (SILVA, 2015). A IC amplia a visão de mundo do discente, e reforça sua *expertise* profissional (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012), já que o tema de sua investigação científica pode aproximá-lo de sua atual ou futura atuação no mercado de trabalho (NEUENFELDT *et al.*, 2011).

Outras dificuldades enfrentadas pelo pesquisador são a falta de materiais – em especial os sofisticados, que geralmente são onerosos – e de espaço físico (SILVA, 2015). Prova disso é que, em grande parte, as pesquisas são desenvolvidas nas próprias IESs, das quais se requer uma infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e investimentos massivos. No que se refere à infraestrutura, por exemplo, é preciso considerar que muitas IESs privadas se mostram precárias, já que não possuem bibliotecas com materiais suficientes para atender seus cursos, tampouco para a realização de pesquisa. Por outro lado, no que diz respeito à qualificação de profissionais, vale ressaltar que mesmo que IESs sejam compostas de mestres e doutores, estes assumem frequentemente funções de ensino, se dedicando pouco à

atividade de pesquisa científica no ambiente acadêmico de boa qualidade (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012). Dessa forma, a limitação de docentes doutores e mestres acaba reduzindo a formação científica do estudante (BRIDI, 2015). Isso acaba interferindo, inclusive, no custo envolvido, já que há gastos adicionais devido à sua carga horária que se divide entre pesquisa e sala de aula. Por fim, destaca-se também um custo por conta das bolsas que são pagas (OLIVEIRA, A. M., 2013).

Se necessário contar com o envolvimento de outras pessoas, pode ser um desafio ao pesquisador lidar com aquelas que não estão dispostas e com vontade de colaborar (SILVA, 2015). Na pós-graduação, por exemplo, são vários os casos em que o trabalho de orientação por parte do docente é quase inexistente, já que o orientando acaba definindo sozinho o objeto ou problema de investigação de seu estudo, o que acaba por implicar na qualidade que este terá (KUHLMANN JUNIOR, 2015). Por outro lado, nota-se uma compreensão errada por parte do aluno de que o conhecimento é dado pelo docente, e não construído. Prova disso é que, em muitas das vezes, os estudantes consideram os professores que instigam a pesquisa como aqueles que enrolam, ao dar aula, dando preferência aos que fazem aulas bastante expositivas, que fazem apostilas e os treinam para as provas (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por isso, é importante ressaltar que os pesquisadores em formação aprendem a fazer pesquisa científica sob a colaboração daqueles que já são experientes e qualificados, sendo sua tutoria um benefício ao tutelado (SANTOS, L. H. L., 2017). Sendo assim, o professor é apenas o intermediador dessa obtenção de conhecimento, e não o agente do processo, que seria o discente (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

METODOLOGIA

Esta revisão de literatura teve, por base, as bases de dados da SciELO, Spell e Google Acadêmico para encontrar os materiais relevantes à problemática aqui discutida. Os descritores utilizados foram “dificuldade”, “aluno”, “ensino superior” e “pesquisa científica”, tendo por critérios de inclusão os materiais que estivessem nos idiomas português e inglês e que tenham sido publicados entre os anos de 2010 e 2020. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram os materiais que não estivessem nos idiomas determinados e que tenham sido publicados em um período superior a 10 anos. Foram consultados artigos científicos, trabalhos para obtenção de título e outros conteúdos pertinentes ao assunto discutido neste estudo.

A próxima etapa da presente pesquisa, consistirá na aplicação de um questionário, para que possa ser verificado qual é o conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, acerca da existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os pesquisadores agradecem pelos incentivos recebidos das agências de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, UNIEDU/SC).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M.; VICTOR, F. G.; VENDRUSCOLO, M. I. A percepção do papel e do impacto da pesquisa científica sobre o meio social: uma perspectiva do discente de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 8., 12-14 ago. 2018, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-17. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/10congresso/anais/8CCF/20180507124728.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

AMORAS, F. C.; AMORAS, A. V. A pesquisa no ensino superior: um ensaio sobre metodologia científica. **Estação Científica UNIFAP**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 127-136, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2923/vilhenav6n3.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M. A. H. **Metodologia científica**. Salvador: UFBA, 2017. 51 p. : il. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

ASNAKE, M. A importância da publicação científica para o desenvolvimento da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 20, n. 7, p. 1.972-1.973, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n7/1413-8123-csc-20-07-1972.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BORGES-ANDRADE, J. E. *et al.* Psicologia brasileira: uma análise de seu desenvolvimento. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 14, n. 3, p. 865-880, jul.-set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v14n3/v14n3a06.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRIDI, J. C. A. A pesquisa nas universidades brasileiras: implicações e perspectivas. In: MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. (Orgs.). **Iniciação Científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro**. São Paulo: UNESP Digital, 2015. cap. 1. p. 13-35. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s3ny4/pdf/massi-9788568334577.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BROCKINGTON, G.; MESQUITA, L. As consequências da má divulgação científica. **Revista da Biologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 29-34, 2016. Disponível em: <<https://revista.ib.usp.br/node/207>>. Acesso em: 26 out. 2020.

BROFMAN, P. R. A Importância das publicações científicas. **Cogitare Enfermagem**, [Curitiba], v. 17, n. 3, p. 419-421, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29281/19029>>. Acesso em: 28 out. 2020.

CALDERÓN, A. I. (coord.) **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

COSTA, P. D. S. **Metodologias de pesquisa utilizadas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBCT e UNESP nos anos de 2014 a 2016**. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/552/1/TCC_MetodologiasPesquisaUtilizadas.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 19, n. 1, p. 170-189, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v19n1/11.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

DUMER, M. C. R. *et al.* A relevância da pesquisa científica para o graduando de Administração: análise da percepção dos discentes. **Cadernos da Fucamp**, [Monte Carmelo], v. 17, n. 31, p. 64-79, 2018. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1194/1027>>. Acesso em: 31 out. 2020.

ERDMANN, A. L. A importância da publicação científica no contexto acadêmico. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [Santa Maria], v. 6, n. 2, p. 3-4, abr./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/22882/pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREITAS, T. C. S. A percepção dos discentes sobre as dificuldades na produção do trabalho acadêmico. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, IX., 29 jul.-1 ago. 2012, [Caxias do Sul]. **Anais eletrônicos...** [Caxias do Sul]: ANPED SUL, 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/77721>>. Acesso em: 28 out. 2020.

GOMES, D. M.; MACHADO, D. P.; SILVA, R. P. da. **Incentivo à pesquisa científica durante a graduação em ciências contábeis: um estudo nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul**. RIC - Revista de Informação Contábil, v. 3, n. 2, p. 37-60, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/138/13>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

KUHLMANN JUNIOR, M. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 838-855, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742015000400838&script=sci_arttext&lng=pt#fn1>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAMANAUSKAS, V.; AUGIENĖ, D. *Development of scientific research activity in University: a position of the experts*. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 167, p. 131-140, jan. 2015. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877042814068013?token=65C7D8284C5B885084E724E856297F99E4CE3AAF7B1D8F71E856F15438496EE8871EC70681DB9871F98738C4D0FC1A38>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2002.

NERVO, A. C. S.; FERREIRA, F. L. A importância da pesquisa como princípio educativo para a formação científica de educandos do ensino superior. **Educação em Foco**, [Amparo], n. 7, p. 31-40, 2015. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/3importancia_pesquisa_paraformacaocientifica.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

NEUENFELDT, D. J. *et al.* Iniciação à pesquisa no ensino superior: desafios dos docentes no ensino dos primeiros passos. **Ciência & Educação**, [Bauru], v. 17, n. 2, p. 289-300, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n2/a03v17n2.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, A. M. **Contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) para a formação do aluno de Psicologia**. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17548/1/AndressaMO_DISERT.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, T. A. B.; VALENÇA, K. F. P. A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII., 26-29 out. 2015, [Curitiba]. **Anais eletrônicos...** [Curitiba]: PUCPR, 2015. p. 7.480-7.490. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, 2018. 119 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2020.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 72-87, jan.-jul. 2015. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SANTOS, L. H. L. Sobre a integridade ética da pesquisa. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 3, p. 4-5, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n3/v69n3a02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, S. M. **O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira**. 2015. 344 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26052015-122043/publico/SOLANGEMARIADOSSANTOSVC.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, A. M. Capítulo 3: caracterização da pesquisa. In: SILVA, A. M. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 2015. cap. 3. p. 45-64. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

SOCZEK, D.; ALENCASTRO, M. Pesquisa acadêmica em Instituições de Ensino Superior particulares: desafios e perspectivas. **Revista Intersaberes**, [s.l.], v. 7, n. 13, p. 46-66, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/247/156>>. Acesso em: 26 out. 2020.

FARMÁCIA VERDE: OS CONHECIMENTOS ACERCA DA EXISTÊNCIA DA ETNOBOTÂNICA ACESSÍVEL À COMUNIDADE ACADÊMICA¹

Amanda Metzger Garcia - amanda.mgarcia01@gmail.com²

Talita Regina Granemann - talita.granemann@niarp.edu.br³

Juciele Marta Baldissarelli - juciele.marta@uniarp.edu.br⁴

Resumo

A etnobotânica é a ciência que traduz a relação entre o homem e as plantas, seus princípios ativos e como agem dentro do organismo humano. O objetivo do presente projeto, é divulgar a comunidade acadêmica, as ações da Farmácia Verde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), mantida em parceria com o Horto Municipal de Caçador. O projeto objetiva transmitir informações a respeito das plantas medicinais processadas e distribuídas pela Farmácia Verde. No que diz respeito as etapas do projeto realizadas até o presente momento, destacam-se a imersão da acadêmica na Farmácia Verde e a aquisição de conhecimento a respeito do tema.

Palavras-chave: Etnobotânica. Farmácia verde. Plantas medicinais.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, as plantas são usadas como remédio para alívio e tratamento de doenças. Por meio da tentativa e erro o homem aprendeu sobre seu uso, conhecimento que foi transmitido entre gerações. A etnobotânica ajuda a descobrir recursos vegetais que podem ser usados em novos compostos, levando a fabricação de novos medicamentos para tratamentos e possíveis curas de doenças (QURESHI, R. et al., 2016).

A etnobotânica busca resgatar e preservar os conhecimentos tradicionais, possibilitando o registro da estrutura de organização, composição, manejo e função das plantas. Com base nestes conhecimentos populares foram descobertos, alguns medicamentos que são utilizados na medicina tradicional. (SANTOS, LDSN et al., 2018).

Este trabalho está ancorado na responsabilidade social de uma organização, um fator a ser considerado dentro dos estudos relacionados a uma empresa. A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo. Desta forma, o objetivo do presente projeto de extensão é divulgar e tornar mais conhecida e acessível o projeto denominado Farmácia Verde, mantido pela Farmácia Escola da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), junto à comunidade acadêmica do Campus de Caçador (discentes e docentes).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de extensão intitulada PAEC.

² Acadêmico do curso de farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), aluna bolsista PAEC.

³ Professora mestre e coordenadora do curso de farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora mestre da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e orientadora do projeto de extensão - PAEC

O uso de plantas medicinais com finalidade terapêutica e preventiva é tido como a forma mais antiga da prática medicinal. Buscando melhorar a condição de sobrevivência o homem encontrou nas plantas os recursos que precisava por meio de conhecimento empírico (OLIVEIRA, EPBD et al., 2016).

Para Alcorn (1995), a definição de “etnobotânica” consiste no estudo das relações entre o homem e as plantas e como elas são utilizadas. Este estudo tenta comprometer-se com a constante evolução do mundo e com os avanços da medicina, entretanto, é baseado na medicina tradicional.

Segundo dados expostos pela Organização Mundial da Saúde – OMS, 80% da população brasileira utiliza métodos de medicina tradicional como alívio ou tratamento de enfermidades, enquanto 85% utilizam de plantas medicinais ou preparações (ROSA, et al. 2011).

No ano de 2011 iniciou-se o projeto “Farmácia Verde” na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP em parceria com o Horto Municipal da prefeitura de Caçador-SC com a finalidade de difundir informações e tornar o uso de plantas medicinais cada vez mais recorrente e acessível. São cultivadas, no Horto Municipal, mais de 20 espécies de plantas. Entre elas estão: Espinheira Santa (*Maytenus icifolia*), Hortelã (*Mentha piperita*), Funcho (*Foeniculum vulgare*), Cavalinha (*Equisetum*), Melissa (*Melissa officinalis*) (UNIARP, 2020).

METODOLOGIA E RELATO DE EXPERIÊNCIA

A pesquisa desenvolveu-se na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), instalada do Meio Oeste de Santa Catarina. A equipe foi composta por uma acadêmica do curso de farmácia e duas professoras orientadoras. A primeira etapa do presente projeto de extensão executada nos meses de setembro e outubro de 2020, consistiu em visitas semanais da acadêmica na Farmácia Escola, a fim de ambientar-se e participar de uma imersão nos estudos da Farmácia Verde e das plantas medicinais disponibilizadas pelo Horto Municipal. Nas visitas, as monitoras orientaram-na sobre cada passo desde o recebimento das plantas coletadas pelo funcionário do horto, até o momento em que as mesmas estariam prontas para ser dispensadas à comunidade em forma de chás e temperos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de visitas e aprofundamento no tema do projeto, as monitoras da Farmácia Escola instruíram a acadêmica a respeito das técnicas utilizadas em cada passo do processo de preparação até atingir o resultado final. São estes:

1. **RECEBIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS PLANTAS:** No período da manhã, sacos com as plantas recém colhidas chegam à Farmácia Verde da Universidade. As monitoras e a acadêmica dispuseram as folhas das plantas em cima de bandejas, para que posteriormente fossem levadas à estufa de aquecimento.
2. **SECAGEM DAS PLANTAS:** As plantas dispostas sobre a bandeja são levadas à estufa para que sejam aquecidas e desidratadas por um período de 24 a 48 horas. Este processo acontece para aumentar o prazo de validade dos chás. Além disso, a grande importância da secagem das plantas é a eliminação da aspereza, aroma, umidade,

açúcares e amido da planta, ademais, potencializar os princípios ativos de cada uma delas.

3. **ESTERILIZAÇÃO:** Após o período de secagem das plantas, elas passam por esterilização por meio de radiação ultravioleta. Para isso, permanecem trinta minutos neste processo dentro da câmara UV, a fim de garantir que qualquer microrganismo maligno seja eliminado dos chás, evitando possível contaminação.
4. **EMBALO, LACRE E ROTULAGEM:** Na última etapa do processo de preparação das plantas elas são embaladas em sacos plásticos transparentes, lacradas na prensa seladora e rotuladas com etiquetas personalizadas da Instituição contendo a espécie de cada planta.
5. **DISPENSÇÃO:** Completos os processos de preparação das plantas, dá-se início à distribuição. Os chás e temperos de plantas medicinais preparados pela equipe da Farmácia Verde são distribuídos entre os setores da instituição, entre a comunidade acadêmica e em feiras e eventos. A população também pode retirá-los na Farmácia Escola.

As técnicas, quando aplicadas de maneira eficiente trazem como resultado chás e temperos prontos para consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à divulgação do projeto Farmácia Verde -o principal objetivo do presente projeto de extensão-, a mesma foi e continua sendo bem-sucedida. Observou-se cada vez mais o interesse dos acadêmicos e da comunidade em, não somente experimentar os chás e temperos distribuídos, mas também em conhecer a respeito da etnobotânica e de todas as fases de preparo das plantas.

Ao difundir estes conhecimentos para com a comunidade, além do interesse etnobotânico, houve um grande interesse por parte do público da farmácia em transformar estilos de vida fundamentados em alimentos e medicamentos industrializados e pouco saudáveis em estilos de vida mais saudáveis e naturais, destacando o uso das plantas medicinais substituindo medicamentos, como é o caso da espinheira santa (*Maytenus icifolia*) que entra no lugar do fármaco Omeprazol, tratando patologias gástricas.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem cordialmente à agência de financiamento do projeto, PAEC, a oportunidade de realizarem um projeto de extensão. As autoras agradecem também à Instituição Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e ao curso de Farmácia por todo o apoio.

REFERÊNCIAS

ROCHA, Joyce Alves; BOSCOLO, Odara Horta; FERNANDES, Lucia Regina Rangel de Moraes Valente. Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 1, p. 67-74, 2015.

OLIVEIRA, EPBD et al. **USO, DIVERSIDADE E CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS PARA O TRATAMENTO DA MALÁRIA NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT.** FLOVET - Boletim do Grupo de Pesquisa da Flora, Vegetação e Etnobotânica, v. 01, n. 8, 2016. Disponível em: < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/flovet/article/view/4033/2810> >. Acesso em: 19 abr. 2019.

QURESHI, R. et al. **Etnobotânica: uma ciência viva para aliviar o sofrimento humano.** PMC, jul. 2016 Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4967429/> >. Acesso em: 19 abr. 2019.

ROSA, Caroline da; CÂMARA, Sheila Gonçalves; BÉRIA, Jorge Umberto. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 16, n. 1, p. 311-318, 2011.

SANTOS, LDSN et al. **O SABER ETNOBOTÂNICO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE DA BRENHA, REDENÇÃO, CE.** AGRARIAN ACADEMY Centro Científico Conhecer, jul. 2018. Disponível em: < <http://www.conhecer.org.br/Agrarian%20Academy/2018a/o%20saber.pdf> >. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

PROJETO BRINCAR DE COMER: A ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS LÚDICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL¹

Kamilla Radech de Lima², kamiradech@gmail.com
Ana Claudia Lunelli Moro³, nutricao@uniarp.edu.br

Resumo

A infância é um período da vida onde ocorre um intenso processo de transformações fisiológicas e psicológicas, nesta fase verifica-se também um vasto desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos. Observa-se, portanto, que a infância se caracteriza como um momento oportuno para o desenvolvimento de um comportamento alimentar saudável, podendo auxiliar na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, na promoção da saúde e de uma melhor qualidade de vida. Neste sentido, busca-se compreender como estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional podem auxiliar na construção de conhecimento e na consolidação dos bons hábitos alimentares, fazendo com que esse comportamento se perpetue também na fase adulta.

Palavras-chave: Alimentação infantil. Educação alimentar e nutricional. Estratégias lúdicas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos tem-se observado importantes transformações relacionadas ao estilo de vida da população. Essas alterações representam fortes influências no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis que vêm aumentando significativamente. Percebe-se um aumento significativo dos índices de sobrepeso e obesidade infantil, demonstrando a importância de ações voltadas ao desenvolvimento de bons hábitos alimentares logo na infância (ALVARENGA et al., 2015; BRASIL, 2008).

A fase da infância representa um período de intensas modificações fisiológicas e psicológicas, havendo ainda um vasto desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. Esta fase demonstra papel importante na construção de hábitos alimentares e de estilo de vida, reforçando a ideia de que é um período bastante pertinente para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (ALVARENGA et al., 2015).

Desta maneira, é possível afirmar que a infância corresponde à uma importante fase do desenvolvimento de hábitos alimentares. O ambiente em que a criança está inserida influencia de maneira direta na formação e incorporação de padrões de comportamento. Os hábitos adquiridos neste período são determinantes para a promoção, manutenção e recuperação da saúde ao longo de toda a vida (NASCIMENTO et al., 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto de Extensão PAEC do curso de Nutrição

² Acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professora e coordenadora do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

Neste sentido, objetiva-se compreender como estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional podem auxiliar na construção de bons hábitos alimentares durante a infância.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica elaborada com base em buscas realizadas durante o período de junho a setembro de 2020 através da base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da biblioteca virtual da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Efetou-se a busca por artigos que tratavam de comportamento alimentar infantil. Para a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: “Sobrepeso e obesidade infantil”, “Educação alimentar e nutricional”, “Comportamento alimentar infantil” e “Estratégias lúdicas para educação alimentar e nutricional”. Além de artigos e livros, foram consultados sítios eletrônicos oficiais do Governo Federal para obter acesso aos documentos relacionados às suas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de bons hábitos alimentares. Após a leitura dos documentos encontrados, foram selecionados aqueles que continham ideias semelhantes aos objetivos da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme descrito por Alvarenga et al. (2015) a infância e adolescência são períodos de inúmeras transformações que são capazes de modificar e influenciar a alimentação através do desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. Nas últimas décadas, o cenário brasileiro vem apresentando uma diminuição da prevalência de baixo peso entre crianças e adolescentes, apesar de ainda existirem algumas deficiências nutricionais importantes. Por outro lado, observa-se uma alta expressiva dos níveis de sobrepeso e obesidade, bem como do aumento dos comportamentos de risco para transtornos alimentares.

O Ministério da Saúde afirma que as políticas públicas brasileiras em alimentação e nutrição devem orientar para práticas que promovam a saúde e auxiliem na prevenção de doenças relacionadas à alimentação, principalmente as doenças crônicas não transmissíveis – DCNT. Essas doenças, que vêm apresentando um aumento expressivo e ocorrendo cada vez mais precocemente, podem ser exemplificadas por diabetes, obesidade, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e câncer (BRASIL, 2008).

Da mesma forma, conforme descrito pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional Para as Políticas Públicas, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012), para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos visando uma alimentação saudável, são necessários processos educativos constantes e ações pedagógicas permanentes e que proporcionem a consolidação das atitudes requeridas para o desenvolvimento de novos comportamentos.

A Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais. Além disso, através da EAN é possível promover a valorização da cultura alimentar fortalecendo hábitos regionais, reduzir o desperdício de alimentos e incentivar o consumo sustentável para uma alimentação saudável. A EAN deve considerar os aspectos sociais e culturais dos indivíduos e o ambiente em que estão

inseridos para desenvolver estratégias educativas e pedagógicas adequadas às especificidades dos diferentes cenários (BRASIL, 2012).

Segundo o pensamento defendido por Accioly (2009, p. 3) “A alimentação é um ato, não apenas fisiológico, mas, também, de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência”. Neste mesmo sentido, conforme afirma Nascimento et al. (2018), as ações desenvolvidas em EAN devem levar em conta o contexto social do indivíduo e/ou da coletividade, estabelecendo um planejamento adequado, monitorando e avaliando a eficácia das ações, estimulando uma maior adesão a um estilo de vida saudável.

Estratégias lúdicas podem ser utilizadas durante o processo de aprendizagem promovendo a aproximação dos alunos com o conhecimento. Entretanto, é preciso estabelecer clareza acerca dos objetivos que se pretende atingir através das atividades lúdicas, respeitando sempre o nível de desenvolvimento e aprendizagem do aluno e o tempo de duração das atividades. A intervenção dos educadores deve ocorrer em momento adequado, estimulando a reflexão e proporcionando a estruturação do conhecimento (CHAGURI, 2009).

Os objetivos em EAN devem ser definidos considerando cada uma das fases de desenvolvimento. Sendo interessantes as ações que promovam a expansão do universo de alimentos conhecidos e consumidos pela criança, atividades com música, dança, contação de histórias, exploração sensorial de alimentos, jogos de sequência e repetições, quebra-cabeças, atividades com pintura, artes, entre outras atividades (NASCIMENTO et al., 2018).

Para Cervato et al. apud Lanes et al. (2012, p. 3) “[...] a educação nutricional é de suma relevância, devendo consistir em processo ativo, lúdico e interativo quando voltada para a população infantil”. Da mesma forma, Nascimento et al. (2018) afirma que atividades lúdicas em EAN estimulam as práticas alimentares saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem e compreensão dos temas supracitados, foi possível identificar registros que apontam para um aumento das taxas de sobrepeso e obesidade infantil nos últimos tempos, fator que está diretamente relacionado ao aumento significativo do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Esses dados reforçam a ideia de que são cada vez mais necessárias ações educativas no que tange às práticas de alimentação saudável.

Considera-se a fase da infância como um momento oportuno para a aplicação de ações educativas que visem a formação de bons hábitos alimentares. Uma abordagem educativa aplicada nesta fase pode auxiliar na propagação de atitudes adequadas ao longo de toda a vida, auxiliando na promoção da saúde como um todo.

As ações em educação alimentar e nutricional, quando direcionadas às crianças, demonstram-se mais efetivas quando desenvolvidas a partir de estratégias lúdicas. Este tipo de abordagem proporciona um maior interesse do público infantil, auxiliando na construção de conhecimento e na consolidação dos bons hábitos alimentares.

Conclui-se, portanto, que a adoção de estratégias lúdicas aplicadas a educação alimentar e nutricional na fase da infância, quando alinhadas ao nível de desenvolvimento e aprendizagem, podem auxiliar de maneira efetiva na construção de bons hábitos alimentares, colaborando na prevenção do desenvolvimento de

doenças crônicas não transmissíveis e promovendo a saúde em todas as fases da vida.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em tela**, Rio de Janeiro, v. 2. n.2, p.1-9, 2009. Disponível em: <<http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0209accioly.pdf>>. Acesso em: 06 jun.2020.

ALVARENGA, Marle et al. **Nutrição Comportamental**. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf.> Acesso em: 9 jun. 2020.

_____. Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18_62-pse-manual&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03. jun. 2020.

CHAGURI, Jonathas de Paula. O uso de atividades lúdicas no processo de ensino/aprendizagem de espanhol como língua estrangeira para aprendizes brasileiros. **Revista X**, v. 2, p. 73-89. 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaEs_panhola/artigos/4Chaguri.pdf>. Acesso em: 03. jun. 2020.

LANES, Dário Vinícius Ceccon. Estratégias lúdicas para a construção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil. **Revista Ciências e Ideias**, v. 4, n. 1, p. 1-12. 2012. Disponível em: <<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/135/144>>. Acesso em: 02. jun. 2020.

NASCIMENTO, Andréa Gislene et al. **Educação Nutricional em Pediatria**. Barueri, SP: Manole, 2018.

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS¹

Jéssica Santana Gilioli², jegiliolicdr@gmail.com

Ana Claudia Lunelli Moro³, nutricao@uniarp.edu.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância de alimentação saudável em pessoas com transtornos mentais como forma de enriquecer o tratamento, esclarecendo assim os benefícios de uma alimentação nutritiva e balanceada que pode minimizar os sintomas de doenças crônicas como depressão, ansiedade, transtorno de bipolaridade entre outros que atualmente apresentam uma porcentagem significativa da população diagnosticada tanto com sintomas leves até mais graves no CAPS saúde mental da cidade de Caçador -SC, no qual esse trabalho estará demonstrando uma pesquisa na literatura que demonstra a relação da alimentação com a melhor qualidade física e mental dos pacientes.

Palavras-chave: Alimentação saudável, transtornos mentais.

INTRODUÇÃO

A alimentação exerce um papel fundamental, por ser considerada uma forma básica de sobrevivência de todos os seres vivos. Ao passo que, a forma de nos alimentarmos, assim como as escolhas dos alimentos, representam a forma como nos relacionamos com o mundo, e as relações prazerosas que vão sendo desenvolvidas desde a infância, que são entrelaçadas por aspectos socioculturais que marcam a nossa trajetória de vida (MOYER, 2015).

O termo transtornos mentais e do comportamento (TMC), é definido como uma síndrome marcada por prejuízos na cognição e no comportamento de um indivíduo. De forma geral o TMC provoca sintomas como desequilíbrio emocional, distúrbio de conduta e enfraquecimento da memória, pode ainda trazer perdas sociais, familiares e individuais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Um dos desafios para as políticas de saúde mental no Brasil é construir estratégias eficazes, que auxiliem no tratamento dos TMC. A promoção da saúde mental envolve ações para criar condições de vida e ambientes que apoiem a saúde mental e permitam às pessoas adotar e manter estilos de vida saudáveis (ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE, 2016).

Atualmente, com a globalização as pessoas estão acostumadas ao estilo de vida sedentário, por conta de uma agitada. Acarretam em escolhas erradas, ou seja, os alimentos considerados os mais práticos são os processados, enlatados, entre outros, considerados cruéis a saúde humana (SONATI; VILARTA; AFFONSO, 2007).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de projeto de extensão PAEC do curso de Nutrição.

² Acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professora e coordenadora do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

As intervenções que visam ao controle do ganho de peso podem ser farmacológicas ou não farmacológicas. Na revisão sistemática realizada por Faulkner, essas intervenções foram avaliadas, concluindo-se que a perda e/ou o controle de peso a curto prazo parecem possíveis com a prática regular de exercícios físicos e a orientação nutricional em conjunto com intervenções comportamentais. Intervenções farmacológicas têm sido usadas como apoio e devem ser a última opção terapêutica (ATTUX, CECÍLIA, et al, 2009).

Diversos estudos têm buscado avaliar a relação entre a alimentação e saúde mental. Como explica Rodrigues (2015), a alimentação tem um papel essencial na vida do indivíduo, e na prevenção de doenças. De fato, padrões alimentares saudáveis implicam na prevenção da depressão, assim como, os sintomas depressivos podem ser influenciados por hábitos alimentares e comportamentais relacionados com o seu estilo de vida.

O objetivo desse trabalho é explanar sobre a importância da nutrição no auxílio a pacientes com transtornos mentais, com abordagem com complementação ao tratamento do mesmo, assistência na alimentação saudável no seu cotidiano.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se um estudo de artigos científicos, buscando na plataforma do google acadêmico, scielo dos quais foram selecionados três, norteando-se pela alimentação saudável e transtornos mentais. A busca foi realizada no mês de setembro do ano 2020,

Através do google acadêmico e scielo sendo escolhidos artigos do Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia, Cadernos de Saúde Pública e A Psicologia como o Estudo de Interações.

A busca realizada teve como método o estudo, interpretação e análise dos artigos relacionados a alimentação saudável e transtornos mentais. As palavras chaves usadas na pesquisa foram: Alimentação saudável; Transtornos mentais.

As informações extraídas dos artigos para sua caracterização foram: autor, ano de publicação, objetivos do estudo, método, resultados e conclusões. Os artigos científicos identificados foram submetidos ao processo de triagem eliminando-se, por meio da leitura dos títulos e prospecção de fichamento semanal, os quais não se relacionaram ao tema selecionado previamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O comportamento altera o meio ambiente pelas ações mecânicas, e suas propriedades ou dimensões se relacionam frequentemente, de uma forma simples, com os efeitos produzidos (TODOROV, pag. 02).

Uma vez, estabelecido um comportamento apropriado, suas consequências agem por meio de processo semelhante para permanecerem ativas. Se, por acaso, o meio se modifica, formas antigas de comportamento desaparecem enquanto novas consequências produzem novas formas (TODOROV, pag. 02).

A associação entre os quintis do escore nutricional e a depressão corrobora a hipótese de que dietas mais saudáveis de uma forma ampla estão negativamente associadas à depressão. Nesse sentido, não apenas o consumo regular de alimentos

não saudáveis pode levar ao aparecimento de depressão, mas também a redução do consumo desse tipo de alimento pode proteger contra a ocorrência dessa doença, conforme demonstrado em outros estudos (AZEREDO, et al, 2019).

O consumo de bebidas açucaradas em mulheres adultas e a substituição de refeições por lanches e o consumo de doces em adultos de ambos os sexos se associaram positivamente à depressão neste estudo, enquanto o consumo regular de feijão associou-se negativamente a esta doença, também em ambos os sexos. Uma dieta saudável foi negativamente associada à depressão (AZEREDO, et al, 2019).

Ganho de peso é uma preocupação importante em pacientes psicóticos em razão do risco de diabetes melito e doenças cardiovasculares. Medidas não farmacológicas podem ser uma ferramenta eficaz na prevenção e no controle do ganho de peso, podendo levar à redução da morbimortalidade relacionada aos distúrbios metabólicos secundários ao ganho de peso nessa população (ATTUX, CECÍLIA, et al, 2009).

Alguns distúrbios psíquicos como: a depressão e o distúrbio bipolar se manifestam com mais frequência em pessoas com carências nutricionais. Reinberger (2012, p.24) afirma que: “Há indicativos de pessoas que sofrem de distúrbios psíquicos e apresentam problemas de comportamento costumam ter carências nutritivas o que contribui para a manutenção do quadro”. Desta forma, pode ser perceber a importância de pessoas com transtornos mentais ter um acampamento com uma equipe multidisciplinar, como médico, psicólogos e nutricionistas.

Segundo Andrade et al. (2018) a administração via oral do L-triptofano, ômega 3, magnésio e vitaminas do complexo B, num grupo de indivíduos estudados, revelou-se eficiente na redução dos sintomas da ansiedade. Desta forma é possível observar melhora significativa: a junção de uma suplementação com uma alimentação saudável, pois o nosso corpo é incapaz de produzir algumas destas substâncias.

Do ponto de vista de Reinberger (2012): “Os micro-organismos influenciam processos inflamatórios e algumas bactérias produzem o triptofano, o aminoácido precursor da serotonina”. Percebe-se que os probióticos, encontrados em iogurtes, queijos, bolachas, entre outros, também tem um importante papel na saúde mental.

Vale ressaltar que, além da supressão dos sintomas psicóticos, o tratamento da esquizofrenia visa a melhorar a qualidade de vida para o paciente e sua inserção familiar e social, e a prevenir o estigma da doença. É admissível esperar que intervenções que promovam um estilo de vida saudável ofereçam outros ganhos ao tratamento. Um programa integrado de orientação nutricional e atividade física tem um impacto positivo na qualidade de vida de pacientes portadores de transtornos mentais (ATTUX, CECÍLIA, et al, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância o acompanhamento nutricional para adequação na dieta em pacientes com transtornos mentais como demonstra a literatura.

Recomenda-se uso de alimentos in natura, minimamente processados, evitar alimentos ultraprocessados na alimentação conforme preconiza o guia alimentar para a população brasileira, no momento de insegurança devido a pandemia as pessoas passam mais tempo comendo e em casa podendo comprometer os hábitos saudáveis a alimentação balanceada e as atividades físicas. Ou seja, a proposta de trabalhar a saúde mental por meio do desenvolvimento de habilidades alimentares saudáveis no qual a opção é propor educação nutricional junto a família, com base no seu cotidiano, e o tratamento e a interação dos fármacos utilizados com a alimentação, conhecendo

alimentos que possam interferir nos sintomas e na absorção dos medicamentos, melhorando saúde mental e posteriormente física, a educação nutricional pode melhorar a qualidade de vida de todos pacientes.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA (Estados Unidos) (Org). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ATTUX, Cecília; André F. ReisII; Larissa C. Martinil; Rodrigo A. Bressan. **Intervenções não farmacológicas para manejo do ganho de peso em pacientes com esquizofrenia em uso de antipsicóticos**. Arq Bras Endocrinol Metab vol.53 no.4 São Paulo June 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302009000400002&lang=pt> acessos em 05 de setembro de 2020.

AZEREDO, Catarina Machado, Emanuele Souza Marques, Kamilla Tavares de Sousa e Renata Bertazzi Levy. **Consumo alimentar e depressão entre adultos brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde**, 2013. 2019. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000105009&lang=pt> acessos em 30 de agosto de 2020.

MOYER, Michael. **A complexidade dos alimentos. Psicologia da alimentação**, São Paulo, n. 52, p.8-13, nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIA DA SAÚDE. OMS: **‘O impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante’**. 2020. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das-pessoas-ja-e-extremamente-preocupante/>> acessos em 30 de setembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIA DA SAÚDE. ONU: **serviços de saúde mental devem ser parte essencial de respostas à corona vírus**. 2020. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/onu-servicos-de-saude-mental-devem-ser-parte-essencial-de-respostas-ao-coronavirus/>> acessos em 30 de setembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população**. Brasília, DF,2016.Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:op-as-omsapoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-dapopulacao&Itemid=839> acessos em 03 outubro 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Transtornos mentais. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental**. Brasília, DF, 2018. Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5652:fohainformativa-transtornos-mentais&Itemid=839> acessos em 03 outubro 2020.

REINBERGER, Stefanie. **Diga-me o que você come... Alimentos Alteram O Humor: e influenciam na capacidade de aprender**, São Paulo, n. 238, nov. 2012.

REINBERGER, Stefanie. **Diga-me o que você come...Psicologia da Alimentação**, São Paulo, n. 52, nov. 2015.

RODRIGUES, Cláudia Patrícia Canteiro. **Deficiência da vitamina b12 como um fator de risco na demência do idoso**. 2015. 52 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

RODRIGUES, Rômulo. B. **Alimentação saudável/saúde perfeita** vol.3, Joinville. Ed. Clube dos livros, 2016.

SOUZA, Joyce. **A alimentação no tratamento dos transtornos mentais**. 2017. Disponível em:<<https://www.holiste.com.br/alimentacao-tratamento-transtornos-mentais/>> acesso em 06 de outubro de 2020.

TODOROV, João Claudio. **A Psicologia como o Estudo de Interações**.2007. Brasília. Disponível em: &It; file:///C:/Users/gilio/Downloads/A%20Psicologia%20como%20o%20estudo%20de%20intera%C3%A7%C3%B5es%20(1).pdf> acessos em 23 de setembro de 2020.

DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS – PNE, APLICAÇÃO DA LEI 8.213/91. DIFICULDADES DE ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DOS CADEIRANTES NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC.

Vinicius Milani, milanivinicius69@gmail.com¹
Orientador: Heitor Antônio Coffferri, direito@uniarp.edu.br²

Resumo É sabido que na atualidade, mesmo com todos os avanços em artigos de lei para melhoria de qualidade de vida e investimentos em adequações de mobilidade, os portadores de necessidades especiais continuam tendo dificuldades em estarem totalmente inclusos na sociedade. Diante disso, o presente artigo tem como finalidade propor soluções e melhorias para que assim o Estado possa instituir e consequentemente solucionar os problemas enfrentados pelos cadeirantes. Assegurando seus direitos. Ademais, busca identificar quais são os principais desafios dos cadeirantes inclusos na sociedade, elaborando um mapeamento dos pontos que necessitam melhoria por não oferecer acessibilidade, ampliando assim, a inclusão social no município de Caçador/SC. Procura ainda esmiuçar a Lei 8.213/91 a qual dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social a qual estabelece em seus artigos uma clarividente necessidade de auxílio em 25% de aumento no benefício nos casos em que o aposentado por invalidez necessitar de uma assistência de que todo segurado aposentado por invalidez que necessitar de ajuda da assistência 24 horas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Cadeirantes, Caçador, Lei 8.213/91, Sociedade.

INTRODUÇÃO

Com o avanço do desenvolvimento social juntamente com o desenvolvimento tecnológico, vários problemas que estavam presentes na sociedade brasileira foram extinguidos ou amenizados, porém, não é penoso encontrar situações em que ainda não obtiveram soluções eficazes, um dos pontos principais é a falta de inclusão social e a desigualdade de criação de políticas públicas afim de abranger as pessoas portadoras de necessidades especiais e melhorar a sua vida (GARCIA, 2020).

Não obstante é preciso vislumbrar que as pessoas com deficiência, indiferente de qual área seja, necessitam de uma atenção muito maior, visto que as suas necessidades devem ser observadas com muita cautela afim de auxiliar e melhorar seu bem estar, ainda seus direitos requeridos e suas solicitações devem ser atendidas, de forma que, as propostas de melhorias sejam acolhidas aumentando assim a inclusão social (GARCIA, 2020).

A falta de acessibilidade é um dos problemas mais comuns que encontramos em todos os estados do Brasil, visto que é uma das áreas que raramente o legislativo coloca em pauta em suas sessões. Contudo, é sabido que alguns projetos tentam vir à tona, porém muitas dificuldades são vistas à frente, como sendo: passeios estreitos, deteriorados, com inúmeros obstáculos em seu meio, causando desconforto e imensa dificuldade de um cadeirante e de um deficiente visual transitar (GARCIA, 2020).

¹ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Coordenador do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Não adentrando longinquamente, insta salientar que muitos cidadãos ao ver uma pessoa com deficiência raramente oferecem apoio e zelo por suas causas, também esta atividade é vista em algumas instituições, as quais não apresentam melhorias na sua infraestrutura para acolher e abrigar futuros acadêmicos de maneira adequada (GARCIA, 2020).

Evidencia-se ainda uma falta de interesse do Estado no intuito de melhorias e desenvolvimento de políticas públicas para estes que necessitam, cabe ainda dizer que não aplicam o devido valor, respeito, dedicação e incentivo a resolver estes empecilhos (GARCIA, 2020).

É quase que cotidiano presenciar situações onde o cidadão não respeita os locais sinalizados com as rampas de acesso aos cadeirantes, suas vagas especiais de trânsito ou se deparar com um poste de energia no meio do passeio, o transporte público sem condições adequadas um cadeirante embarque e desembarque, pontos de ônibus sem acessibilidade para deficientes visuais e a falta de capacitação de profissionais na área para que possam auxiliar sua acessibilidade (GARCIA, 2020).

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada por meio investigação qualitativa, tipificada como bibliográfica, documental e trabalho de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, com corte transversal do tipo observacional com descrição da coleta dos dados, onde o ambiente natural foi fonte direta dos dados

A FALTA DE ACESSIBILIDADE NO BRASIL

Inicialmente cabe dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sempre buscou resguardar aqueles que mais necessitavam da sua proteção e auxílio, desse modo, trouxe consigo em seu artigo 5º, inciso XV a permissibilidade da circulação nacional, conforme cita:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

[...] (BRASIL, 1988, p.n)

É sabido que muitos locais não apresentam a devida manutenção para que esta mobilidade seja permitida, como sendo as principais no meio público: calçadas sem as devidas modificações para que, por exemplo, um deficiente físico possa subir as rampas sem dificuldade, ou um deficiente visual possa ser guiado e não tropeçar em calçadas desajustadas, também outra dificuldade são as rampas que não apresentam faixas de pedestres, ou seja, pode até haver rampa, mas se caso não haja sinalização de passagem se torna inútil àquele que precisa (GARCIA, 2020).

Outro problema muito comum no Brasil é no âmbito dos transportes públicos os quais não apresentam elevadores apropriados para os deficientes físicos, muitas vezes, os mesmos deixam de utilizar e se locomover exatamente pela falta desses e pela dificuldade em que se torna o trajeto, ademais, transportes como UBER, 99, deixam de contar com carros apropriados para estes passageiros, excluindo e fazendo com que os mesmos deixem de ter uma vida acessível (GARCIA, 2020).

Salienta-se ainda quanto aos transportes como UBER, 99 e outros transportes de aplicativo destaca-se o art. 51 da Lei 13.146/15:” As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência” (BRASIL, 2015, p.n)

Outro ponto muito levantado por pessoas com deficiências é o fato da má iluminação em vias públicas, fazendo com que muitos acidentes venham a ocorrer, tendo em vista que faz muitas vezes não enxergar as decidas e subidas de pontos de elevações e fazendo muitos deficientes físicos caírem e se machucarem gravemente (GARCIA, 2020).

No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, numa acepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras (GARCIA, 2020).

Ocorre ainda que muito é falado sobre todos serem iguais perante a lei, contra essa afirmação não há questionamentos, porém quando o Estado simplesmente não oferece condições de acessibilidade àqueles que precisam, instaura-se uma situação de vulnerabilidade (GARCIA, 2020).

Independentemente do tipo de vulnerabilidade, todos possuem direitos, e o dever do estado é garantir uma condição de vida digna a todos aqueles que aqui residem. Para isso, o Poder Executivo é responsável pela formulação de políticas públicas e ações afirmativas. Quando essas não conseguem atender à demanda ou quando estão sendo ineficientemente empregadas, cabe ao judiciário realizar o papel de tentar, pela via judicial, fazer cumprir os direitos dessas minorias (GARCIA, 2020)

Vislumbra-se ainda que a Lei 13.146 de 13 de Julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), estabelece regras e normas para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos resguardados, demonstra-se esta preocupação através do artigo 1º desta Lei, conforme cita-se:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

De fato, muitas coisas precisam ser alteradas para abrangerem as pessoas que tem deficiência e hoje estão excluídas de muitas atividades, para assim poder fazer valer a Lei 13.146/15, criando e fazendo a manutenção de políticas públicas para que possam ser verdadeiramente inseridas na sociedade (GARCIA, 2020).

CAÇADOR E UM GRANDE QUESTIONAMENTO: EXISTE INCLUSÃO SOCIAL PARA OS CADEIRANTES?

Não obstante, a cidade de Caçador também possui cadeirantes e precisa se adaptar para os acolher da melhor forma possível, ocorre que muitas vezes não é isso que tem acontecido (CAÇADOR ONLINE, 2012).

Insta salientar aqui, a fala de Newton Marçal dos Santos que é o presidente eo responsável do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano de Caaçador ao Jornal Caçador Online (2012, p.n):

O presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano de Caçador (IPPUC), Newton Marçal dos Santos afirmou que o problema é generalizado. Ele enfatiza que esse não é um problema recente, mas que persiste há mais de 70 anos. Marçal disse que sabe do problema e entende a reclamação da população.

Desse modo, ainda salienta-se a Lei 3.249, criada em 23 de Setembro de 2015, própria do Município de Caçador/Santa Catarina, que dispõe sobre a execução, manutenção e conservação dos passeios públicos, nas vias e logradouros urbanos do município de caçador, e dá outras providências, destaca-se o art. 2º que define as questões de acessibilidade no município:

Art. 2º Para os fins de aplicação desta lei são adotadas as seguintes definições:

[...]

II - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;

III - acessível: característica do espaço, edifício, mobiliário, equipamento ou outro elemento que possa ser alcançado, visitado, compreendido e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com necessidades especiais;

O município de Caçador apresenta diversas irregularidades em relação aos espaços públicos e privados frequentados pelos PNE que não possuem acessibilidade adequada para sua circulação independente (CAÇADOR ONLINE, 2012).

O transporte público de passageiros está impossibilitado de transitar no momento devido a Decreto do Governador do Estado de Santa Catarina. Contudo, conforme relatos e situações presenciadas pelo pesquisador, a grande maioria dos ônibus de transporte público municipal de passageiros, não dispõem de plataforma eletrônica para acesso de deficiente físico, e os que a possuem, é frequente não estarem funcionando (CAÇADOR ONLINE, 2012).

O Município de Caçador, detém uma ampla carteira de empresas instaladas e em atividade no município. As empresas são do ramo Agroindustrial, extrativista, fios, madeireiro, mobiliário, plástico, papel, rural, químico dentro outros (CAÇADOR ONLINE, 2012).

Verifica-se que ainda, após tanto tempo, os cadeirantes ainda sofrem no município com a falta de políticas públicas voltadas as suas necessidades, necessitando urgentemente de adequações para melhorar a qualidade de vida de toda a população cadeirante (CAÇADOR ONLINE, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de discorrer acerca da realidade atual das pessoas portadoras de necessidades especiais, como elas convivem em nossa sociedade quais suas dificuldades, como é o tratamento recebido, pois, acabam passando despercebidos.

Os objetivos de identificar, pesquisar, mapear e propor melhorias definitivas e assegurar os Direitos resguardados e adquiridos com o passar do tempo.

Com isso conclui-se que tanto o Estado, quanto o município, deve proporcionar oportunidades dentro da medida do possível, para que elas possam juntamente com a sociedade garantir o desenvolvimento regional e social.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Vera. Desafios da acessibilidade no Brasil: um comparativo com outros países. **Deficiente Ciente**. 2020. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/desafios-da-acessibilidade-no-brasil-um-comparativo-com-outros-paises.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 3.249/15**. Dispõe sobre a execução, manutenção e conservação dos passeios públicos, nas vias e logradouros urbanos do município de caçador, e dá outras providências. Caçador, SC: Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/cacador/lei-ordinaria/2015/324/3249/lei-ordinaria-n-3249-2015-dispoe-sobre-a-execucao-manutencao-e-conservacao-dos-passeios-publicos-nas-vias-e-logradouros-urbanos-do-municipio-de-cacador-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146/15**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

CAÇADOR ONLINE. Cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção enfrentam problemas em Caçador. **Caçador Online**. 2012. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/geral/2012/10/10/acessibilidade-cadeirantes-e-pessoas-com-dificuldades-de-locomocao-enfrentam-problemas-em-cacador-20280>. Acesso em: 10. Nov. 2020.

PANTALEÃO, Sergio Ferreira. Adicional de 25% na aposentadoria não deve ser exclusivo ao aposentado por invalidez. **Guia Trabalhista**. 2019. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/adicional-25porcento-aposentadoria.htm#:~:text=A%20Lei%208.213%2F91%20que,no%20valor%20de%20seu%20benef%C3%ADcio..> Acesso em: 11 nov. 2020.

CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS: Ensino sobre a Constituição Federal na modalidade virtual e presencial¹

Jonathan David, carlindavid90@gmail.com²

Orientador: Heitor Antônio Coffferri, direito@uniarp.edu.br³

Resumo – Pretende-se com esse objeto de estudo contribuir de maneira direta para a compreensão das crianças e adolescentes do município de Lebon Régis/SC sobre a Constituição Federal Brasileira, objetivando a expansão da noção cívica e o conhecimento de seus direitos e deveres constitucionais, gerando assim uma consciência cidadã melhor fundamentada em nossos alunos. Ainda, se busca possibilitar aos alunos um conhecimento extracurricular sobre o assunto através de plataformas virtuais, visando o distanciamento social exigido no momento da pandemia pelo novo coronavírus. Desta forma, busca-se dar informação e conhecimento aos alunos através de palestras expositivas acerca do ordenamento Constitucional que rege nosso país, assim, espera-se como consequência que os alunos desenvolvam um pensamento crítico com propriedade e enxerguem a sociedade incluindo um viés de justiça e cidadania. A escola tem se mostrado um ambiente ideal para que ações de cidadania e civismo sejam implantadas e desenvolvidas, dessa forma, tornar possível o conhecimento da Constituição Federal, contribui para a qualidade da cidadania das crianças e adolescentes no município de Lebon Régis/SC que é tão carente possuindo um dos mais baixos índices no IDH do estado.

Palavra-chave: Constituição. Cidadania. Conhecimento

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece diversos direitos que são fundamentais para a sociedade, dentre eles, de maneira objetiva, o direito à educação, logo no início da Constituição em seu artigo 6º podemos encontrar a educação sendo colocada como importante prioridade do Estado, dessa forma, fica evidenciado que a educação é um dos pilares basilares para a sociedade que se espera ter. Porém, fica um tanto quanto reticente o seu conteúdo e o seu alcance, se nos limitarmos apenas aquilo que está previsto no artigo 6º. Além desse artigo da Constituição Federal, temos a Lei de Diretrizes e Base da Educação que definirá em seus artigos o dever de ser “dado os insumos indispensáveis ao processo de ensino-

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do PAEC/2020-2021.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Coordenador do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

aprendizagem” (TAVARES, 2012, p, 881), tornando assim uma abrangência e fundamentos maiores para a real aplicação da educação no Estado.

A nossa Carta Magna em seu art. 205, estabelece dentre outros direitos, aquele em que a educação deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa”, sobretudo “seu preparo para o exercício da cidadania”. Dessa forma, o indivíduo como um ser vivendo em sociedade e essa por sua vez regrada por direitos e deveres, resta no mínimo a responsabilidade da sociedade em ensiná-los sobre seus direitos, o que muitas vezes fica distante da realidade escolar por ineficiência ou pelo próprio currículo escolar que não traz como exigência o ensino do tema na educação, seja no ensino fundamental ou médio em nosso país.

A inexistência até os dias de hoje de uma disciplina voltada especificamente sobre o tema da Constituição Federal ou sobre qualquer forma de exposição sobre leis, gera como consequência o desconhecimento e a falta de compreensão de questões relevantes, como por exemplo, a atuação política do cidadão ou a importância do Estado em nosso cotidiano, por isso, um projeto que possibilite trazer aos alunos a possibilidade de conhecer a Constituição Federal através de um linguagem simples mas objetiva se torna de importante relevância.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 PARA TODO E QUALQUER CIDADÃO

O conhecimento e entendimento da Constituição Brasileira torna o cidadão apto ao exercício da cidadania. De acordo com Kolling (2017), o conhecimento torna todo e qualquer cidadão consciente de seus direitos e deveres e como consequência estes passam a exigir de seus representantes de maneira inteligível e eficiente que seus direitos adquiridos sejam respeitados e preservados.

A primeira Constituição Brasileira foi assinada em 25 de março de 1824 por Dom Pedro I, após o processo de Independência do Brasil, está data é muito importante e deve ser lembrada visando a importância para os brasileiros apresentar conhecimento no que diz respeito a história das Constituições no país.

De acordo com um levantamento elaborado pelo Data Senado, 7,8% dos entrevistados nunca tiveram contato com a Constituição Federal e cerca de 35% consideram seus conhecimentos sobre a mesma, muito abaixo sobre o assunto.

A partir de resultados como estes, podemos identificar o grau de conhecimento

da população referente a Constituição Brasileira, dessa forma, é explícita a importância de combater o “Analfabetismo Constitucional” na sociedade, visando a diminuição deste analfabetismo se faz urgente e necessária a participação do poder Público desenvolvendo palestras e cursos em escolas e instituições públicas e particulares, além de que, neste processo é necessário uma maior participação da população para que esses incentivos prosperem, como também é importante que esse interesse seja recíproco tanto do poder público quanto da população.

A partir do conhecimento da Constituição Federal Brasileira a sociedade estará mais preparada para compreender as atitudes tomadas pelos seus representantes, e assim cobrar atitudes deles sem se deixar influenciar por terceiros. Com informações necessárias a população terá ações inteligíveis sabendo o que se deve fazer e como fazer de forma satisfatória permitindo prevalecer seus direitos e responsabilizando os culpados pelo não cumprimento da lei, exercendo assim seu papel de cidadão.

Motta Filho (2003) defende que constitucionalismo se deu a partir de uma luta do homem para obter liberdade diante do governo, e um por um conjunto de mínimos de direitos a serem respeitados também pelos cidadãos. Sendo essa a natureza do Constitucionalismo, sendo que é a partir dele a forma mais lógica e eficaz para se alcançar a liberdade social, não a liberdade física, mas sim a liberdade intelectual, ou seja, de pensamento.

A Constituição Federal determina vários direitos e também vários deveres, basta observarmos o que o artigo 227, diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Torna-se elementar que o conhecimento sobre a Constituição é importante e necessário, justamente por ser esse conhecimento libertador, ao passo que a criança, jovens e adultos conhecendo mais sobre a constituição e as leis que o nosso país possui, maior será sua liberdade e sua inquietação com aquilo que fuja da legalidade e dos princípios que nos norteiam, gerando como consequência o respeito a sua dignidade como ser cidadão e o respeito ao próximo que também está incluído num Estado democrático de direito.

A Constituição Federal de 1988 teve uma participação da sociedade de grande relevância para o seu “desenho”, implementação e o próprio controle social das políticas públicas e nada mais justo que aproximar as crianças e adolescentes para o efetivo conhecimento dessa Carta, para que esses possam observar, absorver e refletir acerca deste tema.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de out. 1988. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DATA SENADO. **Conteúdo Constitucional Precisa ser mais difundido**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/brasileiros-reconhecem-importancia-da-constituicao-cidada>> Acesso em 25 de Jun. 2020.
- FOLHA DE CAMPO LARGO. **Dia da Constituição Brasileira Firma a Importância do Conhecimento da Lei suprema do país**. Disponível em: <http://www.folhadecampolargo.com.br/noticias/geral/dia-da-constituicao-brasileira-firma-a-importancia-do-conhecimento-da-lei-suprema-do-pais-38944>> Acesso em 25 de Jun. 2020.
- LOURENÇO I; RICHARD I. **As Conquistas sociais e econômicas da Constituição Cidadã**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-conquistas-sociais-e-economicas-da-constituicao-cidada-2791.pdf>> Acesso em 25 de Jun. 2020.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 25. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MOTTA FILHO. Sylvio Clemente da. **Direito Constitucional: teoria, jurisprudência e 1000 questões**. 13. ed. rev., ampl. e atual. até a Emenda Constitucional no 40/2003. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.
- TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- UNIARP. **Normalização de trabalhos acadêmicos**. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador: EdUNIARP, 2019. Disponível em: www.uniarp.edu.br. Acesso em: 24 jun. 2020.

PROJETO NÓS POR ELAS – ORIENTANDO RECOMEÇOS¹

Angela Karine Schuck, e-mail: angelakarine14@gmail.com²
 Caroline Neris Bridi, e-mail: caroline.neris@uniarp.edu.br³

Resumo – A violência contra a mulher é um fato, ainda que punível pela legislação brasileira, que ocorre recorrente na nossa sociedade e por vezes, as suas vítimas, não conseguem identificar a violência para denunciá-la (quando não for caso de lesão corporal) ou optam por permanecer no lar devido à falta de informação das medidas que podem ser tomadas após. O trabalho desenvolvido teve como escopo apresentar estas informações, ou seja, dar ciência a todos os tipos de violência, meios para denunciá-las, modo de enfrentamento estatal e as medidas judiciais que seriam pertinentes ao pós-violência, como ação de divórcio, alimentos aos filhos, etc. Este resumo tem como objetivo relatar as experiências adquiridas ao criar e aplicar este projeto, mesmo em um momento tão delicado quanto ao que foi vivenciado, que apesar do projeto ter sido aplicado de uma forma inesperada, conseguiu atingir o principal objetivo. Por meio deste relato serão transmitidos os passos seguidos, os resultados obtidos e a experiência vivida.

Palavras-chave: projeto, experiências, objetivo.

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais abordados atualmente é a questão da violência doméstica contra a mulher, principalmente no âmbito familiar, onde a mulher deveria sentir segurança e muitas vezes acaba sentindo medo. Desde os primórdios da humanidade a violência contra a mulher está presente, devido a indicação de ser o sexo frágil, submissa, foi imposto uma relação onde a mulher teria que obedecer e servir o homem, uma relação na qual a mulher seria o ser “dominado” e o homem o ser “dominante”. Atualmente visualiza-se uma crescente ocupação feminina em áreas ditas popularmente como “coisa de homem”, como nas áreas de engenharia, segurança pública, etc., porém ainda existe uma grande discriminação perante o sexo feminino. Entretanto, a herança patriarcal na qual se fundou a sociedade ainda está enraizada em grande parcela social, o que faz com que ainda, diante de toda evolução social e legislativa, mulheres ainda estejam sejam vítimas da violência doméstica. Neste norte, também é palpável a mulher que retorna ao convívio do agressor, após os trâmites policiais (quando denunciados), justamente por dependência econômica e pela falta de perspectiva, amparo, informação e esperança de se encontrar em lugar melhor. Outrossim, diante deste cenário, é preciso orientar mulheres vítimas de violência, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social que elas não estão sozinhas, instruindo-as com uma “luz no fim do túnel”, foco deste projeto, ou seja, informar as mulheres dos seus direitos e deveres após o ato da violência, seja na esfera cível ou criminal.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de relato de experiência oriunda do PAEC desenvolvido na Comarca de Fraiburgo.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), *campus* Fraiburgo.

³ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A mulher vem sendo vítima de violência doméstica a anos e esse índice só aumenta, principalmente em comunidades carentes. Daí a importância da informação por meio de palestras, cartilhas, conversas com psicólogos e pessoas que entendem do meio jurídico. A escolha do tema foi devido ao fato de que em Monte Carlo/SC, cidade foco do presente projeto e que há um grande número de vítimas de violência vinda de seus companheiros, não tem qualquer instrução jurídica sobre o que fazer e muitas vezes acabam aceitando caladas, por medo e dependência.

O projeto teve como objetivo geral orientar as mulheres vítimas de violência doméstica da cidade de Monte Carlo/SC quanto à possibilidade do recomeço após o fato, instruindo-as juridicamente, como objetivos específicos reunir mulheres vítimas de violência doméstica do município de Monte Carlo/SC; oferecer orientação jurídica para vítimas, por meio de palestras, cartilhas e outros meios; auxiliar na autoestima de cada mulher, lhe fornecendo o pertencimento à sua sociedade sem violência; formar uma rede de apoio inexistente no município com a participação de profissionais competentes.

Além do mais, foi utilizada a normalização da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Consubstanciado em dados estatísticos trazidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Brasil ocupa o 7º lugar dentre as nações mais violentas contra mulher, dentre 87 países, ficando o estado de Santa Catarina com a 9ª colocação no país (EVANGELISTA, 2018).

Entretanto, para compreender esses números, há que se verificar a capitulação do delito da violência doméstica, de onde se extrai da lei:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I -a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II -a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III -a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV -a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V -a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, Lei nº 11340/06 de 2006).

Outrossim, cabe lembrar que há a tipificação do crime de feminicídio pelo Código Penal Brasileiro, conforme preceitua o art. 121, § 2º, VI, ou seja, crime contra

a vida contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, considerando essa condição especial quando cometido em violência doméstica ou familiar ou com menosprezo do gênero (BRASIL, Decreto nº 2.848 de 1940).

Para traçar os direitos das mulheres, parte-se do princípio que todos têm os mesmos direitos garantidos por lei, ao mencionar os direitos das mulheres, vale ressaltar que tanto as mulheres como os homens fazem parte de uma mesma esfera jurídica, sendo então garantidos direitos iguais para ambos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I -homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Os direitos conquistados pelas mulheres vêm sendo adquiridos ao longo dos anos, sendo que o primeiro deles, garantido por lei, foi promulgado pelo Decreto 89.460, em 20 de março de 1979 e ficou conhecido como a Convenção das Mulheres a qual foi o primeiro tratado internacional que garantia os direitos humanos das mulheres (Lei nº 89.460 de 1979).

Tal convenção é considerada a “Carta Magna” dos direitos das mulheres e simboliza os vários avanços conquistados nas últimas décadas e garante que todos merecem respeito a dignidade perante a lei.

As mulheres também conquistaram em 7 de agosto de 2006, a Lei 11340/06, conhecida por Lei Maria da Penha, a qual tem por objetivo criar mecanismos para inibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tal lei, composta por 46 artigos, menciona todos os direitos das mulheres caso venham a ser vítimas de violência doméstica, também orienta a qual órgão recorrer e os procedimentos a serem realizados posteriormente (Lei nº 11340/06 de 2006).

METODOLOGIA

A aplicação do projeto se daria por meio de palestras e reuniões semanais com mulheres que vivem ou já viveram algum tipo de violência no âmbito familiar, onde juntamente com uma psicóloga cedida pelo município em questão, seria oferecido apoio emocional e jurídico, orientando quais medidas tomar ou a quem recorrer.

Porém com toda a questão de a aplicação ser a distância devido a pandemia, foi preciso utilizar a internet como principal ferramenta de pesquisa e divulgação, sendo o projeto inicialmente aplicado com o auxílio do programa ANCHOR, o qual era usado para a criação dos *podcasts*.

Posteriormente, com a decisão da criação das cartilhas informativas, foi utilizado o programa Microsoft Office Word, o qual era responsável pela criação das cartilhas, sendo enviadas por e-mail para que fossem publicadas na página oficial da universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente o projeto era realizado em parceria com a prefeitura municipal da cidade onde resido, Monte Carlo, com apoio foi conseguido um espaço para o projeto, uma psicóloga para acompanhar e uma assistente social, porém com a pandemia do Covid-19, paralisou tudo.

Com a decisão da universidade de que seria possível aplicar o projeto de forma on-line, atingindo não só as mulheres da comunidade onde seria aplicado, mas também mulheres, homens, jovens que acompanhariam à distância.

Eram várias as possibilidades de aplicação, sendo que a primeira que eu e minha orientadora escolhemos, foram os *podcasts*, sendo bem difícil no começo, visto que eu ainda tinha um certo receio em gravar algo para alguém escutar, porém aos poucos consegui me acostumar, e tudo fluiu muito fácil.

Durante a aplicação do projeto por meio das gravações de *podcasts*, acompanhando outros projetos que eram divulgados, quando as cartilhas me chamaram a atenção, vindo a mudar, juntamente com minha orientadora e anuência dos coordenadores do programa, comecei a criar as cartilhas online, as quais eram cheias de informações relevantes, telefones para denúncias, casos de violência doméstica que foram divulgados ao longo dos anos, e acima de tudo, conseguiu-se esclarecer o que é a violência doméstica em si.

O projeto tinha como intenção orientar as vítimas da violência doméstica sobre o que fazer após sofrer a agressão, e com as cartilhas acredita-se que se conseguiu atingir este objetivo e ir além. Muitas mulheres passam uma vida sem saber que estão em um relacionamento abusivo, com o projeto conseguiu-se passar quais são os sinais do abuso, quais são os tipos de violência que existem, onde e como denunciar, e olha, eu me senti tão realizada fazendo isso.

Ao aprofundar a pesquisa pode-se entender tanta coisa, acompanhar tantas histórias de mulheres que não tinham voz, e eu espero um dia possa contribuir muito mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dos dez meses de aplicação do projeto, ainda que na modalidade à distância, pode-se observar que dentre tantos números da violência doméstica atualmente no Brasil, é de suma relevância que haja maior informação para as mulheres, vítimas destas, para que consigam se desvencilhar da situação encontrada e que, também, consigam visualizar a condição a que são expostas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Hoje, só quero agradecer a minha orientadora por acreditar no meu potencial e desde o começo me incentivar; e a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar meios de incentivar a pesquisa e, conseqüentemente, auxiliar os acadêmicos no pagamento das mensalidades por meio das bolsas, como é o caso do PAEC. Este projeto foi muito além de custear as mensalidades, mas por criar um meio tão importante tanto para quem pesquisa, tanto para a sociedade que acompanha, este projeto com toda certeza marcará não só minha vida acadêmica como também minha vida pessoal, pois a partir deste, minha visão sobre o tema está muito mais aguçada, e eu tenho cada dia mais certeza que escolhi a profissão certa e mais ainda, eu quero advogar para as mulheres, quero ser a voz que não se cala.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov.2020

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que institui o Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

EVANGELISTA, Fernando. Violência contra a mulher aumenta em Santa Catarina e deixa a rede de apoio em alerta -Parte 2. Publicado no ano de 2018. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-santa-catarina-e-deixa-a-rede-de-apoio-em-alerta-parte-2>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

A SUSTENTABILIDADE E BOAS PRÁTICAS DE IRRIGAÇÃO NA HORTA ESCOLAR¹.

Gonçalves, Alisson, alissonfernando99@hotmail.com²
Gabardo, Gentil Carneiro, ge.gabardo@gmail.com³

Resumo.

A educação ambiental é um mecanismo importante para o desenvolvimento humano, porém devido aos fatores culturais e sociais, muitas questões ambientais são deixados de lado, onde o mecanismo de educação na rede básica de educação seria a utilização da distribuição na grade curricular de alunos do ensino médio e fundamental, essa característica muitas vezes possui uma carência, visto que muitas vezes o tema não é abordado, auxiliando na perda da educação ambiental nas escolas e influenciando na percepção ambiental na vida dos alunos enquanto adolescentes e adultos. Outra questão é o uso da água da chuva, como a maioria das escolas são em locais urbanos, geralmente a água é encanada sobre as rede de tubulações que passam nas ruas, muitas vezes a falta da água é constante em alguns pontos, com a utilização dos sistemas de cisterna a falta de água seria bem menor, reservando água e servindo para irrigação da horta e jardim. Nesse contexto, o processo de sensibilização da comunidade escolar frente aos passivos ambientais gerados pela urbanização descontrolada pode estimular iniciativas que transcendam o ambiente da mesma, atingindo o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários, potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à educação ambiental implementada na escola. Com a implantação de uma horta, torna-se possível desenvolver, acompanhar, dinamizar e avaliar ações relacionado a educação, a utilização da horta escolar tem a responsabilidade de produzir hortaliças de boa qualidade e grande produção. E reaproveitar a água da chuva que tem fator importante para o desenvolvimento das plantas. O projeto da cisterna é montado a partir de materiais de baixo custo, utilizando reservatório, canos para irrigação e coleta da água da chuva, torneira para saída da água, projeto muito bom, onde todos podemos fazer o projeto e ao mesmo tempo ajudando o meio ambiente.

Palavras-chave: Ambiental, cisterna, horta escolar.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Relatório PAEC 2020.

² Acadêmico do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

INTRODUÇÃO

A inevitabilidade de assegurar um desenvolvimento sustentável tem unido um conjunto de elementos que se integram, as questões ambientais, sociais, econômicas e saúde. Essa realidade atual exige um trabalho coletivo para unir esses elementos em prol de novas possibilidades e perspectivas que proporcionem uma flexibilidade das práticas existentes.

O processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente da mesma, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários, potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à Educação Ambiental implementada na escola (SANTOS, 2004).

Sistemas de irrigação montadas a partir de materiais de baixos custos, ajudam várias famílias de que necessita desse fator tão importante que é a água, a agricultura irrigada é o fator principal para o desenvolvimento das cultivares, sendo uma forma de armazenar água das chuvas, utilizando após a coleta, no uso da irrigação para as plantas (Embrapa, 2014).

O reconhecimento e participação desses alunos e funcionários como disseminadores e multiplicadores de informações na sociedade é um dos primeiros passos para a construção de um processo educativo mais articulado com os

processos de mudança social e construção de cidadãos adequados ao modo de vida ambientalmente sustentável.

Identificada tal necessidade, bem como considerados os ganhos positivos, a construção de uma horta escolar tem como principal objetivo oportunizar aos alunos o desenvolvimento de uma relação direta com o ambiente, possibilitando uma experiência de cuidado da terra e de valorização dos recursos naturais locais de maneira produtiva e sustentável.

O objetivo desse projeto pretende desenvolver uma melhor interação entre professores e alunos, escola e comunidade, tentando sensibilizar os agentes para uma postura de compreensão e sensibilização para os impactos da ação humana na relação “homem x meio ambiente”, bem como promovendo reflexões no sentido de atitudes de mudança e transformação, e também mostrar como é importante, se armazenar água da chuva, e após utilizar para fins importantes, e utilizando materiais reciclável para a montagem dessas cisternas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

METODOLOGIA

O projeto da horta e do sistema da cisterna, será desenvolvido de maneira ecologicamente aproveitando materiais de baixo custo, utilizando espaço necessário para o desenvolvimento da atividade.

O projeto terá início com levantamento do ambiente escolar, para possíveis espaços disponível, para desenvolver o sistema da cisterna e a horta. Serão coletados materiais de baixo custo, tais como galão para água, tambores, mangueiras, fitas para gotejamento, e canos para o desenvolvimento do projeto. Em seguida será feito a limpeza da área onde será realizado o projeto.

Após realizado todos os processos, será realizado a montagem da cisterna, e a utilização de tambores de 200Litros, uma barra de cano de 75mm, curvas de 75 mm, uma tela de mosquiteiro, para não entrar sujeira e entupir a saída, 1 calha para a coleta da água, 1 torneira para saída da água para irrigação das cultivares. Esse processo das cisternas, tem a ser utilizar para a irrigação de cultivares de várias hortaliças, que será feita o plantio na horta escolar. Após realizar todas as atividades da montagem das cisternas, iremos fazer o preparo da terra, utilizando adubos orgânicos, e demarcando a horta para o plantio das hortaliças.

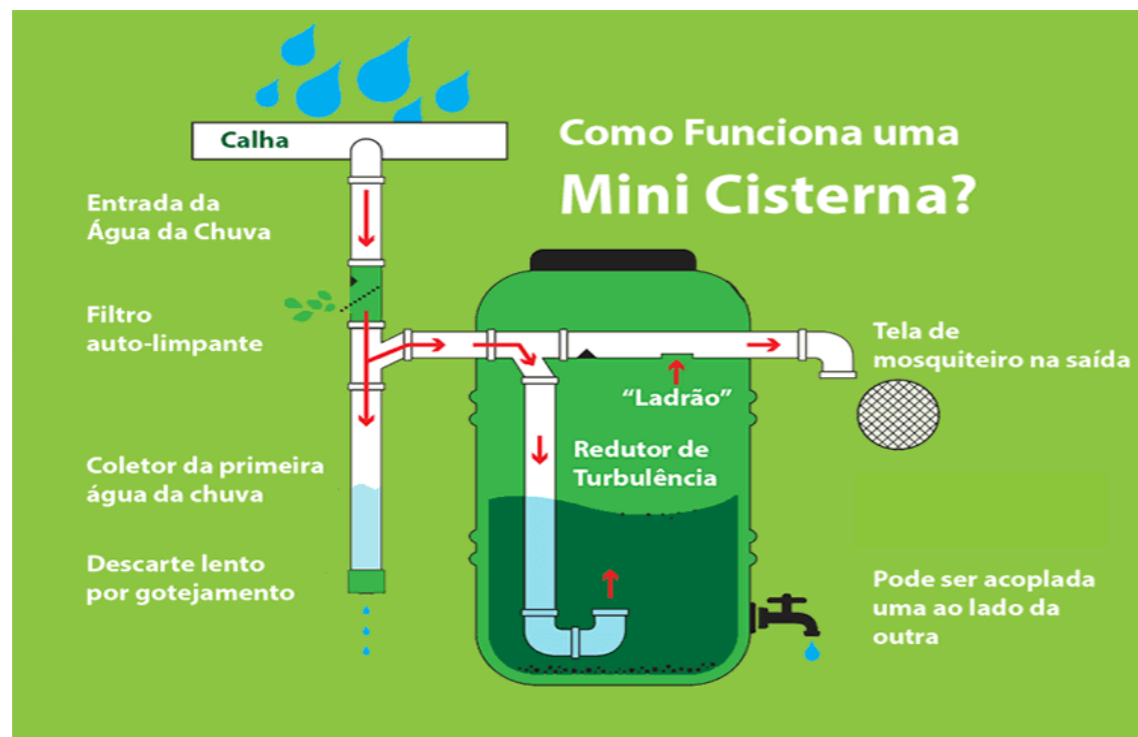


Figura 1. CISTERNA. GOOGLE, 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intuição desse projeto era, armazenar a água da chuva, e utilizar para uso, de irrigação na horta escolar, da escolha Henrique Júlio Berger, durante os meses de Março e Abril, foi realizado uma limpeza na escola, onde era para ser colocado essa cisterna, e feito a demarcação da horta, onde seria plantado varias tipos de cultura, para fim de alimentação escolar, porem esses meses, tivemos que cancelar todas as atividades por conta da pandemia que ocorreu e que ainda prejudica vários alunos, então tivemos que mudar os planos do projeto, construímos essa cisterna em uma residência, com o intuito de utilizar a agua para limpeza de calçadas e canil, ambas as ideias foram ótimas, foi um grande resultado, utilizando pouco material, para construção, e utilizando materiais de baixo custo, outro fator que tivemos durante esse ano, foi o poco de chuva que tivemos, então foi esperado vários dias, para podermos armazenar a água nessa cisterna, foi armazenado em torno de 400 Litros de água, e utilizado para limpeza de piso e calçada, com a torneira instalado na parte inferior do tambor, foi possível colocar uma mangueira,

para melhor deslocamento da água ate o ponto desejado, recomendo esse projeto para todos, para utilização de vários tipos de atividades, como lavagem de pisos, canis, irrigação para hortas e jardim, lavagem de carros e etc.. abaixo tem algumas fotos de como ficou o projeto pronto, e pronto para uso;



Figura 2 – Calha para cisterna, com 2 metros comprimento e abertura da calha.



Figura 2 – Furação Tambor, para colocar torneira, para saída da água. Cisterna pronta.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O projeto foi instalado na Escola Municipal Henrique Júlio Berger no Município de Caçador SC. Conforme todos sabemos, no ano de 2020, tivemos a paralização de todas as atividades, da educação, por causa do COVID19, porem o projeto foi montado em uma residência, com as mesmas expectativas de resultados e aproveitamento.

REFERÊNCIAS

CAPRA, F. A Teia da Vida: **Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAPRA, F. Alfabetização ecologia: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, p.14, 2003.

CRIBB, S. L. S. P. Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na Promoção de Melhorias ao Ensino, à Saúde e ao Ambiente. **Rev. Eletr. do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio Grande do Sul v. 3, n. 1, p. 42-60. 2010.

DEBONI, F. et. al. Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com - Vida na Escola: a geração do futuro atua no presente. **Rev. Bras. de Ed. Ambiental**, Cuiabá, v. 4, p. 26-32, 2009.

DEBONI, F. et. al. Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com - Vida na Escola: a geração do futuro atua no presente. **Rev. Bras. de Ed. Ambiental**, Cuiabá, v. 4, p. 26-32, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de orçamento familiar 2008-2008: **Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. 2010. **SUSTENTABILIDADE**. Disponível em <<http://www.capesesp.com.br/criancas-e-natureza>> Acesso em 7 nov 2018.

RODRIGUES, A. A. Representações e Práticas de Educação Ambiental: **Uma Escola Pública do Município de Feira de Santana (BA): subsídios para a ambientalização do currículo escolar**. **Rev. Bras. de Ed. Ambiental**, Cuiabá, v. 4, p. 99-106, 2009.

SANTOS, O S. A sustentabilidade através da horta escolar: um estudo de caso. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal da Paraíba. 2014.

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS's)¹

Letícia Geniqueli Reichardt, leticia_reichardt@hotmail.com²
Roger Francisco Ferreira de Campos, roger@uniarp.edu.br³

RESUMO

Os Resíduos Sólidos (RS) oferecem um risco em potencial ao ambiente, essa questão tem preocupado órgãos da saúde, entidades ambientais e prefeituras, pois com o rápido crescimento da população, faz com que as áreas disponíveis para a destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) se tornem escasso. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de avaliar a importância da elaboração e execução de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) em Unidades Básicas de Saúde. O presente estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica narrativa, quanto à fonte de informação considerada o método dedutivo sobre a gestão ambiental dos resíduos de serviço da saúde. O gerenciamento correto dos resíduos sólidos gerados em organizações de saúde não significa apenas um controle na diminuição dos riscos, mas também pelo alcance da minimização dos resíduos desde o seu ponto de origem. Sendo assim, conclui-se que a implantação do PGRSS por meio da disposição de recursos adequados, conscientização e treinamento dos profissionais envolvidos, é um mecanismo que possibilita desenvolver uma nova postura diante do gerenciamento dos resíduos, contribuindo para a diminuição na quantidade dos resíduos de serviços de saúde, como também pela redução dos riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

Palavras-chave: PGRSS. Resíduos de Serviço de Saúde. Gestão Ambiental.

INTRODUÇÃO

O impacto gerado pelos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) está se tornando um assunto muito discutido em virtude da sua interação negativa com as condições sanitárias, meio ambiente e saúde do trabalhador. Buscando a manutenção da saúde do trabalhador e da comunidade faz-se o uso da biossegurança no gerenciamento adequado dos RSS. Contudo, é necessário que haja uma visão mais ampla quando ao gerenciamento dos RSS, pois existem controversas quanto aos riscos dos resíduos dos serviços de saúde (GARCIA; ZANETTI-RAMOS, 2004). O sistema de gerenciamento de resíduos é um método que diminui os impactos ambientais relacionados aos RSS, além de gerar recursos financeiros para uma comunidade ou município (CAMPOS; BORGA, 2016). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a importância da elaboração e execução de um PGRSS para as UBS's.

¹ O presente trabalho refere-se ao projeto de extensão do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC).

² Acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada revisão da literatura narrativa sobre a gestão ambiental dos resíduos, com destaque para a gestão dos RSS. A revisão da literatura será realizada com o método dedutivo, onde segundo Borges (2014), por meio de uma hipótese genérica e, através da dedução, é possível chegar a uma conclusão e solução do problema. O estudo teve como base normas, revistas, publicações na *internet* e artigos científicos sobre o tema. Para elaboração da revisão de literatura foram utilizados principalmente sites de busca e no *SciELO* sendo utilizadas as seguintes palavras-chave: Gestão de resíduos de serviço de saúde, gestão ambiental, resíduos de serviço de saúde, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tema Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (GRSS) é um tema que vem sendo discutido e abordado de maneira frequente por diversos estudiosos e profissionais. Porém, são observados inúmeros problemas, que, na maioria das vezes, estão relacionadas com a falta de treinamento, capacitação das equipes de saúde, sendo que cabem à elas as informações, orientações, atualizações sobre o tema, por meio da aplicação da educação continuada com a adequação das unidades de saúde nas estruturas físicas, dentre outros aspectos (FREITAS; SILVA, 2012).

A partir do momento em que o PGRSS é realizado eficazmente, observa-se um impacto positivo na redução de acidentes de trabalho, redução de infecção hospitalar e de custos para as unidades de saúde, principalmente para os profissionais da limpeza, pois é gerado um grande volume de resíduo infectante e, conseqüentemente, a geração de maior custo no seu tratamento final, afetando também o microambiente (FREITAS; SILVA, 2012).

Na área da saúde houve um crescente desenvolvimento e avanço tecnológico e biotecnológico, fator que trouxe muitos benefícios para a sociedade, onde a ciência pode oferecer vantagens, porém, pode apresentar danos à forma de vida humana e ao meio ambiente, e, isso, ocorrerá se os devidos cuidados na utilização dos recursos disponíveis e na forma como os resíduos serão descartados não forem tomados (ROCHA et al., 2019).

A preocupação com os descartes de resíduos gerou políticas públicas e legislações baseando-se a sustentabilidade do meio ambiente e a preservação da saúde. Essas medidas foram tomadas para que houvesse uma garantia de descarte adequado dos resíduos de todas as classes produzidos, com o objetivo de não causar mais danos ao meio ambiente e população (ROCHA et al., 2019).

Com isso, relacionado às políticas e legislações, no Brasil, os órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pela RDC nº 222 de 28 de março de 2018, e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a Resolução nº 358, de 29 de maio de 2005, tem a função de gerar regras e orientar qual a melhor maneira de tratar os descartes. A ANVISA criou o programa de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e com base nele cada empresa pode elaborar o seu plano (ROCHA et al., 2019).

As etapas que envolvem o gerenciamento dos resíduos de saúde são manejo, segregação, acondicionamento, identificação, coleta e transporte interno,

armazenamento temporário, tratamento, armazenamento externo, coleta e transporte externo e disposição final (SOUZA, 2011).

A não realização e/ou a realização incorreta do gerenciamento dos resíduos provoca vários danos entre eles acidentes de trabalho envolvendo profissionais da saúde e da limpeza pública, contaminação do meio ambiente, favorecimento da propagação de doenças para a população em geral, sendo por contato direto ou indireto com vetores. Diante disso, torna-se relevante a conscientização dos profissionais para o cuidado com a segregação dos resíduos gerados, pois promove uma visão ampla das questões ambientais e a redução da utilização inadequada e descontrolada dos materiais hospitalares (SOUZA, 2011).

Portanto, o gerenciamento correto dos resíduos sólidos gerados em organizações de saúde não significa apenas controle e a diminuição dos riscos, mas também o alcance da minimização dos resíduos desde o seu ponto de origem, elevando a qualidade e eficiência dos serviços proporcionados pelo estabelecimento de saúde (FREITAS; SILVA, 2012).

Do ponto de vista administrativo, associando-se ao modelo de planejamento e controle, o gerenciamento de resíduos adapta-se à demanda atual dos resíduos de serviços de saúde, pois sua ação é diretamente ligada à prevenção de danos ao meio ambiente e acidentes. Em razão disso, o gerenciamento dos resíduos está sendo cada vez mais considerado, pois possibilita a economia de energias e insumos, bem como diminui a poluição ambiental, apresentando racionalidade e avanço. Além disso, presume-se que o conceito de gerenciamento compreende a ação conjunta da sociedade, dos estabelecimentos de saúde e do poder público (NEVES, 2020).

Sendo assim, é necessário seguir um plano elaborado antecipadamente, apresentando como principal foco dois objetivos indispensáveis: evitar que os resíduos que saírem das unidades de saúde e outros estabelecimentos de saúde, gerem situações de risco para as populações; a garantia de que o gerenciamento ambiental esteja sendo feito da melhor maneira possível (NEVES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que um gerenciamento de resíduos de saúde mal executado ou não executado, coloca em risco profissionais de saúde, profissionais que manipulam os resíduos, tanto na limpeza quanto no tratamento final, aumentando os índices de acidentes de trabalho, prejudicando a saúde e degradando o meio ambiente. Conclui-se que através da implantação do PGRSS e a disposição de recursos adequados, conscientização e treinamento dos profissionais envolvidos, é possível desenvolver uma nova postura diante do gerenciamento, contribuindo para a diminuição na quantidade dos resíduos de saúde e também com a redução dos riscos ao meio ambiente e à saúde. Todos possuem a responsabilidade da adequada utilização do meio ambiente, garantindo por meio disso, uma vivência melhor no mundo visando com que os recursos supram as necessidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de extensão, por meio do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC para o desenvolvimento do trabalho e a Secretaria de Saúde do

município de Fraiburgo/SC em especial à Unidade de Saúde Vila Salete pelo disponibilidade do desenvolvimento da atividade da respectiva unidade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Daniel Moura. Método dedutivo, indutivo ou comparativo. Qual o mais adequado à pesquisa do direito internacional do meio ambiente?. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 6, p. 85-101, 2014.

BRAGA, Benedito. et al. **Introdução à engenharia ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2005.

CAMPOS, Roger Francisco Ferreira de; BORGA, Tiago. Análise da geração de resíduos sólidos dos serviços de saúde no município de Caçador-SC. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v.15, n.1, p.247-255, Jan./Abr. 2016.

FREITAS, Iara de Moura; SILVA, Maria Aparecida da. A importância do gerenciamento de resíduos do serviço de saúde na proteção do meio ambiente. **Revista EVS – Estudos Vida e Saúde**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 493-505, out./dez. 2012.

GARCIA, Leila Pesonato; ZANETTI-RAMOS, Betina Giehl. Gerenciamento dos resíduos serviço de saúde: Uma questão de biossegurança. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p.744-752, Mai./Jun. 2004.

NEVES, Glauciane do Socorro Morreira. Impacto da Implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde em um Serviço de Quimioterapia de uma Unidade Hospitalar de Manaus-AM. **Revista European Academic Research**, Manaus, v. 7, n. 11, p. 5315-5345, Fev., 2020.

ROCHA, Thâmara Carollyne de Luna et al **Avaliação do programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) de uma grande rede de farmácias da região metropolitana do Recife**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

SOUZA, Débora Duarte. **Importância do gerenciamento de resíduos de serviço de saúde (GRSS) na Estratégia Saúde da Família (ESF)**. 2011. Monografia (Especialização em Atenção Básica da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares, 2011.

HORTA NA ESCOLA: E SUA IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA¹

Juliano Tasca Bisotto, julianoabisotto@gmail.com²

Roger Francisco Ferreira de Campos, roger@uniarp.edu.br³

Resumo - As práticas ambientais sustentáveis se fazem como mecanismo importante para o desenvolvimento humano, se tornando um mecanismo para um mundo mais consciente. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo avaliar a importância pedagógica dentro do ambiente escolar a fim de desenvolver uma horta escolar que contribua com as práticas pedagógicas adotadas na escola. O trabalho foi desenvolvido na Escola de Educação Básica Dra. Nayá Gonzaga Sampaio do município de Caçador - Santa Catarina com início no segundo semestre de 2018 em que as atividades foram mantidas até o final do ano de 2020, buscando a implementação da horta escolar servindo como mecanismo educativo para os alunos da instituição. Com o desenvolvimento do trabalho foi possível apresentar várias temáticas abordando conceitos de educação ambiental relacionada com a sustentabilidade e preservação ambiental, visto também, que na atualidade muitos alunos não possuem essa interação entre solo e natureza. Sendo assim, conclui-se que é viável a implementação de hortas escolares como mecanismo de educação, por meio de práticas adotadas com o desenvolvimento das atividades, sendo: preparando o solo, irrigando as plantas, arrancar matinhos no canteiro e por fim fazer a colheita dos alimentos.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Horta Escolar. Permacultura.

INTRODUÇÃO

Na vida contemporânea o resgate do vínculo do alimento respeitando os ciclos da natureza se torna eficaz para o desenvolvimento de ações educativas na área de alimentação e nutrição (COELHO, 2016). Nesse sentido, hortas escolares se tornam uma importante estratégia pedagógica, contando com um aprendizado baseado no contato direto com o alimento e a natureza, questões essas que podem ser abordadas por práticas sustentáveis de permacultura (MOLLISON; SLAY, 1998).

Para Juliano (2008), é comum ouvir falar sobre a importância da educação nutricional dentro das escolas para formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, para que as pessoas adotem posturas corretas no cuidado com a saúde e evitar o desenvolvimento de doenças causadas por maus hábitos alimentares, apesar disso pouco se conhece a respeito de ações que promovam a alimentação saudável dentro do ambiente escolar, sendo um conhecimento esse essencial para aperfeiçoar e criar estratégias pedagógicas para a promoção de práticas saudáveis e sustentáveis, dentro das escolas esse conhecimento ainda apresenta uma carência em que deveria ser mais trabalhado na área da educação.

Com a construção de hortas escolares, além de adotar ações sustentáveis, é possível atribuir uma série de novas aprendizagens e valores na comunidade escolar, envolvendo alunos, professores, diretores e funcionários, além de estarmos assumindo uma tarefa conjunta e aprender a trabalhar em grupo com pessoas de diferentes gostos e habilidades, sendo possível assim oportunizar que os educandos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto de Extensão do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC).

² Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor, mestre do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

aprendam a ouvir, a tomar decisões, a socializar, a seguir instruções, a ler manuais, entre outras tantas formas de obter conhecimentos (BARBOSA, 2008).

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de avaliar a importância pedagógica por meio do desenvolvimento de uma horta escolar na Escola Dra. Nayá Gonzaga Sampaio, buscando atribuir conhecimentos práticos no preparo do solo, em produzir alimentos de forma sustentável, além de abordar o cuidado com o meio ambiente a fim de complementar a merenda escolar, proporcionar um laboratório ao ar livre e aumentar os níveis de conhecimento dos alunos em diversas áreas - aplicando técnicas sustentáveis de permacultura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na busca de aprimorar processos pedagógicos dentro da escola, os referenciais da Aprendizagem Social se inserem nas práticas socioambientais educativas de caráter colaborativo, que têm se revelado como método importante na construção de uma nova forma de pensamento, isso abre um estimulante espaço para a construção e criação de uma forma de ensino interdisciplinar (ARNSTEIN, 2002). Quando se trabalha uma horta escolar através de suas práticas pedagógicas sobre comportamento alimentar e cuidado com o meio ambiente, além de permitir o diálogo e a tomada de decisões entre as pessoas envolvidas, isso abre um leque para aprimorar e discutir a questão sobre educação alimentar dentro das escolas (BRASIL, 2012).

Segundo Borges, Freitas e Silva (2013) a participar de ações escolares que tenham como objetivo a melhora da qualidade do espaço escolar, que contribuam para o conhecimento e conscientização do aluno sobre a EA, devem ser constantemente estimuladas, seus benefícios a curto e longo prazo podem ser satisfatórios, desde que sejam corretamente trabalhados, a horta escolar apesar de consistir em uma prática muito simples, pode gerar resultados incríveis. O processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente da mesma, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários, potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à EA implementada na escola (SOUZA, 2018).

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na Escola de Educação Básica Dra. Nayá Gonzaga Sampaio no município de Caçador - Santa Catarina, por meio do desenvolvimento de atividades práticas, sendo transmitido conhecimento aos alunos sobre o processo de cuidar do solo, preservar os recursos naturais e desenvolvimento de uma horta escolar, onde segundo Cooksy (2001), essa sistemática apresenta ser um mecanismo de interação entre intervenção e consequência, sendo um método para a programação e análise de uma intervenção de conhecimento. O trabalho foi realizado entre julho de 2018 a novembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1., apresenta os trabalhos realizados com o desenvolvimento da horta na escola durante o período do projeto.

Figura 1 - Atividades desenvolvidas com os alunos na escola: Aplicação de palestras (A); preparação do solo para implantar a horta (B e C); Plantio das mudas de hortaliças (D e E); Produtos prontos para consumo (F) e Produção de tijolos para delimitar os canteiros (G e H)



Como método de aprendizagem adotado na escola, os estudantes obtiveram uma forma de conhecimento prático no desenvolvimento da horta na escola e encontrando formas de valorizar o ambiente escolar para melhor compreender e aperfeiçoar os cuidados com o solo, plantas e recursos que a natureza nos oferece priorizando a preservação do meio ambiente e de seus recursos. Jacobi e Tristão (2009), apresentam que está cada vez mais evidente a problematização social ameaçada por riscos de impactos ambientais causados por ações da própria sociedade em que as práticas pedagógicas vinculadas à sustentabilidade se fazem como alternativas para driblar ações de agravos socioambientais, sendo esta uma alternativa para conscientizar participantes sociais relevantes e ativos, por práticas educativas e de um processo de diálogo que reforça um sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de utilização de práticas sustentáveis por meio do desenvolvimento de uma horta escolar, apresentou-se com um método educativo que proporciona conscientizar os alunos quanto à interação de homem e natureza, visto que os alunos adquirem conhecimentos em produzir e consumir alimentos de forma sustentável levando em conta a preservação do meio ambiente e de seus recursos, além de transformar o ambiente escolar em um espaço produtivo em que adquire conhecimentos de forma espontânea. A horta escolar proporciona um aprendizado interdisciplinar a fim de aprimorar os níveis de conhecimento dos estudantes em diversas áreas do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de extensão, por meio do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC para o desenvolvimento do projeto denominado “Horta na escola: Práticas Sustentáveis de permacultura”.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio. **Horta escolar dinamizando o currículo da escola**. 2. ed. Brasília: FAO: FNDE: MEC, 2008.

BORGES, Lizyane Lima; FREITAS, Pedro Henrique; SILVA, Regisnei A. de Oliveira. Horta escolar recurso para se discutir a educação ambiental. *In*: Semana de Licenciatura, 5., 2013, Jataí. **Anais eletrônicos ...** Jataí: Instituto Federal de Goiás/UFG Instituto Federal, Goiás, 2013. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/semlic/article/view/441/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

COELHO, Denise Eugenia Pereira; BÓGUS, Cláudia Maria. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 761-770, 2016.

COOKSY, Leslie J.; GILL, Paige; KELLY, P. Adam. The program logic model as an integrative framework for a multimethod evaluation. **Eval Program Plann**, n. 24, p. 119-128, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0149718901000039#!>. Acesso em: 10 jun. 2020.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

IULIANO, Bianca Assunção. **Atividades para promoção de alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, SP**. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia. **Introdução à permacultura**. Brasília: MA/SRD/PNFC, 1998.

SOUZA, Allan Guilherme Rodrigues de. Utilização de hortas verticais como instrumento de educação ambiental não formal. **Revista Brasileira de Educação Ambiental - REVBEA**, São Paulo, v.13, n.2, p.388-395, 2018.

DIFICULDADE DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS¹

Maikon Diego Prigol, maikonprigol@gmail.com²
Roger Francisco Ferreira de Campos, roger@uniarp.edu.br³

Resumo – O desenvolvimento de trabalhos científicos e acadêmicos é um mecanismo essencial ao decorrer da vida acadêmica. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de avaliar as principais dificuldades dos acadêmicos da Uniarp quanto ao desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se o posicionamento e dificuldades dos alunos durante as orientações metodológicas desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2020. O estudo apresenta que os acadêmicos apresentam dificuldades no processo de escrita e quanto a interpretação da normalização. Sendo assim, conclui-se que é necessário o desenvolvimento de meio que viabilizem um melhor ensinamento dos alunos quando ao desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

Palavras-Chave: Normalização. Trabalhos. Acadêmicos.

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem ativa é empregada com meios que envolve o meio acadêmico no processo de ensino-aprendizagem, alienando os acadêmicos com as atividades que os levem ao caminho da construção de conhecimento (PRINCE, 2004), sendo que a utilização de ferramentas é um processo de aprendizagem ativa e a simulação de problemas reais aperfeiçoa os acadêmicos no processo de aprendizado (AKKOYUN; CAREDDU, 2015), visto que a metodologia conservadora, por meio da exposição de disciplinas, teorias e matérias, apresenta um mecanismo de transmissão de conhecimento e não na sua construção de conhecimento (STIG; FINN, 2009). Nas últimas décadas, o homem vivenciou grandes transformações com um impacto expressivo nos seus meios de ensino e aprendizagem, sendo uma sociedade que antes conhecida como industrial agora é conhecida como sociedade da informação, obtendo o conhecimento como mecanismo integrador. Mediante a essa transformação aumentou a disponibilidade de acesso aos recursos pela internet, que influencia na transformação social e tecnológica, acarretando a solicitação de profissionais mais críticos e criativos no mercado de trabalho - mediante ao conhecimento técnico sobre a informação, buscando que os mesmo saibam aplicá-lo na resolução de um problema (STEWART, 1998). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de avaliar as principais dificuldades dos acadêmicos da Uniarp quanto ao desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto de Extensão do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC).

² Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor, mestre do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A transformação social e tecnológica acarretou o desenvolvimento do método EaD em muitas instituições, onde esse processo se não empregado de forma eficiente pelos acadêmicos em seus mecanismos de aprendizagem, podem acarretar efeitos negativos, especificamente nas categorias de desempenho, flexibilidade, conveniência dos mesmos (STELL; PILLON; KERN, 2005), sendo que essas questões estão relacionadas com a dificuldade de diálogo (CAREGNATO; MURA, 2003), distância entre o professor e aluno (SOUZA, 2016) entre outros, mas principalmente pela falta de comprometimento dos alunos (ANDRADE; OLIVEIRA, 2017) e falta de acesso e dificuldade de utilização de tecnologias (CAREGNATO; MOURA, 2003).

Quando relacionado ao aprendizado no desenvolvimento de trabalhos sobre normalização esse processo é mais precário, visto que muitos acadêmicos não possuem o hábito de organizar seus trabalhos, sendo que muitos só realizam as atividades programáticas para cumprir o cronograma das disciplinas, problema que acarreta no processo de desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), monografias, dissertações e outros (ANDRADE; OLIVEIRA, 2017).

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), com o polo localizado no município de Caçador, Santa Catarina, sendo avaliado o posicionamento e dificuldades dos alunos durante as orientações metodológicas desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2020. Sendo que, segundo JobConvo (2020, n.p.) “a avaliação comportamental é uma metodologia que visa analisar o indivíduo por meio do seu comportamento”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise comportamental e prática dos acadêmicos foi possível observar que os alunos apresentam dificuldade no processo do desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos, como a utilização de meio técnicos, como livros, artigos e outros para desenvolver citações, como também no processo de interpretar a ideia do autor para desenvolver uma nova citação. Quanto ao processo de utilização de *Microsoft Office Word* (ou equivalente) para elaboração do trabalho os acadêmicos apresentam dificuldade no processo de formatação e tabulação, visto que muito não realizam o desenvolvimento desses mecanismos no seu cotidiano. Segundo Prigol e Campos (2020) é necessário o desenvolvimento de trabalhos que visem auxiliar o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresenta que há uma dificuldade por parte dos alunos quanto ao desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, questão que pode estar associado à falta de utilização da mesma no cotidiano da universidade. Contudo, por meio da cobrança de professores, orientadores e instituição esse cenário pode ser alterado, onde a utilização desta prática no cotidiano pode melhor o cenário atual.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de extensão, por meio do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC para o desenvolvimento do projeto denominado “Apoio Pedagógico: Diretrizes da Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Uniarp”.

REFERÊNCIAS

AKKOYUN, Ozgur; CAREDDU, Nicola. Mine simulation for educational purposes: a case study. **Computer Applications in Engineering Education**, v. 23, n. 3, p.286-293, 2015.

ANDRADE, Gustavo de Oliveira; OLIVEIRA, Vinicius Campos de. Informática na educação: um olhar sobre a utilização de novas tecnologias. **ECCOM**, v. 8, n. 15, p. 159-170, 2017.

CAREGNATO, Sonia Elisa; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Análise das características e percepção de alunos de educação a distância: um estudo longitudinal no curso biblioteconomia da UFRGS. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 11-24, 2003.

JOBCONVO. Avaliação comportamental: o que é e como aplicar?. **JobConvo**, [S.l.], 19 ago. 2020. Disponível em: <https://articles.jobconvo.com/avaliacao-comportamental-saiba-o-que-e-e-como-aplica-la-na-empresa/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PRIGOL, Maikon Diego; CAMPOS, Roger Francisco Ferreira de. Análise da percepção dos acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio Do Peixe - UNIARP quanto ao desenvolvimento de trabalhos científicos e acadêmicos. In: Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão – SEDEPEX, 11., 2020. **Anais eletrônicos ...** Caçador: Universidade Alto Vale do Rio Do Peixe/UNIARP, 2020. Disponível em: <https://www.uniarp.edu.br/sedepex/2020>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOUZA, Silvana Santos de. A inclusão de disciplinas a distância nos cursos de graduação presencial: o estudo de caso dos acadêmicos da faculdade meta. In: Simpósio Internacional de Educação a Distância, 2016, São Carlos. **Anais eletrônicos ...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR, 2016. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1830/904>. Acesso em: 20 nov. 2020.

STELL, Andrea Valéria; PILLON, Ana Elisa; KERN, Vinicius Medina. Atitudes com relação à educação a distância em uma universidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 253-262, mai./ago. 2005.

STEWART, THOMAS A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIG, Enemerck; FINN, Kjaersdam. A ABP na teoria e na prática: a experiência de Aalborg na inovação do projeto no ensino universitário. In: ARAÚJO, Ulisses F.;

SASTRE, Genoveva. **Aprendizagem baseada em problemas no Ensino Superior**. 3. ed. São Paulo: Sumus, 2016.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBINA MOSCONI

Rafaela Abraao (Bolsista PAEC), 09475778900@uniarp.edu.br¹
 Prof.ª Me. Melânia Iora, melania@uniarp.edu.br²
 Prof.ª Josieli Varela (Orientadora), josieli.varela@uniarp.edu.br³
 Prof.ª Dr.ª Ivanete Schneider Hahn (Coorientadora), ivischneider@hotmail.com⁴

Resumo: O presente trabalho é oriundo do projeto de extensão realizado com financiamento do PAEC/ Uniarp. Destinou-se a promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes e professores da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina. Foram atendidos no total 55 estudantes do ensino médio, os quais tiveram diferentes atividades, que aconteceram de forma síncrona e assíncrona, devido a pandemia do Covid-19. Este projeto contribuiu para: (1) o avanço do conhecimento da área de Administração, promovendo o desenvolvimento teórico e prático do tema, principalmente no aluno bolsista; (2) fomentou a reflexão sobre atitudes relacionadas direta e/ou indiretamente às ciências administrativas e o espírito empreendedor nos alunos da escola pública abrangida; (3) apresentou e criou novas oportunidades, desenvolvendo ambientes de inovação e criatividade, fomentando espíritos inquietos e empreendedores; (4) integrou a universidade, empresas, instituições e comunidade, de modo a contribuir com a formação do acadêmico proponente do projeto, e também com o desenvolvimento social e regional enquanto agentes ativos da mudança.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é geralmente associado a abertura de novos negócios (BEGLEY; BOYD, 1987), assunção de risco e individualismo (MCGRATH; MACMILLAN; SHEINBERG, 1992), inovação, ideias, criatividade, descoberta e crescimento econômico (AUDRETSCH *et al.*, 2015). Desse modo, o empreendedor é detentor da capacidade de reinventar os meios para atender as crescentes necessidades da sociedade e proporcionar grandes transformações tanto econômicas como sociais e até mesmo ambientais (AMORIN; BATISTA, 2010).

O ensino do empreendedorismo não teve sua origem em escolas regulares, como a uma habilidade adicional nos currículos escolares, tampouco nas discussões filosóficas dos educadores (LOPES, 2010). A mesma autora (2010) explica que sua origem está ligada aos cursos de Administração, que veem a educação empreendedora como uma necessidade prática. Infere-se ainda, que há um distanciamento entre os profissionais preocupados com educação e aqueles que formam empreendedores.

Infere-se que, se o desejável é construir um ambiente que favoreça o empreendedorismo, é necessário pensar em como construir um conjunto de técnicas

¹ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Mestra em Desenvolvimento e Sociedade (Uniarp). Gerente da Unidade do Sicoob de Macieira.

³ Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

e habilidades que favoreçam o pensamento empreendedor e a ação empreendedora (NECK *et al.*, 2014; MITCHELL *et al.*, 2000; MORRIS, 1996), inclusive em ambientes escolares tradicionais, especialmente em regiões menos desenvolvidas, na perspectiva de que por meio do empreendedorismo é possível emancipar as pessoas que vivem nos extratos mais baixos da pirâmide social.

Neck e Greene (2011, p. 63) explicam que a educação empreendedora como um método requer prática e permite aos estudantes usarem, aplicarem e agirem de acordo com os conceitos de empreendedorismo, desenvolvendo assim, uma série de habilidades complementares aos currículos escolares tradicionais.

Posto isso, na análise de currículos escolares da rede pública de ensino de Santa Catarina, mais especificamente das escolas públicas do município de Macieira, Santa Catarina, verificou-se não haver projetos ou esforços voltados a educação empreendedora para jovens e adolescentes. A partir disso, este projeto de extensão destinou-se a promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes e professores da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina.

2 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A educação empreendedora como método é empregada para fomento das habilidades empreendedoras fundamenta-se em Neck *et al.* (2014) quando afirmam que a educação empreendedora não pode ser entendida como um processo, uma vez que um processo é composto por *inputs* conhecidos transformados em *outputs* previsíveis. Por isso, não se deve ensinar estudantes com a linearidade de uma linha de produção como em um processo. Deve-se construir um ambiente que favoreça o empreendedorismo e é necessário pensar em como construir um conjunto de técnicas e habilidades que favoreçam o pensamento empreendedor e a ação empreendedora (NECK *et al.*, 2014, MITCHELL *et al.*, 2000; MORRIS, 1996).

É importante ressaltar que construir um programa de educação empreendedora deve ir além da inclusão de disciplinas nos currículos escolares. É preciso que a instituição, a partir de novas práticas pedagógicas, se transformasse em uma instituição empreendedora (CAMPELLI, 2011).

O empreendedorismo pode ser mais do que um processo e deve ser ensinado como um método (NECK *et al.*, 2014). Para os autores, esse método se desenvolve a partir de diferentes práticas que levam os estudantes a pensarem com um *mindset* empreendedor e que tenham, a partir disso, uma atitude empreendedora. Por isso, método e teoria devem andar juntas, conforme esquematizado no Quadro 2, onde a contraposição entre método e processo permite a compreensão da base utilizada para a metodologia de campo que será apresentada na seção posterior.

Quadro 2 - Ensino de empreendedorismo como método e como processo

Empreendedorismo como método	Empreendedorismo como processo
Conjunto de práticas	<i>Inputs</i> conhecidos e <i>outputs</i> previsíveis
Etapas de aprendizagem	Etapa para completar
Interatividade	Linearidade
Criatividade	Prevenção
Foco na ação	Foco no planejamento
Investimento na aprendizagem	Expectativa de retorno
Colaboração	Competição

Fonte: Neck e Greene, 2011 apud Costa e Silva; Mancebo; Mariano, 2017

3 A INTERVENÇÃO

O objetivo deste projeto de extensão é promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina. Para tal, foi utilizada a conhecida educação empreendedora como método de ensino.

Mais especificamente, o projeto atendeu a 55 estudantes do ensino médio, regularmente matriculados na Escola de Educação Básica Albina Mosconi. Este grupo de estudantes foi escolhido por dois motivos: (1) critério de acessibilidade, sendo que a escola se propôs a receber o projeto e participar enquanto agente ativo de mudança em sua cultura; (2) pelo critério da pertinência, haja vista ser uma escola que recebe os adolescentes e jovens de ensino médio do município de Macieira/SC. Mostrar novas perspectivas a estes alunos, poderá ajudar muitos desses alunos em sua escolha de curso para o ensino superior, ou para entrada no mercado de trabalho, ou ainda, de se emancipar socialmente.

4 RESULTADOS

A intervenção aconteceu por meio de capacitações online - nos dias: 19 de maio de 2020; 20 de maio de 2020; 21 de maio de 2020; 25 de maio de 2020; 29 de maio de 2020; 01 de junho de 2020; 03 de junho de 2020; 04 de junho de 2020; 08 de junho de 2020; 22 de junho de 2020; 03 de setembro de 2020; 10 de setembro de 2020; 15 de setembro de 2020; 22 de setembro 2020; 29 de setembro de 2020; 06 de outubro de 2020 - devido a pandemia do Covid-19, desenvolvidas na escola pelo bolsista PAEC, tendo como agente parceira na escola as Professora Patrícia Tasca Di Domênico e Professora Silvana Maffioletti.

No Quadro 3, encontram-se explicados e esquematizados cada etapa da metodologia.

Quadro 1 – Fases da capacitação

Ação/ atividade	Descrição
Construção da capacitação (material pedagógico para formação dos alunos do ensino médio)	Será elaborada apresentação em <i>power point</i> para a formação dos alunos
Formação de alunos do Ensino Médio	
Bases conceituais de empreendedorismo	Apresentação teórica/ expositiva sobre o tema
Exemplos práticos de empreendedorismo	Imersão ao empreendedorismo feito pela bolsista
Orientação para análise da viabilidade financeira da ideia de negócio	Vídeos explicativos feitos pela bolsista e de profissionais de mercado
Orientação para captação de recursos da ideia de negócio	Vídeos explicativos feitos pela bolsista e de profissionais de mercado

Fonte: elaborado pelas autoras (2020)

Todas as atividades desenvolvidas pelo Bolsista PAEC foram acompanhadas pelas Professoras Orientadoras do Projeto e pela direção da escola atendida. A formação de estudantes aconteceu dentro dos conteúdos estabelecidos, entre os meses de março a novembro de 2020.

As atividades, por acontecerem de forma online, utilizaram-se de atividades síncronas e assíncronas, sendo que a atividade final dos alunos consistiu em criar seu próprio negócio ou atividade que seja rentável. Isto é, o aluno teve que desenvolver um projeto na área de agronegócio, comercial ou filantrópica. O resultado da atividade foi apresentado em vídeos dos alunos aos colegas, professores e aluna bolsista.

De modo geral, os alunos da turma mostraram-se, apesar do momento da pandemia, curiosos, participativos e ativos nas atividades propostas. Diante disso, pode-se afirmar que o projeto auferiu o resultado esperado para o grupo que recebeu a intervenção.

5 CONCLUSÃO

A educação empreendedora faz com que o indivíduo se torne capaz de reconhecer oportunidades não observadas por outras pessoas, reunir e gerenciar recursos e agir em situações que envolvem riscos. Este indivíduo também é capaz de analisar o mercado, analisar financeiramente e economicamente uma oportunidade de negócio, entre outras habilidades (LOPES, 2010).

Sob esta perspectiva, educar para o empreendedorismo, principalmente o público de adolescentes e jovens, desenvolve não apenas as habilidades e a propensão empreendedora destes, mas sim, é possível mudar suas perspectivas em relação à sua carreira e perspectivas para o futuro.

Além disso, pode-se elencar que este projeto contribuiu para: (1) o avanço do conhecimento da área de Administração, promovendo o desenvolvimento teórico e prático do tema, principalmente no aluno bolsista; (2) fomentou a reflexão sobre atitudes relacionados direta e/ou indiretamente às ciências administrativas e o espírito empreendedor nos alunos da escola pública abrangida e nos professores que participaram das atividades; (3) apresentou e criou novas oportunidades, desenvolvendo ambientes de inovação e criatividade, fomentando espíritos inquietos e empreendedores; (4) integrou a universidade, empresas, instituições e comunidade, de modo a contribuir com a formação do acadêmico proponente do projeto, e também com o desenvolvimento social e regional enquanto agentes ativos da mudança.

REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, D.B.; KURATKO, D.F.; LINK, A.N. **Making Sense of the Elusive Paradigm of Entrepreneurship Department of Economics**. University of North Carolina: Working Paper Series, 2015.

BEGLEY, T. M.; BOYD, D. P. Psychological characteristics of associated with performance in entrepreneurial firms and small businesses. **Journal of Business Venturing**, v.2, p. 79-83, 1987.

CAMPELLI, M. G. R.; FILHO, N. C.; BARBEJATT, M. E. R. P.; MORITZ, G. O. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v.13, n.29, 133-151, 2011.

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2010.

MCGRATH, R.G.; MACMILLAN, I.C.; SCHEINBERG, S. Elitists, risk-takers, and rugged individualists? An exploratory analysis of cultural differences between entrepreneurs and non-entrepreneurs. **Journal of Business Venturing**, v.7, p.115-135, 1992.

MITCHELL, R. K.; SMITH, B.; SEAWRIGHT, K. W.; MORSE, E. A. Cross-Cultural Cognitions and the Venture Creation Decision. **Academy of Management Journal**, v.53, n.5, 974–993, 2000

MORRIS, M. H.; SEXTON, D. L. The concept of entrepreneurial intensity: Implications for company performance. **Journal of Business Research**, v. 36, n. 1, p. 5-13, 1996.

NECK, H. M.; GREENE, P. G. Entrepreneurship education: known worlds and new frontiers. **Journal of Small Business Management**, v. 49, n.1, p. 55-70, 2011.

NECK, H. M.; GREENE, P. G.; BRUSH, C. G.; EBRARY, I. **Teaching entrepreneurship: A practice-based approach**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2014.

UM APLICATIVO DE QR CODE PARA LEITURA DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS MEDICINAS DO HORTO FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR¹

Andrei Maurina, andreimaurinagcb@hotmail.com²

Carlos Alberto Zorzo, zorzo@uniarp.edu.br³

Resumo – Aplicativos de software que acessam dados armazenados em bancos de dados, quer sejam locais ou na nuvem, através da tecnologia QR Code são comuns nas mais diversas áreas de aplicação. A busca de informações das plantas medicinais do Horto Florestal do município de Caçador pode ser agilizada através de um aplicativo de QR Code. O presente trabalho teve por objetivo desenvolver um aplicativo de QR Code para recuperar dados das plantas medicinais do Horto Florestal. Após o desenvolvimento e testes do aplicativo gerado, pode-se concluir que o mesmo agilizou a busca destes dados, permitindo que visitantes do horto possam consultar os dados das plantas no momento de visitação, diretamente dos canteiros do Horto Florestal.

Palavras-chave: QR Code. Plantas Mediciniais. Horto Florestal. Software.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias permite a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a possibilidade de desenvolvimento de novas soluções para os problemas que afligem a sociedade. Neste contexto, surgiram os aplicativos de software que possibilitam às pessoas agilizar suas atividades diárias e sua comunicação, quer seja com pessoas, quer sejam com empresas. No âmbito dos aplicativos de software que acessam dados armazenados em bancos de dados, quer sejam locais, quer sejam na nuvem, uma tecnologia que se apresenta como muito promissora, é o QR Code.

O QR Code consiste em um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado a partir da utilização da câmara de um aparelho celular e um aplicativo. Similar ao código de barras, as informações são codificadas pela largura e separação das barras com base numa padronização adotada internacionalmente.

Sendo assim, a utilização do QR Code no Horto Florestal Municipal se torna muito interessante, pois são cultivadas uma variedade de plantas medicinais, quer seja para fornecer mudas, quer seja para distribuição das ervas processadas para a população. Com bastante frequência, usuários e visitantes do Horto Municipal precisam acessar informações detalhadas sobre as plantas cultivadas no Horto, tais como nome científico e sua utilização ou aplicação, entre outras. Atualmente isto só é possível em consulta a materiais bibliográficos impressos e demanda acesso aos documentos impressos e tempo para localizar a referida planta nos documentos. Somente após esta localização o usuário então terá acesso aos dados das plantas.

¹ O presente trabalho refere-se à uma atividade de Extensão Universitária, desenvolvida no âmbito do Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da UNIARP.

² Acadêmico do curso de Sistemas de Informação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor mestre do curso de Sistemas de Informação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e orientador do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

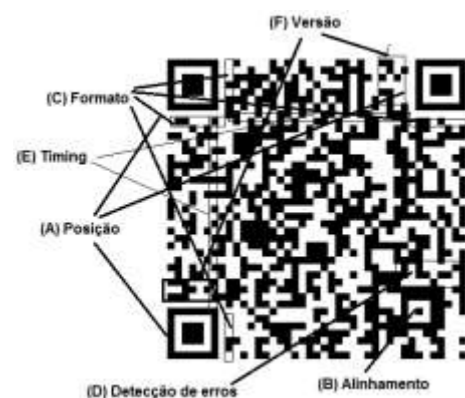
A base tecnológica do projeto de implementação do aplicativo de QR Code para o Horto Florestal para recuperação de informações de plantas medicinais corresponde às tecnologias QR Code e o *firebase*.

O QR Code ou Código QR (*Quick Response*) é um código de barras bidimensional que é facilmente escaneado através da grande maioria de celulares equipados com câmera, podendo ser convertido em um texto (interativo), um endereço URI (*Uniform Resource Identifier*), um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou um SMS (*Short Message Service*) (PRASS, 2011).

Esta codificação foi criada pela empresa japonesa Denso-Wave, no ano de 1994, para auxiliar a catalogação de peças de carros em linha de produção da indústria de automóveis. A partir do ano de 2003 o QR Code começou a ser utilizado por aplicativos de celulares em função da sua facilidade de leitura pelas câmeras dos celulares e da interpretação destes códigos. O termo QR Code é uma marca registrada da *Denso Wave Incorporated* e os direitos de patente pertencem à empresa Denso Wave, que decidiu não utilizá-los, permitindo assim a livre utilização deste padrão (DENSO WAVE INCORPORATED, 2009).

A criação de um QR Code deve levar algumas questões em consideração. Em primeiro lugar deve-se possuir uma referência (A) que permita o correto posicionamento da câmera de modo que as informações possam ser captadas sem erro. Verifica-se a necessidade também de informar o aplicativo de leitura do código qual é o formato da informação que está sendo lida visto que existem variações, podendo existir números apenas, caracteres alfanuméricos, bits binários, etc. Do mesmo modo, existem padronizações de datas diferentes, dadas pelas normas ISO/IEC, e o aplicativo de leitura precisa saber qual formato está sendo lido. Precisa-se também de uma referência que permita ao aplicativo de leitura obter o alinhamento (B) de modo a saber qual o lado de cima e o lado de baixo do código. Outra informação necessária para e perfeita leitura do código é a informação do formato (C). Além disso, é introduzida uma informação que permite ao aplicativo de leitura saber se os bits transmitidos em cada bloco estão corretos, permitindo verificar sua integridade (D). Por fim, deve-se definir o timing (E), que é uma referência para a velocidade de leitura apropriada, e a versão do código (F). A Figura 1 mostra o posicionamento das informações adicionais contidas num QR Code.

Figura 1: Informações adicionais de um QR Code.



Fonte: (BRAGA, 2010, n.p)

Além destas informações adicionais apresentadas na Figura 1, o QR Code possui a informação original codificada por meio dos retângulos, podendo ser, como citado, um texto (interativo), um endereço URI (*Uniform Resource Identifier*), um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou um SMS.

Em função da grande capacidade de codificação de dados através do QR Code e suas facilidades de leitura e processamento, verifica-se uma utilização cada vez maior deste padrão par aplicações que precisam de identificação de elementos.

Por outro lado, o *Firestore* é uma plataforma BaaS (*Backend as a Service*) do Google, que possui um conjunto de serviços e ferramentas para processamento e armazenamento de dados (FIREBASE, 2018). Sua grande vantagem são as diversas ferramentas que podem ser implementadas e integradas entre si de maneira fácil, rápida e eficiente. No projeto em questão foram utilizadas as seguintes ferramentas da plataforma *Firestore*:

- Cloud Firestore: banco de dados mais recente do *Firestore*;
- Cloud Storage: serviço de armazenamento de arquivos, vídeos, imagens, produzidas ou incluídas pelo usuário da aplicação;
- Autenticação: funcionalidade que auxilia no gerenciamento de usuários para autenticação/login e alteração da senha;
- Hosting: ferramenta para hospedar conteúdo em sites gerados pelo *Firestore*, utilizado durante o desenvolvimento.

METODOLOGIA

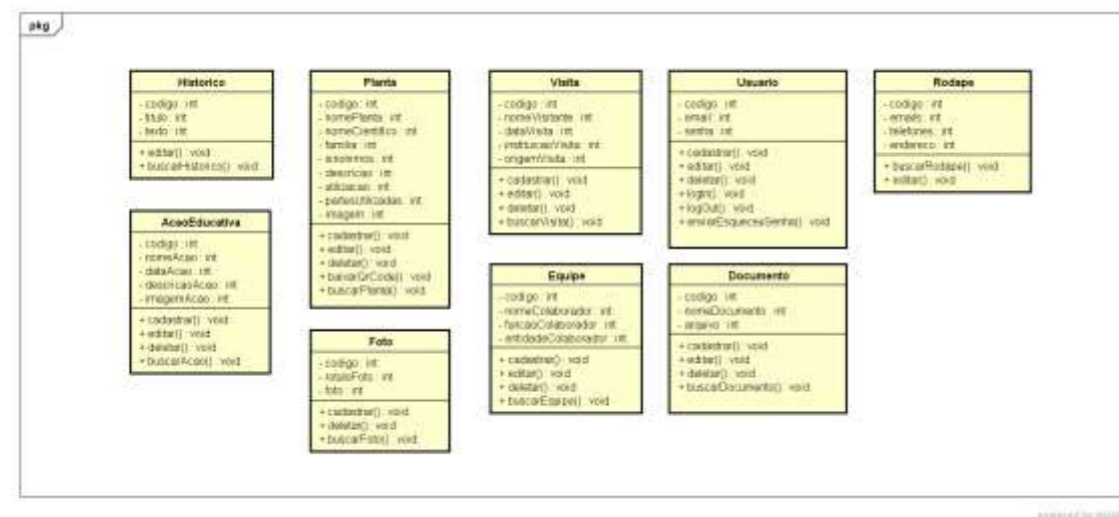
O presente projeto foi desenvolvido com base num conjunto de passos metodológicos que compreendem o conhecimento do funcionamento do Horto Municipal, uma revisão bibliográfica sobre as tecnologias utilizadas e a modelagem e o desenvolvimento de um aplicativo de QR Code para a leitura de informações sobre plantas medicinais do Horto Municipal do município de Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do projeto foi iniciado por meio de reuniões com o orientador, onde foram realizados levantamentos referentes as tecnologias que seriam utilizadas e implementadas, tanto no portal web do Horto Florestal, quanto no aplicativo para a leitura do QR Code. Tais tecnologias foram estudadas e analisadas, com objetivo de selecionar a mais adequada. Por fim deste primeiro planejamento, ficou definido a linguagem de programação javascript e uma ferramenta chamada *Firestore*, para o banco de dados e outras aplicações.

Assim que essa etapa foi definida, foram iniciadas as configurações no banco de dados, para receber os dados oriundos do aplicativo. Para melhor estruturar o banco foi desenvolvido também um diagrama das classes que geraram as tabelas que iriam guardar os dados necessários ao aplicativo. O Diagrama de Classes definido para o aplicativo consta na Figura 2.

Figura 2 - Diagrama de classes do aplicativo de QR Code.



Fonte: O Autor (2020).

Como necessitou-se a geração do QR Code no cadastro das plantas, foi desenvolvido um portal web para facilitar o cadastramento dos dados das plantas medicinais, além de servir como web site de divulgação do Horto Florestal. Sua estrutura foi definida como duas segmentações: uma pública e uma de gerenciamento. A segmentação pública contém toda a informação cadastrada referente ao Horto Florestal e as plantas medicinais, sendo acessível para consulta a todos os usuários que tiverem acesso à Internet. Por outro lado, a segmentação de gerenciamento é acessada através da segmentação pública somente por usuários cadastrados e validados através de login e senha. Esta segmentação de gerenciamento, por sua vez, contém todos os cadastros do portal, sendo usada como um gerenciador de conteúdo do web site do Horto Florestal e dos dados a serem recuperados pelo aplicativo de QR Code. Uma das principais funcionalidades da segmentação de gerenciamento é o cadastro das plantas medicinais, cujos dados serão posteriormente recuperados pelo aplicativo de QR Code. A Figura 3 apresenta a interface de gerenciamento (inclusão, exclusão e alteração) das plantas medicinais e a Figura 4 mostra uma interface de cadastramento de plantas medicinais.

Figura 3 - Interface de gerenciamento de plantas medicinais.



Fonte: O Autor (2020).

Figura 4 – Interface de cadastramento de plantas medicinais.



Fonte: O Autor (2020).

A Figura 3 apresenta a lista das plantas cadastradas e possui um campo para pesquisa na parte superior direita. Além disso, possui também um ícone de QR Code, o qual é utilizado para o download do QR Code gerado no momento do cadastro da planta, possibilitando sua impressão ou em diversas aplicações. A Figura 4 contém a interface para cadastro das plantas. Apresenta os campos nome comum e científico, família, sinônimos, descrição da planta, utilização e a seleção das partes utilizadas da planta, além de um campo para adicionar a imagem da planta. Essas são as informações que serão buscadas através do aplicativo de leitura do código QR Code. Tal código é gerado automaticamente no momento do cadastro da planta e guardado como um conteúdo de “chave”, para que seja possível localizar a planta correta no banco de dados através da leitura do QR pelo aplicativo.

Após o desenvolvimento de todas as etapas do portal web do Horto Floresta foi desenvolvido o aplicativo. Ele contém basicamente duas interfaces. A interface inicial é mostrada na Figura 5, enquanto a interface para exibição das informações da planta medicinal recuperada com a leitura do QR Code é dada na Figura 6.

Figura 5 - Interface inicial aplicativo de QR Code.



Fonte: O Autor (2020).

Figura 6 - Interface de exibição da planta recuperada via leitura do QR Code.



Fonte: O Autor (2020).

Em linhas gerais, o funcionamento do aplicativo consiste basicamente em: na tela inicial, ao clicar no botão no canto inferior direito, o aplicativo acessa a câmera e, ao ler um QR Code válido, busca no banco de dados a “chave” descrita anteriormente. Isto permite a identificação da planta, trazendo assim, todas as informações cadastradas, formatando-as e mostrando-as na interface de exibição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do QR Code será de grande vantagem para o Horto Florestal, pois, através dele as informações serão acessadas de forma fácil e rápida, evitando o trabalho manual e economizando tempo e recursos humanos, além de que como o código não muda, o cadastro pode ser alterado e automaticamente ao ler o QR Code, a planta já estará atualizada.

A aplicação será disponibilizada para que os usuários e visitantes do Horto Municipal possam acessar informações detalhadas das plantas medicinais plantadas no Horto Municipal a partir da leitura de um QR Code disponível nos canteiros das plantas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo interesse e financiamento do presente trabalho, sem os quais este projeto não teria sido possível.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Newton C. **Como funciona o QR Code (ART4052)**. 2010. Disponível em: <https://www.newtonbraga.com.br/index.php/como-funciona/15548-como-funciona-o-qr-code-art4052>. Acesso em: 13 nov. 2020.

DENSO WAVE INCORPORATED. **Answers to your questions about the QRCode**. 2009. Disponível em: <https://www.qrcode.com/en/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FIREBASE. **Documentação Oficial do Firebase**. 2018. Disponível em: <https://firebase.google.com/docs>. Acesso em: 13 nov. 2020.

PRASS, Ronaldo. **Entenda o que são os QR Codes, códigos lidos pelos celulares**. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/entenda-o-que-sao-os-qr-codes-codigos-lidos-pelos-celulares.html>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CICATRIZES QUE PROMOVEM LUTAS – SUPERAÇÃO FEMININA¹

Fernanda Dos Santos, e-mail: fernandasantoos319@gmail.com²

Caroline Neris Bridi, e-mail: caroline.neris@uniarp.edu.br³

Resumo – Este projeto tem como objetivo estudar a violência doméstica contra a mulher com base na lei nº 11.340/06 conhecida como lei Maria da penha, que define medidas de proteção a mulher vítima de violência doméstica. A provação da lei trouxe medidas para viabilizá-la inclusive incentivando mais mulheres a buscar uma resposta mais efetiva do estado.

Palavras-chave: projeto, violência, mulher.

INTRODUÇÃO

Este resumo teve como finalidade apresentar um breve estudo sobre a violência doméstica contra a mulher, que é um grave problema social, e a Lei Maria da Penha, que visa proteger a integridade da vítima e coibir a violência doméstica em toda as categorias (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral).

A violência cometida contra mulheres no âmbito doméstico manifesta-se em especial na relação entre homem e mulher, envolvendo por vezes ciúme, discriminação e preconceito. Ela é considerada um fenômeno social e cultural, ainda cercado pelo silêncio e pela dor.

A violência contra a mulher é fruto de uma sociedade patriarcal presente desde a antiguidade, onde as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e por isso lhes deviam obediência. Um caso de violência contra a mulher que se tornou bastante conhecido no Brasil foi o caso de violência doméstica sofrido por Maria da Penha Maia Fernandes, uma bio farmacêutico cearense, que “em parceria com o CEJIL e o CLADEM denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pela negligência do Estado Brasileiro em tratar os casos de violência doméstica no Brasil” (MPCE, 2015).

Embora a lei não tenha uma efetividade tão grande no combate a violência psicológica por ser mais difícil de comprovar a sua ocorrência, ela já to de ter uma vida sem violência. Então, quanto mais o assunto for discutido, violência, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social que salvou e/ou melhorou a vida de milhares de mulheres. Ademais, toda a mulher tem o direito de ter uma vida sem violência. Então, quanto mais o assunto for discutido, mais haverá a conscientização da sociedade para que se tenha a concretização dos direitos da mulher. A eleição do tema deveu-se pela polêmica e relevância que o envolve, sendo a violência contra a mulher uma cruel realidade na vida de milhares de brasileiras. A pesquisa em só tem como objetivo orientar as mulheres e seus dependentes sobre medidas para identificar a violência doméstica, os meios legais e

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de relato de experiência oriunda do PAEC desenvolvido na Comarca de Caçador.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), *campus* Caçador.

³ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

amparados pela Lei Maria da Penha. Queremos conscientizar as mulheres do município, mostrá-las que não estão desamparadas (legalmente e socialmente) e que há recursos constitucionais para ajuda-las. É preciso estimular as ações de combate à violência contra as mulheres, a partir do primeiro indício de violência, assim como assegurado pela lei Lei nº 11.340.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fenômeno da violência doméstica é uma experiência traumática que deixa na memória das vítimas, o registro de um passado marcado pelo ciclo de violência. As participantes, em seu estudo, percebem sua existência sem sentido, perdem a esperança de um futuro melhor devido às agressões estarem sempre presentes, causando a disfuncionalidade e/ou destruição da família ou da própria vida. A necessidade de prevenir e combater a violência no ambiente doméstico e no meio social é uma das preocupações para as políticas públicas de saúde. No Brasil desde a década de 60, movimentos feministas já utilizavam estratégias para garantir os Direitos à vida, liberdade, a segurança, a informação, a privacidade e saúde. A violência contra a mulher consiste em todo ato de violência de gênero que possa resultar em quaisquer danos físicos, como tapa, empurrão, soco, chutes ou surras, estrangulamento ou uso/ameaça de arma de fogo ou branca; sexual: Relação sexual forçada, relação sexual por coação ou medo, e prática sexual degradante ou humilhante forçada, ou psicológica: insulto humilhação, intimidação ou Ameaças (Souza, Silva, 2019).

Entendida como qualquer conduta que [...] cause dano emocional [à mulher] e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento Ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, Mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, Exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause Prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, 2017, n.p).

Muitas são as possibilidades de surgirem agressões contra a figura feminina, por vários motivos e principalmente pela cultura machista ainda vigente nas camadas menos providas de condição financeira ou ainda as de baixo nível cultural. A cultura patriarcal ainda domina entre as camadas mais pobres baixas da população, pensamento esse que considera a mulher como ser inferior e assim, ocorre a justificativa para a violência (OLIVEIRA, *et. al*, 2017).

A lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representou outra Significativa intervenção do Estado com relação ao tema, dando visibilidade às violências Específicas sofridas pelas mulheres dentro de suas próprias residências. Fundamentalmente, foi criada como um dispositivo para:

Coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas De Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (BRASIL, Lei nº 11.340/2006)

A violência contra a mulher já é considerada como um grande problema de saúde pública, portanto, necessita de maior atenção por parte das políticas públicas, assim como, da competência dos profissionais de saúde para a identificação dos casos, a fim de intervir e prevenir maiores danos às vítimas.

O processo da violência conjugal/doméstica é doloroso, entretanto, aceitável **até o momento do abandono, da troca de parceira e da expropriação de bens**. É como se o homem pudesse golpear até a morte a alma da companheira, mas **sem deixá-la, sem trocá-la, sem colocá-la para fora de casa** (BICALHO, 2001, p. 111, grifos da Autora).

Desse modo, a violência contra a mulher não se constrói apenas por relações de desigualdade e sentimento de superioridade por parte dos agressores, mas também, resulta de fatores externos como ingestão de bebidas alcoólicas, desemprego, e abuso de poder.

“Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social” (Lei 11.340/06 – Maria da Penha – Art.2º)

A lei trouxe maior reconhecimento social, tornando-se conhecida por toda sociedade brasileira, ganhou novas formas e passou a ser amplamente debatida. De fato, na pesquisa aplicada pela DataSenado em 2017, quando questionadas sobre a Lei Maria da Penha, todas as entrevistadas afirmaram já terem ouvido falar sobre a lei. Entretanto, perguntadas o quanto conhecem sobre a lei, 77% dizem conhecê-la pouco, enquanto 18% a conhecem muito (ROCHA, 2017).

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi proporcionar um melhor entendimento do dilema apresentado e do problema exposto no resumo. Para este trabalho foram feitas revisões na doutrina e em índices e apontamentos referentes às políticas públicas nacionais para a mulher. O atendimento seguiu uma metodologia proposta para uma visão ao: acolhimento, revelação da violência, acolhimento do sofrimento causado pela violação, construção de estratégias de enfrentamento e uma busca de vida melhor para cada mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo nasceu da preocupação de alertar, prevenir e buscar colocar limites nos atos violentos e desmoralizantes contra a mulher. Do desejo de conscientizar as vítimas das medidas protetivas que lhes dão suporte, como forma de romper com o ciclo violento, além de tentar sentir como a profissão da atividade jurídica se coloca diante desta realidade. Pretendia-se através da extensão auxiliar na questão de saúde mental para as vítimas de violência da cidade de Caçador/sc, criando um espaço de escuta e de acolhimento. O objetivo central do projeto era tentar reduzir o número de feminicídios, a fim de garantir às mulheres um melhor conhecimento de

seus direitos e assim tentar acabar com o silêncio e a dor que envolve a violência contra mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pode-se inferir que a violência contra a mulher é todas as classes da sociedade, mas se existirem, podem permanecer na classe mais pobre por muito tempo, não tem apoio do governo para se livrar desta situação problemática de violência e discriminação. Na lei 11.340/2006, estamos autorizados a visualizar, principalmente nos artigos 8 e 9, o título é de medidas abrangentes Prevenção – uma ferramenta para colocar em prática será muito útil os legisladores aprovam o valor das leis contra a violência doméstica para que o próprio estado os realize na forma de suas entidades no sentido de proteger verdadeiramente as mulheres de todos os tipos de violência de quem pode sofrer em um ambiente familiar. Conclui-se que a lei fria e abstrata, visa ser eficiente e eficaz, para isto precisa-se de políticos com vontade política e fortes necessidades da sociedade para atingir os objetivos esperados pelos legisladores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As mulheres têm dificuldade em se defender. A lei brasileira é muito masculina, foi criada por homens e certamente para homens. Embora exista igualdade na lei, na verdade não vemos igualdade, a lei reflete a sociedade. Temos tentado de várias maneiras promover essa igualdade por lei. Através deste pensamento que resolvi criar o projeto superação feminina, e só tenho a agradecer a minha coordenadora Caroline Neris Bridi por abraçar o projeto comigo, também gostaria de agradecer à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, para que continuem a fornecer métodos de projetos para encorajar as pesquisas. Porque através deste projeto, eu sei que no meu futuro, quero continuar mudando a vida dessas mulheres e trazendo-lhes esperança. Quero me sentir útil para as vítimas de violência em um momento tão difícil e doloroso. Seria um sonho ser advogada entre minhas ativistas feministas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm >. Acesso em 21 nov. 2020

OLIVEIRA, F. S.; ARAÚJO, L. M.; SIVLA, L. L.; CRISPIM, Z. M.; LUCINDO, V. B. D. B.; OLIVEIRA, L. N. **Violência doméstica e sexual contra a mulher: revisão integrativa holos**, vol. 8, 2017, pp. 275-284. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, Brasil. Disponível em <

<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554853020.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2020.

ROCHA, Carla Janaina da Silva. **Violência doméstica contra a mulher no Brasil: Contribuições da análise econômica**. Unesp. Araraquara/SP, 2017. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156416/000897567.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21 nov.2020.

SOARES, B.M. **Enfrentado a Violência Contra a Mulher – Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários**. Brasília, 2005.

PROESDE¹

EXPERIÊNCIAS E PROJETOS ACADÊMICOS

Ilse Behrens. behrens@conection.com.br²
Rosana D'Agostini. drosana@uniarp.edu.br³

Resumo

O presente resumo apresenta de forma descritiva o relato de experiências do Curso de Extensão PROESDE LICENCIATURA desenvolvido no ano letivo de 2020. Nesta edição a proposta focou nos estudos e discussões relacionadas ao Ensino Médio Integral, onde foram envolvidas as Escolas Estaduais pertencentes a Gerência de Educação de Caçador, que se encontram na fase de implementação do Novo Ensino Médio Integral. O Curso de Extensão é viabilizado por meio do Programa de Bolsas do Governo do Estado de Santa Catarina UNIEDU/PROESDE, por meio da parceria entre Estado (Secretaria de Estado de Educação – SED), Universidade (Uniarp) e Gerência de Educação de Caçador, tendo como objetivo unir esforços para contribuir com o desenvolvimento regional, em especial na educação, pois busca-se abordar teorias e conhecimentos vivenciados na área de educação, bem como oportunizar discussões e troca de conhecimentos dos profissionais atuantes nas Escolas de Educação Básica (Ensino Médio) da Região de abrangência da Uniarp, junto aos acadêmicos bolsistas que virão atuar como educadores, após licenciados. Esta aproximação vem ao encontro dos objetivos do Estado que é oportunizar aos acadêmicos vivências e experiências com profissionais da Educação das Escolas Estaduais, e deste modo contribuir com a formação cidadã dos estudantes, bem como oportunizar aos futuros profissionais da área a contribuírem com esta nova adaptação nas escolas, onde haverá participação dos pais, professores e estudantes.

Palavras-chave: Licenciatura. Ensino Médio. Desenvolvimento educacional.

INTRODUÇÃO

Este resumo tem como objetivo principal apresentar o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos das Licenciaturas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, dentro do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), que concede bolsas de estudos para acadêmicos de cursos de graduação nas áreas da licenciatura e do desenvolvimento, abrangendo todo o estado de Santa Catarina, tendo a coordenação da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE da Secretaria de Estado da Educação – SED. O Proesde Licenciatura faz parte de um dos programas de bolsas Universitárias de Santa Catarina que visa oportunizar aos acadêmicos, além do benefício da bolsa de auxílio, a vivência e experiência junto a atores, agentes públicos, lideranças e

¹ O presente trabalho, refere-se à apresentação dos trabalhos do Proesde Licenciatura (UNIARP)

² Professora Mestre do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Coordenadora de Extensão, Mestre da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

comunidade da região por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esta parceria é viabilizada por meio do Programa de Bolsas do Governo do Estado de Santa Catarina UNIEDU/PROESDE entre Estado (Secretaria de Estado de Educação – SED), Universidade (Uniarp) e Gerência de Educação de Caçador, tendo como objetivo unir esforços para contribuir com o desenvolvimento regional, em especial na educação, pois busca-se abordar teorias e conhecimentos vivenciados na área de educação, bem como oportunizar discussões e troca de conhecimentos dos profissionais atuantes nas Escolas de Educação Básica (Ensino Médio) da Região de abrangência da Uniarp, junto aos acadêmicos bolsistas que virão atuar como educadores, após licenciados. Esta aproximação vem ao encontro dos objetivos do Estado que é oportunizar aos acadêmicos vivências e experiências com profissionais da Educação das Escolas Estaduais, e deste modo contribuir com a formação cidadã dos estudantes.

Nesta edição as atividades propostas estiveram pautadas na elaboração de um Plano de Ensino para as escolas de Ensino Médio que estão em fase de implantação do Ensino Integral. As iniciativas contemplam ações articuladas com a direção e grupo pedagógico das escolas, com intuito de fortalecer a troca de saberes entre acadêmicos e profissionais da área (professores da Gerência) com objetivo de contribuir com a formação dos futuros profissionais de Licenciatura, que irão atuar futuramente nas escolas.

Estas experiências vivenciadas durante o curso de Extensão do Proesde de 200 horas, tem a pretensão de contribuir com os Planos de Ensino propostos pelos bolsistas, unindo aspectos teóricos e experiências práticas socializadas pelos profissionais de Educação da Gerência de Educação de Caçador, considerando uma aprendizagem pedagógica que buscou unir a teoria, práticas e experiências profissionais com sugestões de novas práticas de atuação mais próximas da realidade (trazer experiências e vivências de outras áreas do saber para dentro da escola).

Ocorre que após o Decreto Estadual relacionado ao isolamento social, por recomendação da Ministério da Saúde, decorrente da Pandemia (COVID-19), fez-se necessário a adaptação dos trabalhos do curso de Extensão, sendo desenvolvidos na modalidade remota, aulas síncronas e Web conferência. A programação das atividades foi desenvolvida dentro dos protocolos da Instituição, onde as aulas aconteceram na modalidade remota, bem como as entrevistas com os responsáveis das escolas, que também aconteceram virtualmente.

Assim, acredita-se que mesmo que tenham sido desenvolvidos os estudos e atividades do curso na modalidade síncrona e virtual, o processo e adaptação não atrapalhou em nada no desenvolvimento das propostas dos Planos de Ensino.

Partindo do embasamento teórico utilizado adotado: BNCC, Caderno de Orientações para Implementação do Novo Ensino Médio, Proposta Comum Curricular, artigos e resumos como material de contextualização da pesquisa e orientações metodológicas, apontamos a importância desta articulação das redes no processo educacional aliado ao fortalecimento de iniciativas no âmbito social e econômico que contribuíram para a elaboração dos Planos de Ensino com ênfase nos cinco itinerários formativos: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica profissional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade contemporânea propõe aos envolvidos no processo educacional um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No cenário mundial que ora se apresenta, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, produtivo e responsável requer muito mais do que a acumulação de informações. É preciso aprender a aprender. Faz-se necessário saber utilizar a informação disponível, atuando com o discernimento necessário e com a responsabilidade exigida dentro do contexto das novas tecnologias. Como consequência, aplicam-se os conhecimentos na resolução dos problemas, busca-se autonomia na tomada de decisões, identificam-se os problemas e buscam-se soluções.

Nesse contexto, o documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **educação integral**, reconhecendo que a educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global o que implica romper com visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva, ou, ainda, que confundem “educação integral” com “educação ou escola em tempo integral”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BNCC, Introdução, 2017).

Com esta perspectiva da BNCC precisamos pensar em como unir esforços para contribuir com o desenvolvimento regional, em especial na educação, tendo em vista que os municípios da região de abrangência da Uniarp possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Estado de Santa Catarina. Como educadores, precisamos pensar em desenvolvimento como avanço, prosperidade e evolução. E isto é possível através da Educação, que envolve ciência, tecnologia, modernização, liberdade, democracia e qualidade de vida.

Neste sentido que o curso de Extensão se pautou na efetiva reflexão e discussão destes conhecimentos voltados ao Ensino Médio Integral, sendo trazida para a realidade acadêmica, considerando que os futuros profissionais das Licenciaturas necessitam participar destas discussões. Por este motivo que as iniciativas do curso de Extensão do PROESDE vêm se desenvolvendo, oportunizando aos bolsistas esta experiência além da sala de aula, propiciando a participação nestas discussões e preocupação com a realidade local e visando o desenvolvimento regional. Os Bolsistas se aproximam dos profissionais da educação da Gerência de Caçador, numa prática de interação do ensino, da pesquisa e da extensão, através da participação em reuniões ou conversas orientativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal (1088). Estabelece os

princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (LDB, 1997)

Os estudos da UNESCO demonstram que países que investem em uma educação de qualidade, incentivando o conhecimento e o respeito, cumprimento das leis, condenando a corrupção e desenvolvendo a cidadania, apresentam um índice mais elevado de desenvolvimento. Portanto, pode-se afirmar a educação é um diferencial, transformando-se num fator essencial para o desenvolvimento de um país e de seu povo. Países que não valorizam a educação, a ética e o trabalho apresentam uma economia frágil, com IDH baixo, com salários inferiores, refletindo em todos os segmentos, tais como: habitação, mortalidade infantil, saúde, saneamento básico, condições ambientais, qualidade e expectativa de vida. (STOCCO E ALVES, 2018).

Com relação ao Ensino Médio as alterações e políticas destinadas às novas possibilidades de melhoria de aprendizagem destinada aos jovens, estão passando por atualizações e tem na sua essência fortalecer a formação técnica dos estudantes. Como se observa o caderno orientações para implementação do Ensino Médio Integral.

Diante deste cenário, o Novo Ensino Médio veio para atender as necessidades e anseios da juventude, que deve ser estimulada a aprofundar as aprendizagens pela escuta de seus interesses. É prioridade incentivar ao jovem a desenvolver o protagonismo, à autonomia e à responsabilidade por suas escolhas, a partir da garantia de aprendizagens comuns a todos e da oferta de itinerários formativos. Nessa nova configuração, os conhecimentos serão atravessados por eixos de ação que trazem sentido ao fazer pedagógico, que devem perpassar pelos conhecimentos contextualizados e organizados por Áreas do Conhecimento. A partir desses eixos, o estudante poderá realizar investigações científicas, desenvolver sua capacidade de produção criativa, mediar e intervir sócio culturalmente no meio onde se encontra inserido e, ainda, desenvolver sua capacidade empreendedora (Card. Or. Ensino Médio, p. 13, 2019).

Verifica-se que os estudos e iniciativas ainda estão em construção, e o envolvimento dos profissionais na implementação e concretização dos novos itinerários formativos carecem de muita reflexão e aprendizagem. Neste sentido, também trazemos os apontamentos de Ferretti em relação as dificuldades, consenso e críticas de alguns setores da sociedade em relação as políticas governamentais:

Ainda que esses desempenhem, no processo, um papel fundamental, as políticas referidas ao Ensino Médio, como, de resto, as políticas governamentais em geral, atendem e mobilizam interesses de natureza diversa, não necessariamente congruentes, em torno da educação destinada aos jovens, ainda que, aparentemente, a leitura dos objetivos gerais da LDB relativos a essa etapa sugira a existência de consensos a respeito. Por isso, encontram respaldo por parte de alguns setores da sociedade, ao mesmo tempo que despertam críticas por parte de outros (FERRETI, P. 25, 2018).

O Proesde busca o desenvolvimento regional e está embasado numa questão cultural. Pode-se analisar que uma população instruída, bem orientada, com conhecimento e consciente de seus direitos e deveres, com poder aquisitivo, existe menor possibilidade de corrupção. Nos países onde a educação é desconsiderada, as pessoas são mais facilmente corrompidas ou amordaçadas em sua ignorância, comprometendo o desenvolvimento político, econômico e administrativo da região.

Através da Educação é possível realizar projetos com o objetivo de fortalecer as bases das famílias, desenvolvendo sua autonomia, na busca da superação das

dificuldades, adquirindo conhecimentos, buscando melhoria da qualidade de vida, acessando os direitos sociais e cumprindo com seus deveres de cidadão. É preciso investir na formação dos professores, e é este o papel da Universidade. Também se faz necessário criar políticas transversais e repensar o Ensino Médio. E esta é uma das metas do Proesde.

A Educação, nos dias atuais deve ter como metas: ensinar os alunos a pensar, conforme os desafios do mundo. Na sequência, ensinar os alunos a agir como pessoas criativas, enfrentando os desafios e aprendendo a trabalhar com ajuda das novas tecnologias. E, por último, ensinar os alunos a aplicar a criatividade na resolução de problemas, desenvolvendo a solidariedade, a empatia e a inteligência emocional. Portanto, a profissão de professor poderá ser a mais importante do século XXI, desde que haja boa formação.

No ano de 2020, com a bolsa do PROESDE, os acadêmicos da Licenciatura tiveram experiências únicas e enormes oportunidades, envolvendo as licenciaturas de Letras, Ciências Biológicas, Educação Física e Pedagogia. Partilharam conhecimentos com mestres e doutores atuantes nas mais variadas áreas da educação, mas infelizmente, devido à Pandemia não puderam estar visitando as seis escolas de Ensino Médio que estavam inscritas no Projeto.

Embora não tenha sido possível a visita presencial nas escolas, a pesquisa e desenvolvimento dos trabalhos aconteceram na modalidade virtual, onde os gestores e profissionais das escolas repassaram as informações e realidade das escolas, bem como sugestões de possíveis temas e iniciativas que seriam bem-vinda para a escola.

Os Projetos desenvolvidos pelos acadêmicos extensionistas PROESDE, tiveram como objetivo envolver o Plano de Ensino destinado as escolas envolvidas que atendessem as cinco áreas do conhecimento, bem como sugestões de ações complementares com palestras e roda de conversas com profissionais das áreas, visando contribuir com a promoção da cidadania, inclusão social e saúde.

O que é preciso passar para nossos jovens, é a visão de que neste futuro tão próximo de nós, as máquinas vão continuar a realizar os trabalhos repetitivos, mas só os seres humanos terão capacidade de pensar, de se inspirar e de mudar a realidade. Por isso faz-se necessário motivar os jovens a serem criativos. Cada país, cada Estado ou município precisa ter em mente que é necessário crescer e ter sustentabilidade. Mas isto tem que ser real, pois não adianta ter uma realidade virtual perfeita e uma realidade verdadeira devastada pela desigualdade e pela miséria física. Para tanto, é preciso investir em educação, abrindo oportunidades e possibilidades de desenvolvimento.

Neste aspecto, se verifica uma iniciativa do governo por meio do Programa de bolsas Universitárias do UNIEDU/PROESDE, onde acadêmicos são beneficiados com a bolsa auxílio e vivenciam experiências extensionistas no curso de Extensão com a finalidade de tornarem-se cidadãos capazes de contribuir com o desenvolvimento regional de seu município, bem como serem protagonistas ativos na transformação da realidade social.

Ressaltando que as iniciativas propostas pelos acadêmicos bolsistas, professores e orientadores do PROESDE, trataram de uma atividade articulada conjuntamente com profissionais da Gerência Regional de Educação de Caçador numa perspectiva de somar esforços e planejar estratégias conjunta para melhoria das ações voltada a aprendizagem do Ensino Médio Integral.

METODOLOGIA

A metodologia e implementação das ações voltadas a proposta de trabalho desenvolvida nesta edição 2020 no PROESDE Licenciatura, deu-se por meio de um relato descritivo de experiência extensionista, abordando no trabalho a pesquisa de estudos bibliográficos, resultados das entrevistas com gestores das escolas, visando agregar conhecimentos relacionados a o novo Ensino Médio, de acordo com a BNCC, sendo que os acadêmicos elaboraram Planos de Ensino Interdisciplinares para o Primeiro Ano, envolvendo os cinco Itinerários Formativos dentro das Áreas de Conhecimento previstas na BNCC.

A amostragem do projeto compreendeu a participação de 104 bolsistas dos cursos de Licenciaturas em Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas e Educação Física, articulado com a participação dos professores e gestores de Gerência de Educação de Caçador, e professores ministrantes do curso e convidados.

Foram realizadas reuniões online com os Gestores das Escolas e os responsáveis da Secretaria Regional de Educação, levantaram as prioridades para a elaboração dos Planos de Ensino.

Foram envolvidas nas atividades e discussões do Curso de Extensão para a elaboração dos projetos, as Escolas Estaduais que se encontram em fase de implementação do Novo Ensino Médio Integral, e/ou que o ensino integral já se efetivou. Foram indicadas as seguintes escolas, pela Gerência de Caçador: a) Escola de Educação Básica 30 de Outubro (Lebon Régis); b) Escola de Educação Básica Thomaz Padilha (Distrito de Taquara Verde); c) Escola de Educação Básica Santa Terezinha (Lebon Régis); d) Escola de Educação Básica Machado de Assis (Timbó Grande); e) Escola de Educação Básica Santos Anjos (Rio das Antas); f) Escola de Educação Básica Paulo Schieffler (Caçador).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da distância física, foram apresentados projetos os quais aqueceram e fomentaram a mente com ideias e desejo de fazer a diferença, se inserindo na área da educação como ferramentas ativas e eficientes do aprendizado. Os acadêmicos encontraram nas seis Escolas de Ensino Médio realidades socioeconômicas que mostraram uma sociedade desigual, um ambiente pouco colaborador e famílias desestruturadas. Foram ouvidos os Gestores das escolas que manifestaram suas expectativas com relação ao Proesde, levantando algumas prioridades, principalmente relacionadas à falta de motivação para a vida, estímulos relacionados ao estudo, problemas relacionados à área da saúde e perspectiva de vida.

Foram realizadas reuniões online com os Gestores das Escolas e os responsáveis da Secretaria Regional de Educação, onde foram levantadas as prioridades para a elaboração dos projetos. Os temas e apontamentos sugeridos pelos profissionais da educação da Gerência de Caçador foram repassados para aos acadêmicos (as), que iniciaram as pesquisas e estudos e passaram a elaborar os trabalhos, juntamente com a participação das Web conferências oferecidas pelo programa, aulas síncronas e orientações dos professores. Foram feitos contatos online entre as equipes e os gestores e professores, discutindo estratégias e metodologias, seguindo os protocolos de cuidados com a saúde de acordo com a resolução da UNIARP.

As discussões, reflexões e apontamentos vivenciados durante os encontros na modalidade remota (síncronas) no curso de Extensão PROESDE, sob a orientação dos professores, oportunizou aos extensionistas aprendizado significativo no que diz respeito ao processo de implantação do Ensino Médio Integral nas Escolas, tendo um contato mais direto com a problemática das escolas trazida pelos profissionais das Escolas Estaduais, bem como outras discussões apontadas em estudos relacionadas à compreensão dos estudantes do Ensino Médio no Brasil.

Neste sentido, ainda foi oportunizado aos bolsistas um contato direto com a fonte norteadora destas discussões por meio da BNCC e síntese trazida no caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio, versão 1.0/2019, ao qual traz esta discussão de novas perspectivas do Ensino Médio com perspectiva de atender os anseios da juventude:

Diante deste cenário, o Novo Ensino Médio veio para atender as necessidades e anseios da juventude, que deve ser estimulada a aprofundar as aprendizagens pela escuta de seus interesses. É prioridade incentivar ao jovem a desenvolver o protagonismo, à autonomia e à responsabilidade por suas escolhas, a partir da garantia de aprendizagens comuns a todos e da oferta de itinerários formativos. Nessa nova configuração, os conhecimentos serão atravessados por eixos de ação que trazem sentido ao fazer pedagógico, que devem perpassar pelos conhecimentos contextualizados e organizados por Áreas do Conhecimento. A partir desses eixos, o estudante poderá realizar investigações científicas, desenvolver sua capacidade de produção criativa, mediar e intervir sócio culturalmente no meio onde se encontra inserido e, ainda, desenvolver sua capacidade empreendedora. (Cad. Orientação do Ensino Médio, versão 1.0/2019).

As discussões trazidas pelos professores/palestrantes durante o curso foram direcionadas no sentido de aproximar à realidade local e regional e trazer novas experiências de ensino integral, ampliando as teorias e discussões da nova organização curricular por área do conhecimento, de acordo com as novas diretrizes:

A estrutura do Novo Ensino Médio encontra embasamento na BNCC, a qual propõe uma organização curricular por Áreas do Conhecimento, sendo elas: **Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Essa organização não implica, em nenhuma medida, na retirada de conteúdos próprios de cada um dos componentes curriculares, pelo contrário, trata-se de uma proposta de apresentação de conteúdos que visa o fortalecimento das relações entre os componentes e sua contextualização. (Cad. Orientação do Ensino Médio, versão 1.0/2019, p.16, 2020).

Assim, atendendo aos objetivos do PROESDE, edição 2020, os trabalhos de Licenciatura, tiveram o foco no novo Ensino Médio Integral, de acordo com a BNCC, sendo que os acadêmicos elaboraram Planos de Ensino Interdisciplinares para o Primeiro Ano, envolvendo os cinco Itinerários Formativos dentro das Áreas de Conhecimento previstas na BNCC, considerando o Caderno de Orientações para Implementação do Ensino Médio/2019.

Neste sentido, foi possibilitado aos acadêmicos PROESDE ter uma experiência muito criativa e atual relacionada às iniciativas e discussões frente a implementação do Ensino Médio Integral, possibilitando reflexões que contribuíram com seus estudos e pesquisas voltados a elaboração dos planos de ensino, sendo ao final socializado a Gerência de Educação como mais uma fonte de consulta e/ou possível implantação nas escolas os seus projetos de Plano de Ensino.

Destacamos os projetos elaborados pelos acadêmicos bolsistas na Tabela abaixo, onde buscou-se atender os 5 itinerários formativos, bem como sugerir atividades complementares para envolver mais os estudantes.

Tabela 2 – Projetos Planos de Ensino, Escolas, Cidade

PROJETO	ESCOLA	CIDADE
“Uso e Cultivo de Ervas Medicinais na Cultura Cabocla na Região da Guerra do Contestado”	Escola de Educação Básica 30 de Outubro	Lebon Régis
“Educação e Sexualidade”	Escola de Educação Básica Thomaz Padilha	Distrito de Taquara Verde - Caçador
“Sexualidade, Gravidez Precoce e ISTs”	Escola de Educação Básica Santa Terezinha	Lebon Régis
“Identidade Cultural”	Escola de Educação Básica Machado de Assis	Timbó Grande
“Saúde Bucal no Ambiente Escolar e Familiar”	Escola de Educação Básica Santos Anjos	Rio das Antas
“Profissões”	Escola de Educação Básica Paulo Schieffler	Caçador

Fonte: A autora: dados da pesquisa (UNIARP)

Os projetos foram socializados para os gestores das Escolas e Gerência de Educação no Seminário Regional do Proesde (web conferência), realizado no dia 14 de Novembro de 2020, com sucesso e muita realização dos/as acadêmicos/as.

Somado a isto queremos ressaltar o envolvimento de acadêmicos bolsistas dos municípios de baixo IDH, nesta edição, onde visualiza-se um aumento de bolsistas residentes ou nascidos nestas regiões, considerando que um dos objetivos do PROESDE é ampliar a participação de acadêmicos destes municípios de Baixo IDH, e possibilitar desenvolvimento regional estendido às cidades por meio da Educação. Abaixo demonstrativo do número de acadêmicos bolsistas por município.

Tabela 1 – Demonstrativo de bolsistas por município

CIDADE	LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO/IDH
CAÇADOR	59	
CALMOM	2	2
FRAIBURGO	11	
LEBON RÉGIS	8	2
MACIEIRA	5	5
MONTE CARLO	2	2
SANTA CECÍLIA	11	
TIMBÓ GRANDE	6	6
TOTAL POR PROGRAMA	104	17

Fonte: A autora: dados da pesquisa (UNIARP)

Por fim, destacamos a relevância do Programa de Desenvolvimento Regional PROESDE como um forte aliado às iniciativas inovadoras e de adaptações à realidade

social, registrando que mesmo em pandemia e isolamento social, a Educação não parou e várias foram as iniciativas desenvolvidas pelos bolsistas PROESDE, atendendo aos objetivos desta edição 2020, numa perspectiva articulada junto com os profissionais de educação da Gerência de Educação de Caçador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a educação no Ensino Médio seja de qualidade, é imprescindível que os professores tenham sua formação continuada, recebam a devida valorização e tenham paixão pelo que fazem. Os alunos precisam ter condições físicas, organizacionais e metodológicas para um bom aprendizado, além de estar motivados e contextualizados com recursos tecnológicos, conforme as exigências atuais. Da mesma maneira, é necessário que se crie na escola, condições de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de aprender, de sonhar e de querer vencer e lutar.

A Escola deve favorecer o desenvolvimento das habilidades dos alunos para que possam e queiram aprender os conteúdos, compreendendo melhor a realidade, participando das relações sociais, políticas e culturais, exercendo sua cidadania, conhecendo e vivenciando seus direitos e deveres. É nesta perspectiva que o Proesde desenvolve suas atividades, incentivando os/as acadêmicos/as, não só pelo recebimento da Bolsa de Estudos, mas pela leitura da realidade e o conhecimento de que podem fazer a diferença.

Frente a isto que os projetos de extensão do PROESDE Licenciatura se pautaram nestas abordagens em seus Planos de Ensino, seguindo a metodologia articulada de aproximar a realidade das relações sociais, políticas e culturais, com vistas a novas experiências e sensibilização dos estudantes através de projetos e oficinas voltadas ao “Uso e Cultivo de Ervas Medicinais na Cultura Cabocla na Região da Guerra do Contestado”; a “Educação e Sexualidade”; a. “Sexualidade, Gravidez Precoce e ISTs”; “Identidade Cultural”; “Saúde Bucal no Ambiente Escolar e Familiar” e “Profissões”.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é se confraternizar com os parceiros e companheiros de jornada. Portanto, temos a agradecer ao Governo do Estado de Santa Catarina, à Secretaria de Estado da Educação, à Secretaria Regional de Educação, à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp e às seis Escolas de Educação Básica que se dispuseram a participar do trabalho, ajudando a realizar mais uma etapa do Proesde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 de nov. 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** (1997). Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 7 de nov. 2020.

Base Nacional Comum Curricular. **Educação é a Base.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf>. Acesso em: 6 de nov. 2020.

Caderno de Orientações para Implementação do **Novo Ensino Médio.** Versão 1.0/2019. Secretaria do Estado de Educação. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/1118-caderno-de-orientacao-para-a-implementacao-do-novo-ensino-medio/file>>. Acesso em: 8 de nov. 2020.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados.** (2018). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>>. Acesso em 16 de nov.2020.

STOCCO, Nina Beatriz. ALVES, Angela L.A. (orgs.) **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar.** São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE HABILIDADES SOCIAIS EM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS¹

Guilherme Stocco da Silva, guilhermestocco@hotmail.com²
Neuzeli Aparecida da Silva, neuze.li@yahoo.com.br³

Resumo – A dependência química é um tema que abala não apenas os indivíduos que sofrem com ela, mas também toda a sociedade, principalmente os familiares e pessoas próximas destes, afetando a saúde mental de todos. Este relato de experiências tem o propósito de trazer as experiências adquiridas em projeto PAEC, elaborado com o intuito de desenvolver estratégias de habilidades sociais em familiares de dependentes químicos. O método proposto foi o de pesquisa aplicada em um grupo de familiares no CAPS-AD de Caçador-SC. Embora a efetuação do projeto tenha recebido alterações no método planejado inicialmente, em função do isolamento causado pela pandemia da COVID-19, o projeto contribuiu muito com o tema proposto, através dos encontros presenciais possíveis e do material elaborado para psicoeducação sobre saúde mental, dependência química, prevenção do vírus e projeto de vida dos familiares e dos próprios dependentes químicos.

Palavras-chave: Habilidades Sociais. Dependentes químicos. Familiares.

INTRODUÇÃO

O cuidado com a própria saúde mental, bem como a de seus familiares, tende a levar indivíduos a buscarem auxílio para melhor lidarem com situações de estresse e desgaste emocional. Isso parece ainda mais significativo em casos de dependência química, em que as relações familiares podem estar intensamente comprometidas.

A psicologia tem um papel fundamental em tal adaptabilidade comportamental, dando suporte e assistência para se chegar ao caminho idealizado. Em alguns cenários, os velhos modelos comportamentais são retidos, mas também ocorre a reinvenção de novas formas de ver, tratar, se aproximar, colocar limites, ajudar, se afastar; enfim, de lidar no dia a dia com as pessoas dependentes químicas.

É difícil para os indivíduos próximos daqueles com transtorno mental e também, para o próprio dependente químico, acompanhar as contrariedades da doença. O vício muitas vezes acarreta em perdas para quem está em sofrimento psíquico e também, torna cada vez mais distante a realização de seus sonhos e objetivos.

Trabalhar o tema família e dependência química decorre do interesse em compreender como é a vida cotidiana do familiar de usuários de álcool e droga e, sua convivência com a doença ou com o doente, além de identificar as

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Relato de Experiência de Projeto aplicado no Programa de Apoio à Extensão e Cultura - PAEC.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora especialista do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

representações por eles construídas a respeito do fenômeno saúde/doença, face às transformações paradigmáticas que estão a orientar este campo da saúde mental.

O presente relato de experiências traz as vivências de um projeto que buscou oferecer um suporte para os familiares dos dependentes químicos, tanto no sentido de ser um espaço para tirar dúvidas sobre o tratamento que está sendo realizado com seu familiar e o manejo com este usuário, como também um momento para que o familiar cuidador pudesse desabafar, falar das suas angústias e do seu cansaço, além de, falar de si mesmo enquanto pessoa, não somente enquanto cuidador, visando o cuidado com a sua saúde e bem-estar.

DEPENDENCIA QUÍMICA E RELACIONAMENTO FAMILIAR

Quando falamos de dependência química, parece não existir uma fronteira clara entre uso, abuso e dependência. Entretanto, podemos definir o “uso” como qualquer consumo de substâncias, seja para experimentar, seja esporádico ou episódico; “abuso” ou “uso nocivo” como o consumo de substâncias já associado a algum tipo de prejuízo (biológico, psicológico ou social); e, por fim, dependência como o consumo sem controle, geralmente associado a problemas sérios para o usuário. Isso nos dá uma ideia de continuidade, como uma evolução progressiva entre os níveis de consumo: os indivíduos passariam, inicialmente, por uma fase de uso, alguns deles evoluiriam posteriormente para o estágio de abuso e, finalmente, alguns destes últimos iriam se tornar dependentes (FIGLIE, BORDIN, LARANJEIRA, 2004).

Portanto, nem todo uso de álcool ou drogas é devido à dependência. Na verdade, uma combinação de fatores contribui para que algumas pessoas tenham maiores chances de desenvolver problemas em relação às substâncias durante algum período de suas vidas. O uso de drogas tem um impacto enorme nas relações sociais e familiares do usuário, por isso para que haja uma possível recuperação, a família é parte fundamental. (SILVA 2012, MACHADO 2012, ET AL.)

A influência e o acompanhamento da família na recuperação do seu familiar são de fundamental apoio. Com a família auxiliando, esse usuário terá uma maior motivação, pois a família entra como um ponto de equilíbrio e sustentação do usuário no tratamento. Além disso, percebe-se que o dependente químico sofre muita influência do meio onde vive e por algum problema ou motivo de fraqueza acaba caindo no mundo das drogas e do álcool como um meio de fugir dos problemas sem perceber no momento que está produzindo um resultado negativo. (SILVA 2012, MACHADO 2012, ET AL.)

Segundo Silva, Machado et. al. (2012), os transtornos podem mudar o comportamento da pessoa e esse comportamento pode ser mal interpretado pelos familiares que muitas vezes chamam de “má vontade” ou “falta de vergonha”. Por isso a informação se torna uma arma importante para as famílias. Um dependente lançado a mercê da sorte, sem o apoio da família terá suas chances de recuperação diminuídas em muito. Por outro lado, quando a família não busca uma melhor compreensão sobre a dependência química e recuperação, sua participação no tratamento fica limitada. O dependente viveu muitas situações de trauma que ainda estão presentes e a confiança em si não existe mais. É preciso primeiro recuperar a confiança do indivíduo para então começar a fazê-lo entender a importância de estar ali.

HABILIDADES SOCIAIS: ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CODEPENDÊNCIA

Embora as relações familiares sejam importantes, os pais geralmente recebem pouca preparação, além da própria experiência como pais, produzindo maior parte da sua aprendizagem durante a realização de tarefas por meio do ensaio e erro. O surgimento de problemas comportamentais e emocionais em crianças e adolescentes tem motivado o desenvolvimento de intervenções dirigidas aos pais, tais como o treinamento de pais (OLIVARES, MENDEZ & ROS, 2005).

O trabalho com pais está fundamentado na premissa de que a falta de habilidades parentais é, pelo menos parcialmente, responsável pelo desenvolvimento ou manutenção de padrões de interação familiar perturbadores e, conseqüentemente, de problemas de comportamento nos filhos (MARINHO, 2005).

Outra estratégia utilizada é o Treinamento de Habilidades Sociais (THS), constituída numa ampla abordagem aplicável a qualquer dificuldade de natureza interpessoal, como habilidades de comunicação, resolução de problemas, de cooperação, entre outras. (LAZARUS *apud* BUENO, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no período de fevereiro à outubro de 2020, utilizando-se como método de pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva e aplicada, com base em materiais bibliográficos incluindo livros e artigos sobre o tema em questão.

A partir do projeto de pesquisa foi possível a aplicação de atividades com um grupo de familiares no CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial) localizado em Caçador-SC, realizado em cinco encontros presenciais e demais atividades online, que tiveram que ser adaptadas do projeto inicial, devido ao isolamento causado pela pandemia da COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do presente projeto do PAEC teve como resultado o trabalho com alguns familiares de dependentes químicos que frequentavam o CAPS-AD de Caçador-SC, no período de fevereiro de 2020 à outubro de 2020, onde foram trabalhados conceitos de assertividade e de como melhor conviver com a pessoa com dependência química. Esses indivíduos receberam informações que agregaram a sua visão sobre a dependência química, além de conseguirem melhor lidar com os seus familiares dependentes químicos nesse período. Entretanto, o acadêmico não obteve total eficiência e retorno, pois não conseguiu realizar por completo o que foi proposto inicialmente no projeto, devido ao isolamento causado pela pandemia da COVID-19, que obrigou o encerramento das atividades grupais.

Ao surgir tal imprevisto, o discente passou a aplicar alternativas diversas como gravação de vídeo de instruções para prevenção do vírus, além de cartilha sobre saúde mental e manual de elaboração de projeto de vida, que foram encaminhados para a equipe do CAPS-AD, e que poderão ser aplicados e distribuídos para os dependentes químicos e seus familiares após o fim do período de isolamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, consideramos que o projeto proposto pelo acadêmico teve uma relevância enorme para os participantes da aplicação, entretanto, o trabalho não

obteve seu total rendimento devido às circunstâncias mundiais que dificultaram a realização do proposto, tendo que haver mudanças e adaptações que geraram contribuições relevantes, mas dentro do possível em tal cenário.

Algumas estratégias de enfrentamento foram ensinadas, além de orientação sobre dependência química e saúde mental. Não foi possível a realização de muitas rodas de conversas e grupos de encontro, mas através de vídeos e material divulgado, o acadêmico tratou de temas planejados para a promoção da psicoeducação dos familiares e dependentes.

Desde o início, o acadêmico buscou trazer reflexões e informações para os familiares de dependentes químicos, e embora as atividades grupais não tenham ocorrido como previsto, a divulgação posterior de material enviado para equipe do CAPS-AD será de grande utilização no futuro e muito importante para a melhora das habilidades sociais e do relacionamento entre dependentes químicos e seus familiares.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pela oportunidade de aplicação do projeto, assim como os responsáveis pelo financiamento do projeto PAEC. Além disso, agradeço à equipe do CAPS-AD, aos familiares de dependentes químicos e à minha professora orientadora Neuzeli Aparecida da Silva, por fazerem parte deste projeto.

REFERÊNCIAS

BUENO, José Maurício Haas; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales; OLIVEIRA, José Carlos da Silva. **Um estudo correlacional entre habilidades sociais e traços de personalidade.** Psico-USF (Impr.), Itatiba. 38, jun. 2001. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 maio 2015.

FIGLIE, Neliana Buzi. BORDIN, Selma. LARANJEIRA, Ronaldo. **Aconselhamento em dependência química.** São Paulo: Roca, 2004.

LAZARUS, A. A. **Psicoterapia Personalista – Uma visão além do condicionamento.** Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

MARINHO, M. L. **Um programa estruturado para o treinamento dos pais.** In V. E. Caballo & M. A. Simon (Orgs.), Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos. São Paulo: Santos, 2005.

OLIVARES, J., MENDEZ, F. X., & ROS, M. C. **O treinamento de pais em contexto clínicos e da saúde.** In V. E. Caballo & M. A. Simon (Orgs.), Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos. São Paulo: Santos, 2005.

SILVA, A. E., MACHADO G. B., ET AL. **Dependência Química E A Importância Da Família Na Busca Pela Recuperação.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://psicologado.com/psicopatologia/saude-mental/dependencia-quimica-e-aimportancia-da-familia-na-busca-pela-recuperacao>. Acesso em 28 de maio de 2015.

O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA¹

Deimisom Mello, deimisom_mello@hotmail.com²
Suzana Alves de Moraes Franco, suzana@uniarp.edu.br³

Resumo - O projeto teve como objetivo, promover a inclusão social e garantir os direitos de crianças e adolescentes da Escola Padre Biaggio Simonetti em Fraiburgo-SC, conforme prevê a Lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Transmitir algumas informações necessárias por meio de elaboração de cartilha educativa e vídeos explicativos. Tendo como resultado a publicação nas redes sociais, de todo material elaborado, atingindo um número muito superior de pessoas que tiveram acesso ao material

Palavras-chave: Violência Doméstica. Criança. Adolescente

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente projeto de extensão tem extrema importância para as famílias e em contrapartida para a sociedade em geral, pois propõe fomentar os direitos garantidos da criança e adolescente, previstos em lei, com o objetivo de difundir as consequências que afetam o comportamento dos jovens diante da vivência familiar desestruturada, os deveres e aplicabilidade do Estado e da sociedade.

Apesar da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente ter amenizado a exploração infantil e reduzido algumas práticas, antes não institucionalizadas, contra a criança, muitas são as que sofrem por serem coagidas, ameaçadas e emocionalmente destruídas através de agressões diretas e indiretas. Elas precisam de uma aproximação maior de alguém ou algo que as protejam e defendam seus direitos. O contato presencial e a ação social na vida dessas vítimas são mais eficazes no direcionamento a uma progressão pessoal, o que a maioria delas precisam é de um lar seguro e equilibrado, não sendo isso possível, uma proximidade política e social para sentirem-se seguras.

Em síntese, este projeto teve como objetivo transmitir o conhecimento dos direitos da criança e do adolescente diante dos reflexos transmitidos pela violência doméstica causador dos maiores danos a sua integridade física, psicológica e moral, visto que muitos vivem em situação de carência financeira e principalmente afetiva, o que os deixa vulneráveis diante do familiar negligente e agressor.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Entende-se por violência doméstica, um fenômeno que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente, inclui as várias formas de agressão contra crianças e jovens, contra a mulher ou homem e contra idosos no âmbito doméstico. Considera-se que a violência intrafamiliar é em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e,

¹ O presente trabalho, refere-se a bolsa PAEC.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência (MENDES, 2012).

Muito se fala do sofrimento dos casais, mais precisamente da mulher perante o assunto, mas o agravante vai além da brutalidade entre estes. Há no seio da família seres dependentes, os filhos, que dentro desta perspectiva sofrem todos os tipos possíveis de negligência e abuso, são vulneráveis frente a autoridade dos responsáveis.

No que se refere à responsabilidade dos pais é importante ressaltar o enunciado do Estatuto da criança e do adolescente em seu artigo 4º:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Por isso, junto com as entidades supracitadas, a família tem o sumário dever de assegurar os direitos e proteger os filhos de eventuais perigos que possam denegrir sua integridade física e moral. É através do convívio familiar que a criança tem o primeiro contato social. É o lugar onde assegura-se a formação do caráter do indivíduo e conforme o tipo de relação dada a estes é que se revela o temperamento de cada pessoa, e se for de cunho negativo mais facilidade terá para apresentar as consequências conforme suas deficiências, agressões e ameaças sofridas (CURY, 2013).

Dentro dessa premissa, pode ser apresentado o artigo quinto do ECA:

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Com isso, uma criança que nasce dentro de um ambiente familiar violento e desequilibrado, que não respeita seus direitos fundamentais de pessoa em desenvolvimento, é uma criança que carece de elementos constitutivos fundamentais. A violência que ocorre no interior das quatro paredes de uma casa é sentida pela criança e pelo adolescente como uma guerra, pois os agressores estão próximos, e o mais paradoxal é que tal violência se estabelece no lugar onde espera acolhida, proteção e respeito (FREITAS, 2014).

Acarretando com isso um aprisionamento emocional, porque geralmente culpa-se de alguma maneira da situação. Por outro lado, os laços afetivos e familiares causam em seu íntimo o conflito moral sobre o conceito de família o qual por tradição ou dependência prefere aceitar as condições de submissão de uma autoridade fictícia. Contudo, o que vem a contribuir para a formação do caráter social do adolescente é esta confusão psíquica que desestabiliza seu emocional e coloca em dúvidas sua razão de ser.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As medidas de proteção à criança ou ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos sofrerem ameaça ou violação, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou por sua própria conduta.

Sendo assim, foi criado o Estatuto da Criança e do adolescente pela lei 8.069 e promulgado no dia 13 de julho de 1990, para garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem distinção de raça, sexo, etnia, religião, crença, condição econômica, ou qualquer outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade onde vivem. Para o Estatuto, nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Havendo qualquer lesão aos direitos fundamentais desses indivíduos, por ação ou omissão, de quem quer que seja, ensejará em punição na forma da lei (SILVA, 2016).

AS CONSEQUÊNCIAS REFLETIDAS NO LAR

As consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, sendo o meio familiar, considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento físico, mental e psicológico de seus membros um lugar “sagrado” e desprovido de conflitos. As crianças que vivem em lares nos quais acontecem situações de violência doméstica sofrem sequelas importantes. Não importa se é abuso verbal, emocional ou físico: quando esse tipo de violência é produzida entre os pais, o impacto nos filhos é devastador.

Pode-se prever o quanto a mente humana é influenciada pelo meio em que convive, assim como a formação de seu caráter. Portanto a estrutura familiar é o principal fator das causas da violência infanto-juvenil, mais precisamente contra o psíquico, que de uma maneira geral é caracterizada por rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa efeitos permanentes em suas vítimas.

Muitas crianças abusadas, violentadas ou negligenciadas na infância se tornam agressoras na idade adulta, pois seu comportamento é um reflexo de suas experiências domésticas. Vários indícios de mau desenvolvimento de personalidade geralmente são observados na fase inicial da vida. Tais características podem ser manifestadas por dificuldades para se alimentar, dormir ou concentrar-se. Algumas dessas crianças podem começar a se mostrar exageradamente introspectivas, ansiosas, tímidas, com baixa autoestima e dificuldades de relacionamento com os outros, outras vezes mostram-se agressivas, rebeldes ou, ao contrário, muito passivas.

Neste prisma, os maus tratos, abusos e negligências a crianças são uma problemática grave que afeta a qualidade de vida da infância com consequências a diversos níveis, comprometendo seriamente o futuro das pessoas envolvidas. A negligência lesa a saúde e o normal desenvolvimento da criança, traduzindo-se normalmente, em atrasos no desenvolvimento físico e cognitivo e dificuldade em criar ligações afetivas (RAJADO, 2012).

Acrescenta-se ao exposto o crime do abuso sexual, o qual consiste em violência que quando praticado contra crianças e adolescentes ocasionam danos físicos, psicológicos ou de comportamento, todos igualmente prejudiciais. Dentre os tipos de agressões mais conhecidas pode-se destacar o incesto, uma conduta cujo

início é marcado por uma relação de afeto entre agressor e vítima, em que se verifica todo um jogo de sedução e envolvimento. Assim, vê-se que os casos de abuso sexual contra menores dentro de suas casas são alarmantes e assustadores atingindo as diversas classes sociais, sem distinção de sexo. Por outro lado, constata-se ainda que vários são os fatores que impedem as vítimas de denunciarem as práticas abusivas. Dentre as mais comuns, pode-se citar que as vítimas na maioria dos casos, se sentem traídas pelo corpo e pela mente, sentindo-se constrangidas por talvez serem o motivo de possíveis desavenças dentro do lar, não querendo ser causa da desgraça da família (FERREIRA, 2011).

METODOLOGIA

O estudo proposto levou a efeito tomando como pressuposto o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva. Foram utilizados como fonte de pesquisa, estudos recentes que abordam o problema deste projeto.

Com o resultado da pesquisa, foi elaborado uma cartilha, postada no site da UNIARP, e desenvolvida esta mesma cartilha através de vídeos que foram encaminhados via WhatsApp a todas as crianças e adolescentes da Escola de Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram amplos em relação ao público atingido. Devido a pandemia do novo Corona Vírus, foram utilizadas as redes sociais como veículo de comunicação, fazendo com que, o número de pessoas que tiveram acesso ao material seja incalculável

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foi destinado às crianças e adolescentes da Escola de Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti do bairro Centro em Fraiburgo-SC, para o esclarecimento de seus direitos e informações sobre os tipos de violências, configuradas crime contra o menor e pontuar as consequências desta violência sofridas no ambiente familiar, para que assim possam exercer sua dignidade exigindo respeito e atenção de seus familiares ou de órgãos competentes, passando a procurar ajuda caso presenciem ou façam parte dessa realidade

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meu agradecimento especial à agência apoiadora que, acreditou neste projeto (PAEC) e possibilitou o conhecimento de seus direitos a inúmeras crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Presidência da República, casa civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 10 nov. 2020.

CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias; ROSAS, Fabiane Klazura. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, v. 2, n. 1, p. 10-15, 2006. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CURY, Munir. (Coor.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais**. 12. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERREIRA, Deborah Cristina. **O reflexo da violência doméstica no desenvolvimento sócio-cultural da criança e adolescente**. Web Artigos, 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-reflexo-da-violencia-domestica-no-desenvolvimento-socio-cultural-da-crianca-e-do-adolescente/69203/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. **A violência sexual no âmbito familiar como forma de transgressão ao sistema de garantias previsto no texto constitucional e aos direitos humanos**. Jus Brasil, 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19315/a-violencia-sexual-no-ambito-familiar-como-forma-de-transgressao-ao-sistema-de-garantias-previsto-no-texto-constitucional-e-aos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FREITAS, Danielli Xavier. **Um monstro esconde-se em casa. A violência doméstica contra crianças e adolescentes**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/139169447/um-monstro-esconde-se-em-casa-a-violencia-domestica-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MENDES, Zilma dos Reis. **A violência doméstica contra adolescentes e suas repercussões na sociabilidade e na vida acadêmica dos estudantes do IFBA Santo Amaro**. 2012. Disponível em: [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=gepss&page=article&op=view&path\[\]=3876](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=gepss&page=article&op=view&path[]=3876). Acesso em: 10 nov. 2020.

RAJADO, Helena Isabel Fresco Barreto. **Negligência nos cuidados infantis: como identificar, como atuar**. Dissertação (Mestrado em Educação para Saúde) – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14078/1/Helena%20Isabel%20Fresco%20Barreto%20Rajado.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Raissa dos Santos. **Estatuto da criança e do adolescente: aspectos gerais das medidas protetivas e das medidas socioeducativas**. Conteúdo Jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-aspectos-gerais-das-medidas-protetivas-e-das-medidassocioeducativas,55980.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PERFIL DOS PROFESSORES DE DANÇA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FERNANDES, Gabrieli
SOMENSI, Mauricio, Luiz

Resumo

A dança como atividade física é uma modalidade muito praticada na cidade de Caçador, além de desenvolver/ aprimorar várias valências motoras também é uma opção para o desenvolvimento social dos praticantes. A dança tem duas vertentes principais, a dança cultural e a dança fitness, este estudo tem como problemática identificar o perfil dos professores de dança da cidade de Caçador diante a Pandemia do Covid e como objetivo salientar a importância desta área na vida de seus praticantes, entender o perfil dos instrutores desta área e se hoje os mesmos conseguem viver de dança mesmo diante ao cenário da pandemia. Metodologicamente, este estudo constitui uma pesquisa em forma de questionário fechado realizado pelo próprio autor da pesquisa com oito perguntas via Google forms para os instrutores de dança e em forma de pesquisa de caráter bibliográfico. O perfil dos instrutores formou-se com idades de 23 a 50 anos de idade, destas, 8 tem formação em Educação física e as outras 3 estão cursando a graduação. Das 11 instrutoras, 10 possuem Capacitação na área da dança e apenas uma delas ainda não possui nenhuma capacitação. A maioria destas instrutoras (45,5%) trabalham a mais de cinco anos na área, 36,4% entre 2 e 3 anos e 18,2% a menos de 2 anos. Apenas 27,3% das instrutoras de dança de nossa cidade conseguem viver da dança, as outras 72,7% possuem outra fonte de renda. Com relação a dança fitness e cultural, 36,4% das instrutoras trabalham com as duas vertentes, 45,5% trabalham apenas com a dança fitness e 18,2% apenas com a dança cultural. Conclui-se, por fim, que as mulheres dominam esta atividade na cidade, possuem idade entre 23 a 30 anos possuindo capacitação na área que escolheram e possuindo na sua grande maioria possui outra fonte de renda para sobreviver.

Palavras-chaves: Dança, perfil dos instrutores, praticantes.

INTRODUÇÃO

O presente estudo vem salientar a importância da dança no cotidiano de seus praticantes, em conjunto entender qual o perfil dos profissionais desta área, através de um questionário fechado elaborado pelo próprio autor da pesquisa via Google forms, contendo oito perguntas.

O estudo aborda a arte como expressão corporal como no entendimento de Medeiros (2016), em suas reflexões sobre a arte, tendo como base o pensamento de Merleau-Ponty, a denomina como única, singular, não só para quem aprecia, mas também para o artista que a vivencia, assim, ela não seria uma imitação, mas uma forma de expressar inúmeros significados.

Discorreremos no presente trabalho as possíveis contribuições da dança como arte e fitness na vida dos praticantes. Onde segundo Brikman (2014) a prática pelo movimento favorece a inclusão, beneficia diferentes aprendizagens e o processo expressivo contribui com a criatividade, tanto em grupo, quanto individual.

Sendo assim, dança pode ser vista como atividade física por conta de trabalhar várias valências motoras em uma só aula, trabalhando lateralidade, coordenação, equilíbrio, flexibilidade, entre outras. Como afirma Medeiros (2016) baseada nas reflexões de MerleauPonty: “nessa relação com o mundo o corpo vai aprendendo os vários sentidos da existência” (MEDEIROS, 2016, p.12).

Diante do exposto o estudo apresenta o seguinte pergunta: Qual o perfil dos instrutores de dança e suas instituições diante a pandemia do Covid? Constituíram objetivos específicos: Salientar a importância da dança para seus praticantes, seja ela fitness ou cultural; Identificar o perfil dos profissionais da área da dança na cidade de Caçador; Identificar se todos os profissionais hoje conseguem viver da dança diante a pandemia.

DESENVOLVIMENTO

A dança é uma das formas de expressão mais antigas, com a junção da cultura de vários povos. É uma arte que acompanha a humanidade desde os primórdios, quando não se usava a comunicação verbal, já se comunicavam por meio de movimentos, diretamente ligados a natureza, tornando-se assim parte dela (RIBAS, 1959).

Segundo Tavares (2005) a dança é um componente cultural importante para a humanidade. Cada país e região tem seus costumes, alguns são passados de geração para geração, o que os fazem únicos.

Existem indícios de que o homem dança desde os tempos mais remotos. Todos os povos, em todas as épocas e lugares dançaram. Dançaram para expressar revolta ou amor, reverenciar ou afastar deuses, mostrar força ou arrependimento, rezar, conquistar, distrair, enfim, viver! (TAVARES, 2005, p.93).

Para ser praticada não é necessário nenhum tipo de material ou ferramenta, apenas o corpo, que no caso é a matéria prima para esta arte. É uma forma de expressão corporal, combinada com movimento e ritmo, coreografado ou não.

É indispensável refletir sobre o corpo, os gestos, os comportamentos, os movimentos, assim como as atividades físicas, a dança, a ginástica, e os demais esportes, como forma de expressar suas culturas, como interagir com a sociedade, na transmissão de valores, sentidos, ações e saberes. (BRASILEIRO, MARCASSA, 2008)

Para Gonçalves (1994), o corpo torna-se uma ligação empática com o mundo, agindo de forma ativa e perdurável nos processos da sociedade, das experiências culturais, e o resultado material e simbólico.

A dança é uma forma de mostrar que está bem consigo mesmo, é uma forma de se divertir e expressar seus sentimentos que com palavras é difícil demonstrar. A dança é mais que um movimento, é um sentimento, é dizer tudo que sente sem nenhuma só palavra.

Segundo Sarto (2007) a dança é considerada um agente transformador, que age na descoberta do mundo e de si mesmo. Não deixando nos esquecer da “figura” que habita esse organismo; um ser repleto de interesses, mas também com uma carga de desejos e desafios.

Como o lazer, esta arte assume a responsabilidade de despertar a alegria, a satisfação, a fim de atribuir significados à vida do ser humano, já que, através dela, podemos brincar com nossa imaginação. (SARTO, 2007)

Sendo assim a dança cria duas vertentes, a dança cultural como uma essência poética, e a dança fitness como um esporte. As duas tem algo muito importante em comum, como comenta Pereira e Hunger (2006), “uma das similaridades existentes entre elas consiste na utilização e movimentação do corpo como foco principal, ou seja, ambas são atividades corporais”.

Nas similaridades entre a dança cultural e a dança fitness, pode-se apontar que além de ambos utilizarem-se da atividade física, ambos são “fenômenos culturais que acompanham a evolução do homem”, e “já existiam antes do aparecimento da educação física e independem dela para existir” (Pellegrini, 1988, p. 252).

Para Rangel (2002) a dança como um todo, estimula a criatividade, praticando a autoconfiança, a sensação de bem estar, sendo realizada por pessoas das mais variadas faixas etárias, e também por várias finalidades, como, desportiva, artística, recreativa, estética, ou educacional.

Na dança fitness o agente estudado é o movimento humano, que busca coadjuvar com o desenvolvimento do praticante e uma melhor qualidade de vida, já que ressalta vários campos da educação física, como: anatomia, fisiologia, cinesiologia e psicologia. Otimizando e desenvolvendo o movimento do corpo e melhorando as qualidades físicas básicas. (SARTO, 2007)

Com o passar do tempo as pessoas foram percebendo que a dança pode ser utilizada para atender outras necessidades do ser humano, como a estética. Na busca pelo corpo perfeito hoje as pessoas estão dançando para perder calorias e trabalhar o condicionamento físico, mas também para socializar e se divertir.

Segundo Charpin (1996) todas as atividades físicas devem conter objetivos fisiológicos (musculares, cardiovasculares e respiratórios), sócio- afetivos, psicológicos e motores, todos de forma completa. Também é da opinião deste mesmo autor que existem poucas atividades que englobam estas capacidades, estas são as de exercício aeróbio.

Normalmente as aulas de Dança Fitness são divididas em cinco etapas, são elas: Aquecimento, aeróbico, esfriamento, localizada e alongamento.

O aquecimento dura quase sempre de 8 a 10 minutos, é a primeira fase do seu cronograma de exercícios. Onde o objetivo é preparar o organismo, reduzindo o risco de lesões. (CERAGIOLI, 2008)

ATIVIDADE DE PROJETO PAEC: APLICAÇÃO DE ORIENTAÇÕES PSICO METODOLÓGICAS PARA MAIOR SENSIBILIZAÇÃO ENTRE EDUCADORES E ESTUDANTES ¹

Josiéli Varela Forlin, josieli.varela@uniarp.com.br²
Juan Pablo Siqueira da Costa, juannshz@gmail.com³

Resumo – O presente projeto oferece um suporte para os discentes e docentes em ambiente escolar. Estabelecendo uma sociabilidade entre professor-aluno e incentivando a melhora da comunicação. A meta é intensificar a interação social e o aprendizado coletivo entre o professor e os alunos promovendo resultados educacionais mais favoráveis aos educandos. Com as palavras de Paulo Freire, “É sabido que a interação auxilia no conhecimento dos acadêmicos”. Corroborando este pensamento o projeto tem o intuito de unir a interação entre a sala de aula e o docente de maneira mais dinâmica e atrativa.

Palavras-chave: Educação. Sociabilidade. Orientação. Comunicação.

INTRODUÇÃO

Este projeto partiu do pressuposto das adversidades identificadas em uma comunicação entre o aluno e o professor dentro de um ambiente de ação pedagógica. O foco é pertinente em promover uma melhora na educação com reflexos em avaliações dos discentes. A orientação para que isso ocorra é abordada pelo acompanhamento em salas de aula e a utilização de atividades interpessoais entre pedagogos e os educandos.

É fato que a interpretação é algo subjetivo pois há diferença entre o que se quer dizer e como o receptor compreende o que foi dito, isso pode gerar interpretações indesejadas, em uma sala de aula por exemplo, pode acarretar problemas futuros. Diante disso o professor, que ministra a sala de aula, precisa construir uma comunicação construtiva pois a mensagem em que se transmite pode afetar as emoções e os sentimentos dos ouvintes, para melhor ou pior. Deve-se utilizar diálogos efetivos mesmo dentro de um ambiente escolar. Artigos apontam que a comunicação com o aluno sobre seu comportamento é mais eficaz quando não rígida, sem aplicar tons de julgamento e culpabilização. Abordagem de uma característica de linguagem mais ofensiva faz com o que o receptor da informação canalize a energia em se defender ou justificar, e não em solucionar o problema. O grande trunfo do pedagogo dentro da sala de aula é sua autoridade, se utilizada de forma correta buscando palavras firmes e objetivas sem lições de moral e elevação de voz pode-se gerar um melhor convívio.

A veracidade é que não existem psicólogos educacionais predispostos em todas as escolas municipais de ensino básico fundamental, o que resulta em rankings de educação mundiais preocupantes para o Brasil. De acordo com estudos

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de projeto PAEC.

² Professora do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cinco anos após ingressarem no ensino médio, 41% dos estudantes brasileiros abandonam a escola sem se formar o dobro de outros países registrados na pesquisa. O alto índice relatado pelos entrevistados decorre da falta de atratividade na escola, a repetência e o desentendimento entre aluno e professor. Paciência, prática e um psicólogo auxiliando, oferta outras formas para o aluno e o professor se comunicarem, promovendo uma sala de aula mais acolhedora e uma promoção na educação.

Analisando o gráfico de educação mundial elaborado pelo Programa Internacional de alunos (PISA) 2012 é amarga a posição do Brasil encabeçando as 20 piores colocações no ranking das três áreas do conhecimento analisadas. A realidade é que a educação brasileira está na berlinda durante anos e a existência de desafios na sociabilidade entre professor-aluno, no contexto da comunicação é inegável. No entanto quais são as interferências presentes no problema? Respalda-se no fato em que o professor acha-se um excelente comunicador, acreditando que apenas transmitindo sua matéria com clareza os alunos vão obter conhecimento, não levando em consideração alguns que possuem dificuldade em algumas questões por exemplo. Ou parte dos alunos que não empenham-se o suficiente em estudar todos os dias onde possuem obstáculos buscando com o professor soluções para as suas dúvidas? Quais são os reais problemas de comunicação encontrados em sala de aula que se tornam obstáculo para aprendizagem?

Figura 1 - Ranking Mundial da Educação PISA 2012



Fonte: Metro Curitiba - Edição nº 655, ano 3 - 04/12/2013 - Pág. 4

PSICÓLOGO NA ÁREA PEDAGÓGICA

O psicólogo educacional é o profissional cujo objetivo é o estudo e a intervenção do comportamento humano enquanto âmbito escolar. As missões de um profissional da área vão muito além de uma simples consulta, ele trabalha o

mecanismo de desenvolvimento das capacidade das pessoas, dos grupos e das instituições, possibilitando assim o desenvolvimento pessoal e coletivo.

A atuação do psicólogo escolar sempre foi zelar pelo desenvolvimento da educação, seu principal objetivo dentro da escola efetivamente era trabalhar com testes psicológicos a fim de diagnosticar possíveis doenças ou distúrbios mentais. Ele isolava assim o aluno que atrapalhava a evolução da turma para que se conseguisse lidar com suas dificuldades em particular. Ao longo da história a psicologia foi ganhando mais seu espaço como uma ciência humana e então sua forma de atuar também alterou. Não se tratava mais o aluno com problemas isoladamente, como o envolvimento da sociabilidade entre professores, colegas e espaço escolar em geral, pois identificava-se eles como possíveis influenciadores de comportamentos. Dessarte, o psicólogo deixou de buscar diagnósticos para compreender o que o aluno vivencia e suas experiências.

Há muitos benefícios em se ter um psicólogo atuando na área da educação, seu leque de atuação é enorme, desde pensar sobre o espaço até intervir nas demandas pedagógicas. Cabe destacar possíveis atuações em uma Instituição de Ensino como apontam Santos et. al (2017, p. 231 e 232)

- Formação junto a equipe escolar: Para fins preventivos a possíveis problemas na experiência educacional, o psicólogo pode promover discussões e reflexões que contribuem juntamente aos alunos, famílias e comunidade.
- Intervenção na melhoria da aprendizagem: O psicólogo que atua em ação pedagógica deve prestar atenção a indicações aplicadas pelos educadores. Compreender e orientar as melhores técnicas educacionais é fundamental para que o aprendizado e o progresso do estudante seja impecável.
- Intervenção socioeducativa: Visar um espaço a sociabilidade ideal para experiências escolares positivas, o psicólogo deve encarregar-se de proporcionar um ambiente mútuo intervindo em possíveis problemas na socialização escolar, como por exemplo bullying.

Em suma é primordial o profissional psicólogo no ambiente escolar, pois ele está apto para identificar as necessidades de trabalhar as emoções não só dos alunos mais de toda equipe pedagógica e também familiares dentro e fora da escola.

Pesquisadores de todas as áreas afirmam que o ser humano é culturalmente programável e moldável pela comunidade. Nas palavras do filósofo Rousseau "O homem nasceu bom, e a sociedade o corrompe". Os professores, grandes moldadores educacionais, empregam uso de métodos e técnicas de ensino diverso o que todos têm em comum é marcar a vida de seus educandos. De suma importância que professor tenha a responsabilidade de relacionar-se com amor. Apesar de obterem razão em seus protestos muitos docentes prendem-se em criticar seu salário e alunos desconsiderando que a base para o aprendizado significativo é engrandecer valores como: resiliência, paciência, compaixão, humildade, generosidade, entre outros preceitos. O psicólogo na área da educação tem precisamente a função de garantir que o professor consiga ensinar seus alunos da forma mais clara possível, transbordando assim o conhecimento científico com a linguagem internalizada do amor.

Ralph Waldo Emerson, citado no livro O Amor como Estilo de Vida, fala: "Uma das belas compensações da vida é que nenhum ser humano pode sinceramente

tentar ajudar o outro sem ajudar a si mesmo” (EMERSON apud CHAPMAN, 2009, p. 14). Quando o professor obtiver ajuda em sala de aula para orientar os alunos e procurar outras formas de se comunicar, ele não somente terá a certeza de uma melhora na sua capacidade de ensino como uma melhora do seu dia.

Como visto a sensibilização no meio educacional é indiscutivelmente importante tanto para o aluno quanto para o professor. Neste projeto as turmas selecionadas terão o que seria moralmente obrigatório em todas as escolas de ensino básico, um psicólogo, neste caso, um estudante de psicologia com apoio de sua orientadora e professores, fazendo acompanhamento do rendimento e desenvolvimento de cada aluno na sala de aula e na socialização com seus colegas e servidores. O acompanhamento acontecerá através de conversações, questionários e dinâmicas baseado no contexto estudado nas matérias de psicologia sempre com o apoio e a indicação da orientadora. Como previsto no cronograma em um primeiro momento foi feita a apresentação do projeto para os alunos e algumas perguntas visando entender mais sobre seus planos para o futuro, partindo do ponto de vista de ensino superior. Foi relatado que uma parcela dos estudantes tem pouco engajamento com os estudos e após o projeto a expectativa é que essa parcela invista em um plano para a faculdade e a continuação dos estudos. Todas as atividades previstas estão sendo realizadas a distância, na volta das aulas serão mais efetivas.

METODOLOGIA

O presente projeto é realizado com alunos do Centro Educacional Municipal São Miguel e o professor Marlei Bento da Costa no município de Fraiburgo/SC. O princípio é compreender e orientar os alunos e o professor em questão na sensibilização de uma comunicação mais aberta.

O projeto tem como um dos seus objetivos incentivar os alunos a buscarem os estudos e uma carreira profissional digna solucionando juntamente com o professor seus obstáculos que os atrapalham mesmo ocorrendo fora do ambiente escolar. O projeto visa também uma obtenção na melhora de notas em avaliações, visto que muitos tem dificuldades. A presença do educador é valiosa, fundamentalmente os alunos estão compreendendo a importância do professor e seu trabalho em prol de um futuro melhor para todos, para que não ocorra mais problemas de comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados já presentes na decorrência do projeto é a presença de mais participação e engajamento por parte dos alunos na aula, alguns que possuíam vergonha ou timidez para fazer perguntas já estão mais participativos. Outros não tinha vontade nenhuma de pegar o caderno na mão e o docente já relata que foi procurado em redes sociais sobre questões envolvendo a matéria.

O acompanhamento com o professor em aula está sendo orientá-lo a aceitar as deficiências de todos os seus alunos, se um entendeu, não significa que todos vão entender também, zelando por um ambiente tranquilo e confortável que conduza as aulas a uma participação geral. Quando o pedagogo demonstrou paciência lembrou a si e aos alunos o caminho para o relacionamento saudável. A paciência falou aos estudantes: “Eu quero entender o que está acontecendo com você, qual é o sofrimento que o faz ser tão agressivo”. Está sendo fundamental as

orientações para corrigir a sensibilização dessa comunicação pois é impossível comandar uma sala de aula sem paciência e o aluno que se sente acolhido é muito mais produtivo.

Até o finalização do projeto esperamos o retorno das aulas presenciais e uma maior efetividade do projeto uma vez que nem todos os alunos da escola pública possuem recursos tecnológicos para acessarem a aula por web conferência e assim ficar a par do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre outras ações aplicadas em sala de aula, este projeto trás o intuito de indagar os alunos e o professor diariamente sobre três perguntas-chave: o que posso fazer para ajudar meu aluno/professor hoje? Como posso tornar sua/minha aprendizagem significativa? E como posso ser um professor/aluno melhor? O projeto está garantindo que a proatividade e as habilidades de socialização devem ser postas em sala, conectando-se uns nos outros no processo de interdependência de colaboração, interatividade e criatividade. Passando assim valores fundamentais, como: resiliência, gentileza, paciência e humildade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Destaca-se o apoio do Centro Educacional Municipal São Miguel, o professor Marlei Bento da Costa, o coordenador geral de ensino Rojandro Polo e a orientadora do projeto Josiéli Varela Forlin.

REFERÊNCIAS

- DORNELAS, Jéssica. Comunicação com amor entre professor e aluno. **Construir Notícias** Disponível em:
<https://www.construirnoticias.com.br/comunicacao-com-amor-entre-professor-e-aluno/>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- POLITY, Elizabeth. **Ensinando a ensinar**. São Paulo: Lemos, 1988
- FLEURI, R. M. **Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na Escola**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise: Contribuições à psicologia do amor**. tradução de Durval Marcondes (et al.) - Rio de Janeiro: Imago Ed, 2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Psicologia da Educação**. Disponível em:
<http://producao.virtual.ufpb.br/books/edusantana/fundamentos-psicologicos-da-educacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s04.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA¹

Deimisom Mello, deimisom_mello@hotmail.com²
Suzana Alves de Moraes Franco, suzana@uniarp.edu.br³

Resumo - O projeto teve como objetivo, promover a inclusão social e garantir os direitos de crianças e adolescentes da Escola Padre Biaggio Simonetti em Fraiburgo-SC, conforme prevê a Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Transmitir algumas informações necessárias por meio de elaboração de cartilha educativa e vídeos. Tendo como resultado a publicação nas redes sociais, de todo material elaborado, atingindo um número muito superior de pessoas que tiveram acesso ao material.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Criança. Adolescente

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente projeto de extensão tem extrema importância para as famílias e em contrapartida para a sociedade em geral, pois propõe fomentar os direitos garantidos da criança e do adolescente, previstos em lei, com o objetivo de difundir as consequências que afetam o comportamento dos jovens diante da vivência familiar desestruturada, e os deveres e aplicabilidade do Estado e da sociedade.

Apesar da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente ter amenizado a exploração infantil e reduzido algumas práticas, antes não institucionalizadas, contra a criança, muitas são as que sofrem por serem coagidas, ameaçadas e emocionalmente destruídas através de agressões diretas e indiretas. Elas precisam de uma aproximação maior de alguém ou algo que as protejam e defendam seus direitos. O contato presencial e a ação social na vida dessas vítimas são mais eficazes no direcionamento a uma progressão pessoal, o que a maioria delas precisam é de um lar seguro e equilibrado, não sendo isso possível, uma proximidade política e social para sentirem-se seguras.

Em síntese, este projeto teve como objetivo transmitir o conhecimento dos direitos da criança e do adolescente diante dos reflexos transmitidos pela violência doméstica causador dos maiores danos a sua integridade física, psicológica e moral, visto que muitos vivem em situação de carência financeira e principalmente afetiva, o que os deixa vulneráveis diante do familiar negligente e agressor.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Entende-se por violência doméstica, um fenômeno 'que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente, inclui as várias formas de agressão contra crianças e jovens, contra a mulher ou homem e contra idosos no âmbito doméstico. Considera-se que a violência intrafamiliar é em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e,

¹ O presente trabalho, refere-se a bolsa PAEC.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência (MENDES, 2012).

Muito se fala do sofrimento dos casais, mais precisamente da mulher perante o assunto, mas o agravante vai além da brutalidade entre estes. Há no seio da família seres dependentes, os filhos, que dentro desta perspectiva sofrem todos os tipos possíveis de negligência e abuso, são vulneráveis frente a autoridade dos responsáveis.

No que se refere à responsabilidade dos pais é importante ressaltar o enunciado do Estatuto da criança e do adolescente em seu artigo 4º:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, n.p).

Por isso, junto com as entidades supracitadas, a família tem o sumário dever de assegurar os direitos e proteger os filhos de eventuais perigos que possam denegrir sua integridade física e moral. É através do convívio familiar que a criança tem o primeiro contato social. É o lugar onde assegura-se a formação do caráter do indivíduo e conforme o tipo de relação dada a estes é que se revela o temperamento de cada pessoa, e se for de cunho negativo mais facilidade terá para apresentar as consequências conforme suas deficiências, agressões e ameaças sofridas.

Dentro dessa premissa, pode ser apresentado o artigo quinto do ECA:

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, n.p).

Com isso, uma criança que nasce dentro de um ambiente familiar violento e desequilibrado, que não respeita seus direitos fundamentais de pessoa em desenvolvimento, é uma criança que carece de elementos constitutivos fundamentais. A violência que ocorre no interior das quatro paredes de uma casa é sentida pela criança e pelo adolescente como uma guerra, pois os agressores estão próximos, e o mais paradoxal é que tal violência se estabelece no lugar onde espera acolhida, proteção e respeito (FREITAS, 2014).

Acarretando com isso um aprisionamento emocional, porque geralmente culpa-se de alguma maneira da situação. Por outro lado, os laços afetivos e familiares, causam em seu íntimo o conflito moral sobre o conceito de família o qual por tradição ou dependência prefere aceitar as condições de submissão de uma autoridade fictícia. Contudo, o que vem a contribuir para a formação do caráter social do adolescente é esta confusão psíquica que desestabiliza seu emocional e coloca em dúvidas sua razão de ser.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As medidas de proteção à criança ou ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos sofrerem ameaça ou violação, seja por ação ou omissão da

sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou por sua própria conduta.

Sendo assim, foi criado o Estatuto da Criança e do adolescente pela lei 8.069 e promulgado no dia 13 de julho de 1990, para garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem distinção de raça, sexo, etnia, religião, crença, condição econômica, ou qualquer outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade onde vivem. Para o Estatuto, nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Havendo qualquer lesão aos direitos fundamentais desses indivíduos, por ação ou omissão, de quem quer que seja, ensejará em punição na forma da lei (SILVA, 2016).

AS CONSEQUÊNCIAS REFLETIDAS NO LAR

As consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, sendo o meio familiar, considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento físico, mental e psicológico de seus membros um lugar “sagrado” e desprovido de conflitos. As crianças que vivem em lares nos quais acontecem situações de violência doméstica sofrem sequelas importantes. Não importa se é abuso verbal, emocional ou físico: quando esse tipo de violência é produzida entre os pais, o impacto nos filhos é devastador (CIONEK; ROSA, 2006).

Pode-se prever o quanto a mente humana é influenciada pelo meio em que convive, assim como a formação de seu caráter. Portanto a estrutura familiar é o principal fator das causas da violência infanto-juvenil, mais precisamente contra o psíquico, que de uma maneira geral é caracterizada por rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa efeitos permanentes em suas vítimas.

Muitas crianças abusadas, violentadas ou negligenciadas na infância se tornam agressoras na idade adulta, pois seu comportamento é um reflexo de suas experiências domésticas. Vários indícios de mau desenvolvimento de personalidade geralmente são observados na fase inicial da vida. Tais características podem ser manifestadas por dificuldades para se alimentar, dormir ou concentrar-se. Algumas dessas crianças podem começar a se mostrar exageradamente introspectivas, ansiosas, tímidas, com baixa autoestima e dificuldades de relacionamento com os outros, outras vezes mostram-se agressivas, rebeldes ou, ao contrário, muito passivas (FERREIRA, 2011).

Neste prisma, os maus tratos, abusos e negligências a crianças são uma problemática grave que afeta a qualidade de vida da infância com consequências a diversos níveis, comprometendo seriamente o futuro das pessoas envolvidas. A negligência lesa a saúde e o normal desenvolvimento da criança, traduzindo-se normalmente, em atrasos no desenvolvimento físico e cognitivo e dificuldade em criar ligações afetivas (RAJADO, 2012).

Acrescenta-se ao exposto o crime do abuso sexual, o qual consiste em violência que quando praticado contra crianças e adolescentes ocasionam danos físicos, psicológicos ou de comportamento, todos igualmente prejudiciais. Dentre os tipos de agressões mais conhecidas pode-se destacar o incesto, uma conduta cujo início é marcado por uma relação de afeto entre agressor e vítima, em que se verifica todo um jogo de sedução e envolvimento. Assim, vê-se que os casos de abuso sexual contra menores dentro de suas casas são alarmantes e assustadores atingindo as

diversas classes sociais, sem distinção de sexo. Por outro lado, constata-se ainda que vários são os fatores que impedem as vítimas de denunciarem as práticas abusivas. Dentre as mais comuns, pode-se citar que as vítimas na maioria dos casos, se sentem traídas pelo corpo e pela mente, sentindo-se constrangidas por talvez serem o motivo de possíveis desavenças dentro do lar, não querendo ser causa da desgraça da família (FERREIRA, 2011).

METODOLOGIA

O estudo proposto levou a efeito tomando como pressuposto o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva. Foram utilizados como fonte de pesquisa, estudos recentes que abordam o problema deste projeto.

Com o resultado da pesquisa, foi elaborado uma cartilha, postada no site da UNIARP, e desenvolvida esta mesma cartilha através de vídeos que foram encaminhados via WhatsApp a todas as crianças e adolescentes da Escola de Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram amplos em relação ao público atingido. Devido a pandemia do novo Corona Vírus, foram utilizadas as redes sociais como veículo de comunicação, fazendo com que, o número de pessoas que tiveram acesso ao material seja incalculável.

1-Video de apresentação:



Neste vídeo o acadêmico se apresentou, após apresentou a instituição UNIARP, em seguida expôs sobre a cartilha que desenvolveu e, por motivo do isolamento social em razão da COVID 19 apresentou o cronograma dos próximos vídeos.

2-Definição, Identificação e Tipos de Violência Doméstica:



Neste vídeo o acadêmico explanou sobre o conceito de violência doméstica, as diferentes maneiras em que ela manifesta nas famílias afetando crianças e adolescentes. Explanou ainda sobre os meios e táticas que o agressor utiliza para controlar a vítima, sobre as formas de violências e suas classificações, e as consequências da violência doméstica.

3 – Legislações:



Neste vídeo o acadêmico falou sobre o amparo legal, ou seja, as legislações que protegem as crianças e adolescentes. Começou falando sobre o ECA, que é o conjunto de regras que defendem os direitos e deveres das crianças e adolescentes. Falou sobre a LEI MARIA DA PENHA, que tem como objetivo evitar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, explanou sobre A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

4- Dever de Todos:



Neste vídeo o acadêmico discorreu sobre o dever que todos nós temos em cuidar das crianças e adolescentes. E como devemos proceder quando temos conhecimento de algum caso ou somos vítima de violência doméstica. Explicou como fazer a denúncia aos órgãos competentes, podendo de forma anônima ligar para o número 100 que é o serviço de proteção a crianças e adolescentes, acionar o Conselho Tutelar que é o órgão essencial ao sistema de garantia de direitos ou comunicar professores, diretores, estes irão ajudar da melhor forma possível, finalizando a explanação da cartilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto teve como propósito ensinar às crianças e adolescentes da Escola de Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti do bairro Centro em Fraiburgo-SC, para o esclarecimento de seus direitos e informações sobre os tipos de violências, configuradas crime contra o menor e pontuar as consequências desta violência sofridas no ambiente familiar, para que assim possam exercer a dignidade exigindo respeito e atenção de seus familiares ou de órgãos competentes, passando a procurar ajuda caso presenciem ou façam parte dessa realidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meu agradecimento especial à UNIARP apoiadora desse projeto que possibilitou por meio do Setor de Extensão e Cultura, que mais uma vez o desenvolvimento do PAEC levou ao conhecimento de inúmeras crianças e adolescentes os seus direitos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988, Marcos Antônio Oliveira Fernandes, organização. -22ed. – São Paulo: Rideel, 2016. – (Códigos e Legislação Rideel).

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Presidência da República, casa civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 24 de Novembro de 2019.

CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias; ROSA, Fabiane Klazura. **O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem**. Disponível em: < <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

CURY, Munir. (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais**. 12. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERREIRA, Deborah Cristina. **O reflexo da violência doméstica no desenvolvimento sócio-cultural da criança e adolescente**. Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/o-reflexo-da-violencia-domestica-no-desenvolvimento-socio-cultural-da-crianca-e-do-adolescente/69203/>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. **A violência sexual no âmbito familiar como forma de transgressão ao sistema de garantias previsto no texto constitucional e aos direitos humanos**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/19315/a-violencia-sexual-no-ambito-familiar-como-forma-de-transgressao-ao-sistema-de-garantias-previsto-no-texto-constitucional-e-aos-direitos-humanos>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

FREITAS, Danielli Xavier. Um monstro esconde-se em casa. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Disponível em: < <https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/139169447/um-monstro-esconde-se-em-casa-a-violencia-domestica-contra-criancas-e-adolescentes>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

MENDES, Zilma dos Reis. **A violência doméstica contra adolescentes e suas repercussões na sociabilidade e na vida acadêmica dos estudantes do IFBA Santo Amaro**. Disponível em: < [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=gepss&page=article&op=view&path\[\]=3876](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=gepss&page=article&op=view&path[]=3876)> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

RAJADO, Helena Isabel Fresco Barreto. **Negligência nos cuidados infantis: como identificar, como atuar**. Disponível em: < <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14078/1/Helena%20Isabel%20Fresco%20Barreto%20Rajado.pdf>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

SILVA, Raissa dos Santos. **Estatuto da criança e do adolescente: aspectos gerais das medidas protetivas e das medidas socioeducativas**. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-aspectos-gerais-das-medidas-protetivas-e-das-medidassocioeducativas,55980.html>> Acesso em 24 de Novembro de 2019.

A POSSIBILIDADE DA REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA: OS REFLEXOS DA PANDEMIA ¹

Cláudio Antônio Klaus Júnior, juniorklaus8@gmail.com²
 Lucylene Mara Cângane da Silva, lucyenemarangane@gmail.com³
 Prof. Ms. Joice Luiza Flores de Matias, joiceluiza@hotmail.com⁴
 Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/Brasil

Resumo – A pandemia do novo coronavírus trouxe uma série de complexidades às relações humanas, junto da crise de saúde, assolou o país uma crise econômica que alterou as relações de trabalho de milhares de brasileiros. A pensão alimentícia tem como base diversos diplomas legais e também é garantida como princípio fundamental na Constituição Federal, assim, percebe-se a necessidade de identificar pontos onde a pandemia se posiciona como um ponto necessário para solicitar uma revisão de tais valores referentes à alimentos. O problema analisado na presente pesquisa foi a questão da possibilidade de se rever a pensão durante a pandemia. Assim, apresenta-se o contexto da pandemia, os alimentos como direito e a revisão ocasionada pela pandemia do novo coronavírus.

Palavras-chave: Direito de família, Revisão de alimentos, Reflexos COVID-19.

Introdução e Conceituação

A disseminação da doença por COVID-19 (SARS-CoV-2, coronavírus 2019, novo Coronavírus ou o coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave), surgida em dezembro de 2019, já alcançou os critérios epidemiológicos declarados como pandemia. As Nações Unidas estão monitorando de perto a situação com o surto de COVID-19, segundo a organização:

A pandemia COVID-19 é mais do que uma crise de saúde; é uma crise econômica, uma crise humanitária, uma crise de segurança e uma crise de direitos humanos. Esta crise destacou graves fragilidades e desigualdades dentro e entre as nações. A saída desta crise exigirá uma abordagem de toda a sociedade, todo o governo e todo o mundo, movida pela compaixão e pela solidariedade (UNITED NATIONS, 2020).

Como uma situação de calamidade mundial e tendo o Brasil uma extensão continental e alta densidade demográfica, o país tornou-se um dos epicentros da pandemia e até a montagem da presente pesquisa encontra-se como 2º país no mundo em número de mortos.

Os efeitos da pandemia perpassam a esfera da saúde e afetam os mais diversos aspectos da vida da população, expostos aqui, em especial, os efeitos no

¹ O presente trabalho, refere-se resumo expandido de Relato Técnico referente a Seminário realizado na disciplina de Direito de Família da 6ª fase do Curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

direito de família. A pensão alimentícia é o valor pago a uma pessoa para o suprimento de suas necessidades básicas de sobrevivência e manutenção (MPPR, 2020).

Apesar da palavra “alimentos”, o valor não se limita apenas aos recursos necessários à alimentação propriamente dita, devendo abranger, também, os custos com moradia, vestuário, educação e saúde, entre outros (MPPR, 2020).

A revisão da pensão alimentícia pode ser requerida em juízo a qualquer momento, desde que se tenha uma mudança das necessidades da criança ou das possibilidades dos genitores ou das necessidades da ex-esposa ou das possibilidades do ex-marido. É dever a garantia dos direitos fundamentais dos filhos, conforme cita a Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Portanto, se o pai ou ex-marido tiver sua renda mensal reduzida, for demitido ou tiver um aumento de despesas que influencia negativamente a manutenção de sua própria subsistência diante dos efeitos da pandemia do coronavírus, surge o direito de pleitear imediatamente a revisão provisória da pensão alimentícia para reduzir o valor pago mensalmente ao filho ou ex-esposa (MESTRINER, 2020).

Nesse sentido, se o genitor ou ex-marido deixar de pagar a pensão alimentícia por qualquer motivo que seja, aplica-se sanção, ou seja, a defesa em uma ação de execução de pensão alimentícia justificando o inadimplemento da pensão alimentícia diante dos efeitos da pandemia do coronavírus é insuficiente para o genitor ou ex-marido se livrar das sanções previstas em lei. A revisão da verba alimentícia enuncia:

Art. 13, § 1º - Os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação financeira das partes(...) Art. 15 – A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado, e pode a qualquer tempo ser revista em face da modificação da situação financeira dos interessados (BRASIL, 1968)

Por outro lado, cabe lembrar que aquele que detém a guarda igualmente pode sofrer com os efeitos da pandemia, desequilibrando a divisão de deveres entre os genitores, motivando da mesma forma uma revisional para majorar os alimentos (CAMARGO et al. 2020).

A ação de alimentos é disposta pela lei 5.478/68 e prevista no artigo 1.696 do CC, que estabelece:

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

A Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos), no seu artigo 15, que estabelece a revisão da decisão judicial de alimentos, "em face da modificação da situação financeira dos interessados". Já no Artigo 1.695, do Código Civil, estabelecendo o dever de prestar

alimentos por quem tem condições para isso, porém "sem desfalque do necessário ao seu sustento".

Revisões de Alimentos durante a Pandemia

A pandemia da COVID-19 mudou os hábitos de vida de milhares de brasileiros e adotou medidas de distanciamento social para evitar a propagação da doença. As condições econômicas mudaram, gerando uma crise de saúde, ou seja, uma crise econômica. A crise afetou negativamente a vida econômica de milhares de famílias desempregadas ou em queda salarial, que enfrentam sérias dificuldades para manter seu sustento, afetando tanto quem tem alimentos quanto quem tem renda (SOUZA, 2020).

A fixação da pensão alimentícia é realizada pela Jurisdição competente, e leva em consideração o binômio necessidade/possibilidade. A lei estipula que os alimentos devem ser proporcionais entre os gastos da criança e as possibilidades do pai e da mãe. A mesma regra se aplica à pensão alimentícia da ex-mulher; a pensão alimentícia deve ser proporcional entre as necessidades da ex-mulher e a probabilidade do ex-marido, até que a ex-mulher possa reingressar no mercado de trabalho ou se sustentar (SOUZA, 2020).

Para a concretização de um acordo extrajudicial, ainda que temporário, é importante que haja bom senso das partes, que as partes realmente se pautem pela ética e pela boa-fé objetiva, não deixando de se utilizar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade para se chegar a um valor que possa ser cumprido pelo alimentante e que simultaneamente não prejudique o credor dos alimentos (CAMARGO et al, 2020).

Em virtude da pandemia, como medida excepcional preventiva ao Covid-19, no dia 27 de março, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estendeu o efeito de uma liminar a todas as pessoas em prisão domiciliar por dívida de alimentos, os quais deverão cumprir pena em regime domiciliar. A decisão, estende-se o Habeas Corpus (HABEAS CORPUS Nº 568.021 - CE (2020/0072810-3) concedido pelo ministro aos presos do Ceará. No começo de abril, o Senado aprovou projeto de lei que, entre outros pontos para a contenção do vírus, estabelece o regime domiciliar para os casos de atraso em pensão (CAMARGO et al., 2020).

Obviamente, os efeitos objetivados pela prisão civil, que, por sua natureza, deve ser cumprida em regime fechado, ficam prejudicados quando alterada sua modalidade para regime domiciliar, mormente considerando que, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), pessoas de todos os continentes estão restritas de locomoção, cumprindo o isolamento social como forma de contenção da disseminação do Coronavírus (CAMARGO et al., 2020).

Alguns profissionais atuantes no direito de família defendem, em debates, o uso da criatividade em defesa do alimentando, como alternativa à prisão civil, sugerindo pleitear o bloqueio de cartão de crédito ou a constrição de bens de consumo. Entretanto, ainda não há nenhum precedente nesse sentido. Caso já haja cumprimento de sentença ou execução de alimentos tramitando sob o rito da penhora, é viável priorizar a celeridade jurisdicional naqueles autos, enquanto há a suspensão da prisão.

Corroborando o entendimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino, vale destacar que, no último dia 10 de junho, foi promulgada a lei 14.010/20, entrando em vigor na mesma data, a qual determina, dentre outras matérias, que a prisão civil por dívida alimentícia seja cumprida exclusivamente sob a modalidade domiciliar até 30 de outubro de 2020, quando se espera que a pandemia e a taxa de transmissibilidade do vírus estejam controladas (CAMARGO *et al.* 2020).

Nesta situação totalmente atípica, vários arranjos podem ser feitos, mas devemos lembrar que a primeira tarefa é pagar as despesas da criança de forma adequada. Os alimentos é uma obrigação diretamente relacionada à sobrevivência de quem os necessita, abrangendo tudo o que uma criança precisa para sobreviver e se sustentar como ser social (CAMARGO *et al.*, 2020).

Metodologia: Para realização deste trabalho, foi realizada revisão de literatura, artigos de lei e publicações, coligadas a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da UNIARP e Regulamento do SEDEPEX. Houve ainda produção de vídeo para apresentação de seminário *online* como metodologia ativa na disciplina de Direito de Família no Curso de Direito.

Resultados e conclusões

A ocorrência repentina de uma pandemia, mudanças rápidas nos hábitos de vida, nos estilos de vida e métodos de geração de renda requerem cautela e ajuste de medidas legais destinadas a mitigar as perdas esperadas, seja para as pessoas que dependem de alimentos para seu sustento ou para aqueles que são forçados a promover tais meios de subsistência.

Apresenta-se como resultado da pesquisa a conclusão de que, em face das consequências da pandemia de coronavírus, deve-se considerar uma forma de evitar as sanções devido aos atrasos, é a solicitação imediata às autoridades judiciais que revisem a pensão alimentícia, logo que o indivíduo sofrer redução da sua renda, for demitido, ou até mesmo um aumento de despesas que tenha impacto na sua própria subsistência diante do momento.

Neste novo cenário, de um lado, toda a sociedade é afetada pela crise financeira e, por outro, são afetados os interesses das pessoas que apenas recebem o necessário para viver. A solução para esse problema é encontrar um denominador comum que proporcione a continuidade do pagamento dos alimentos, sem comprometer a autossuficiência do pagador, de forma que não inviabilize a sobrevivência dos usuários dos alimentos. A ferramenta que se mostrou mais eficaz para a superação dessa crise, vai além das medidas judiciais. É necessário que o diálogo, a sensatez, o equilíbrio e discernimento nas decisões, prevaleçam entre as partes, e que, consigam alcançar o melhor acordo para ambos.

Limitações: Por se tratar de fato social atípico o estudo encontrou limitação na escassez de literatura sobre o assunto.

Recomendações de estudo: Fundamentos do binômio necessidade-possibilidade em relação aos alimentos.

Referências

- BRASIL. Planalto. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 02 ago 2020.
- CAMARGO *et al.* **Revisonal de alimentos e prisão civil por dívida alimentícia em decorrência da epidemia do covid-19**. MIGALHAS. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/329671/revisonal-de-alimentos-e-prisao-civil-por-divida-alimenticia-em-decorrenca-da-epidemia-do-covid-19>. Acesso em: 13 set 2020.
- CREDIE ADVOGADOS. **Como ficam as obrigações de prestar alimentos em época de pandemia?**. Disponível em: <http://credieadvogados.com.br/como-ficam-as-obrigacoes-de-prestar-alimentos-em-epoca-de-pandemia/>. Acesso em: 13 set 2020.
- DE ARAÚJO, Antônia Samara Fernandes; DE LIMA, Francisca Mariana Nogueira; GOMES, Ana Paula Maria Araújo. **O CORONAVÍRUS (COVID-19) E OS GRANDES DESAFIOS PARA O DIREITO DE FAMÍLIA**. Encontro de Iniciação à Pesquisa Jurídica, v. 3, n. 1, 2020. - publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eipj/article/view/4063. Acesso em: 13 set 2020.
- MARTINS, Jomar. **Crise causada COVID-19: Redução de pensão**. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-13/crise-causada-covid-19-justifica-reducao-pensao>. Acesso em: 09 set 020.
- MESTRINER, Angelo. **É possível requerer a revisão da pensão alimentícia diante da pandemia do covid-19?** Disponível em: www.angelomestriner.adv.br/blog/blog_1157-revisao-de-pensao-alimenticia-pandemia-coronavirus.html. Acesso em: 13 set 2020.
- MPPR. **Direito de Família - Pensão alimentícia no direito de família**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/pagina-6662.html>. Acesso em: 13 set 2020.
- SOUZA, Marcelo. **Alimentos. Critério para Fixação - Binômio Necessidade x Possibilidade, TJPR**. Disponível em: www.tjrr.jus.br/jurisprudenciatematica/index.php/2015-10-28-14-32-21/direito-de-familia/16-fixacao-de-alimentos-criterio-para-fixacao-binomio-necessidade-x-possibilidade. Acesso em: 23 set 2020.
- UNITED NATIONS. **UN Response**. Disponível em: <https://www.un.org/en/coronavirus/un-response>. Acesso em: 13 set 2020.

FAMÍLIA HOMOAFETIVA NO DIREITO BRASILEIRO¹

Luana Gabriele Rodrigues Almeida, luana.almeidagr@gmail.com²

Lucas Parizotto Rossi, lucasparizottorossi@gmail.com²

Joice Luiza Flores de Matias, joiceluiza@hotmail.com³

Resumo: A entidade familiar é unidade básica do ser humano, sendo que, por essa razão, é necessário que o Direito, enquanto ciência aplicada à realidade social, contenha toda a regulamentação e proteção concernente à família. Nesse ínterim se verifica a existência das famílias homoafetivas, que merecem a total tutela como os demais arranjos familiares existentes. No Brasil, ainda não há legislação com o intuito de regulamentar a união homoafetiva, o que existe são decisões que garantem o reconhecimento do judiciário em prol das uniões homoafetivas como entidades familiares que merecem a proteção do Estado, com isso denota-se certo atraso do nosso país frente ao Direito de Família moderno. A presente pesquisa visou analisar a regulamentação das uniões homoafetivas pelo ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que esta nova forma de família há muito tempo já se apresenta como realidade social não somente no nosso país como também no mundo todo.

Palavras-chave: Família Homoafetiva. Reconhecimento Legal. Direito de Família Moderno.

Introdução

A atual concepção de família passa a admitir o afeto como principal elemento constitutivo, ou seja, a família converte-se em espaço de realização da afetividade humana, marcando uma quebra de paradigma e dando preferência para a realização dos projetos existenciais de cada pessoa. A esse fenômeno se dá o nome de repersonalização das relações civis, onde se valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais.

As normas do Direito de Família são protegidas constitucionalmente, na medida em que se afirma que a família é a base da sociedade, conforme preconiza o artigo 226 da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, a existência das famílias homoafetivas, merece a total tutela como os demais arranjos familiares. Além da necessidade social referente ao reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares, há também a necessidade de caráter formal de se adequar o Direito material à realidade dos fatos, buscando assim oferecer a sociedade a real efetivação da justiça.

Na atualidade, o momento é de repersonalização, em que as pessoas utilizam com mais frequência a expressão “Direito das Famílias”, ao invés de “Direito de Família”. Essa nova expressão, surgiu como uma tentativa de fazer com que, não só

¹ O presente artigo refere-se a atividade desenvolvida na forma da Metodologia Ativa - Iniciação à Pesquisa com produção de Artigo Científico e apresentação de Seminário na disciplina de Direito Civil – Direito de Família.

² Discentes/Acadêmico(a)s do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - (UNIARP). Caçador (SC), Brasil.

³ Docente/Professor(a), mestra do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - (UNIARP). Caçador (SC), Brasil.

a sociedade, como também o sistema jurídico, passe a aceitar e a compreender as uniões homoafetivas como entidade familiar, logo, merecedoras da proteção Estatal.

Fundamentação Teórica

A história nos revela profundas transformações no modo de viver em família durante a evolução da humanidade. A origem é primitiva tal qual a espécie humana, no entanto não existem documentos que comprovem com precisão o que aconteceu nos primórdios da civilização, fazendo surgir assim várias hipóteses que chegaram até nós através de escritos, ou, atualmente, a de cientistas e pesquisadores que tenta reconstruir uma época distante.

Vários autores se debruçaram a discorrer sobre o instituto. Para Aristóteles o homem é um animal político por natureza e o dom da fala seria a ponte que nos aproxima uns dos outros (2008, p. 56). Em decorrência disso, surgiu a necessidade de se vincular a outros indivíduos, o que resultou na família, sendo esta a responsável pela gênese e desenvolvimento da sociedade. A origem da família está ligada intimamente com a história da civilização, uma vez que surgiu fruto da necessidade do ser humano em estabelecer relações afetivas de forma consistente. A família tornou-se, a estrutura da sociedade e, enquanto instituição, propiciou o surgimento de todas as outras.

Na clássica obra de Jean Jacques Rousseau – O Contrato Social – o tema é relacionado com o primeiro modelo de sociedade, segundo o autor a mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a família [...] (ROUSSEAU, 1968, p. 76)

Sendo assim, denota-se que a família é a base da sociedade e a razão de ser dela, portanto, faz jus a uma especial proteção do Estado. O fracasso da instituição familiar fatalmente levaria a ruína do Estado e, não há Estado sem família porque não há Estado sem sociedade.

A União Homoafetiva perante o Direito Brasileiro

União Homoafetiva é a designação dada a todo relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, em convivência estável e compartilhando direitos e deveres. A união entre pessoas do mesmo sexo, segundo Cláudia Thomé Toni (2008, p. 11), é um fato social cada vez mais constante e que deve receber plenamente a proteção do Estado em todos os direitos patrimoniais e pessoais.

A Constituição Federal no artigo 226, estabeleceu desta forma, a proteção do Estado e o reconhecimento da união estável entre homem e mulher, como entidade familiar, com a facilidade de converter em casamento.

Segundo Maria Berenice Dias (2010, p. 5), a discussão sobre o direito da união estável como entidade familiar foi resistida por parte do Judiciário, que afastava o instituto do direito de família, para considerá-lo como um direito de obrigações na esfera cível, por considerá-lo como sociedade de fato e os integrantes como partícipes de relações sem vínculo de afetividade, mas de obrigações e direitos, como numa “empresa de natureza humana com natureza trabalhista, pois só via labor onde existia amor.”

Ainda, nas palavras da autora (2010, p. 7), mesmo com as lacunas na lei, ao receber o amparo dos princípios constitucionais, o direito de família modificou-se profundamente e o que antes era hierarquia e discriminação passou a ser concebido de forma mais abrangente possível com pluralidade de conceito de família, que não mais se assenta por contração de matrimônio civil ou religioso formal.

O artigo 226, § 3º da CF ao mencionar a união estável formada entre homem e mulher, não exclui o reconhecimento de outras formas de reconhecimento da entidade familiar, seja esta monoparental, homoafetiva, as quais foram recepcionadas por tratados e convenções internacionais.

O reconhecimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável, foi declarado possível pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 5 de maio de 2011 no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277, proposta pela Procuradoria Geral da República, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132, apresentada pelo governador do estado do Rio de Janeiro.

No julgamento da referida ADI, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu juridicamente as uniões estáveis homoafetivas “com as mesmas regras e consequências da união estável heteroafetiva”. A decisão do STF atraiu críticas da comunidade jurídica e resistências na própria esfera judicial, ambas baseadas na ideia de que o STF extrapolou os limites de suas funções e modificou o conteúdo da Constituição. (Barroso, Luiz Roberto, 2011. p. 30)

A equiparação da união estável homoafetiva à união estável heteroafetiva ocasiona a aplicação do Código Civil para essas relações, então, desde 2011 passou a ser uma entidade familiar.

Com esse novo conceito, surgiram para eles algumas características, entre as principais estão a convivência pública, contínua e duradoura; a convivência estabelecida com o objetivo de constituição de família; que companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos; e, que salvo disposição contrária, será aplicado o regime da comunhão parcial de bens às relações patrimoniais.

Surgiram ainda, alguns direitos como decorrência da equiparação ou foram afirmados com a decisão do STF. Entre eles estão a pensão alimentícia em caso de separação; a pensão por morte para companheiros; a possibilidade de ser dependente em plano de saúde; a declaração como dependente em imposto de renda; os direitos sucessórios, e ainda, a licença-gala.

Logo após o reconhecimento da união estável para casais homoafetivos, também foi reconhecido o casamento civil para estes, pois a partir do entendimento de que as normas deveriam ser as mesmas, casais homoafetivos passaram a pedir também a conversão da união estável em casamento, como prevê o Código Civil.

Com a resistência dos cartórios em reconhecer esse direito e até mesmo o que foi explicitamente garantido pelo Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça aprovou, no ano de 2013, uma resolução determinando que todos realizassem, além do reconhecimento da união estável, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Sendo assim, apesar do casamento e da união estável entre pessoas do mesmo sexo ainda não estar previsto na lei, a decisão do STF e a Resolução n.º 175/2013 do CNJ garantiram imensos avanços.

Progressos Legais e Jurisprudenciais

No âmbito judicial, houveram várias decisões que reconheceram a união estável homoafetiva. Um importante precedente firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em aplicação do art. 14, § 7º, da Constituição, segundo qual o cônjuge de titular de cargo executivo é inelegível no território de sua jurisdição. Em 2004, ao julgar o Resp. n. 24.564/PA, o TSE decidiu que, verificada a convivência contínua e

duradoura, essa norma também se aplicava à relação estável homossexual, tendo em vista sua similitude com as relações estáveis entre pessoas de sexo diferente, bem como as de concubinato e casamento. (Antônio Moreira Maués, 2015, p. 156)

O TSE aduzia ainda decisões judiciais anteriores que haviam reconhecido os efeitos patrimoniais e previdenciários dessas relações. Assim, embora a decisão do TSE impusesse, na prática, uma restrição de direitos como decorrência da convivência homossexual, ela também afirmava o igual tratamento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e pessoas de sexos opostos. Percebe-se que a jurisprudência encontrava-se dividida sobre a questão, sendo inevitável, portanto, que o STF definisse qual linha de precedentes deveria ser confirmada.

Após a decisão do STF, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo n. 325/2011, visando “sustar a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a estabilidade da união homoafetiva”. Essa proposição foi devolvida pela Mesa por versar sobre matéria “evidentemente inconstitucional”, nos termos do artigo 237, § 1º, II, b, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. (Antônio Moreira Maeus, 2015, p. 158)

Ainda, pretendendo a continuidade do progresso, no ano de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei que altera o Código Civil para reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo e possibilitar a conversão dessa união em casamento.

Contudo, apesar de todos os avanços que se deram com o reconhecimento da união e do casamento homoafetivo, a aceitação por parte da sociedade ainda está muito aquém do desejado. Ainda nos dias atuais, se buscarmos decisões acerca do tema, encontraremos inúmeras situações contrárias a toda a evolução que está sendo buscada.

A título de exemplo, a 3ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou provimento a recurso do Ministério Público estadual que pedia a reforma de sentença que autorizou casamento homoafetivo. Nas razões recursais, o procurador sustentou a inexistência de regulamentação acerca das uniões homoafetivas no ordenamento jurídico brasileiro, afirmando que “o Direito Brasileiro repele, com todas as letras, a entidade familiar entre pessoas do mesmo sexo - o popularmente chamado 'casamento gay', ou 'união homoafetiva.’”

Ao analisar o caso, o Desembargador Jorge Luis Costa Beber, asseverou que tema é absolutamente superado, não se justificando, portanto, a interposição de inúmeros recursos pelo Ministério Público, o que apenas conspira para maior morosidade naquelas demandas onde a jurisdição se faz útil e necessária.

Com o exposto, vê-se que apesar da evolução, ainda há no meio da justiça brasileira preconceito e discriminação, que acabam por interferir na vida e na liberdade das pessoas, indo de encontro com o disposto na Constituição Federal de 1988. Apesar das decisões contrárias à união ou casamento homoafetivo acabarem por serem recorridas e então cassadas, elas ainda ocorrem, o que traz sentimento de tratamento diferenciado e impotência para os casais que estão buscando seus direitos.

Metodologia

Utilizou-se o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica com produção descritiva, observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Regulamento do SEDEPEX. Houve apresentação de . Houve

ainda produção de vídeo para apresentação de seminário *online* como metodologia ativa na disciplina de Direito de Família no Curso de Direito.

Resultados e Conclusões

A família possui uma configuração dinâmica, exigindo que, tanto o legislador quanto o aplicador do direito estejam atentos à realidade que se apresenta. Há necessidade de se conhecer os mecanismos postos à disposição do operador do Direito, para que, aplicados adequadamente possam abranger aqueles fatos que não foram, ou não puderam ser enfrentados pelo legislador.

A família da pós-modernidade é sustentada em laços de afetividade e, sua finalidade é permitir que seus integrantes desenvolvam de forma plena, cada qual com sua individualidade, mas alicerçados em elos comuns e indissociáveis com o propósito de atingir a felicidade. Neste ínterim visualiza-se a família homoafetiva, que por muito tempo foi colocada a margem de qualquer tutela de direitos. No entanto, as uniões homoafetivas não deixariam de existir por não serem reconhecidas pelo ordenamento jurídico, portanto, tentar fazer de conta que esses novos arranjos familiares não existem é o mesmo que viver alheio à realidade, resultando em consequências opressivas, tendo em vista que deixar de agir é o mesmo que cometer uma injustiça.

A Constituição cidadã de 1988 preleciona que “todos são iguais perante a lei”. Nesse sentido, deixar de reconhecer a família entre pessoas do mesmo sexo, onde o amor se faz presente, não só uma afronta à igualdade, mas à dignidade da pessoa humana. Em suma, negar o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar é o mesmo que andar em direção contrária a um Estado que se diz Democrático de Direito.

Limitações: O estudo encontra limitações na falta de positivação da matéria no direito brasileiro, e ainda na necessidade de análise interdisciplinar.

Recomendações de estudo: Proteção da Família Homoafetiva pelo Legislador Ordinário.

Referências

ARISTÓTELES. **Política**. Coleção a obra prima de cada autor. Trad. Politikón, Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2008.

CARNELUTTI, Francesco. **Como nasce o Direito**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Russell Editores, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**: Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens. Tradução Rogério Fernandes. Lisboa/PT: Portugália Editora, 1968.

DIAS, Maria Berenice. Família Homoafetiva. **De jure**: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 10, jan./jun. 2008.

DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva**: o preconceito e a Justiça. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL APÓS A MORTE¹

Felipe Maxwell Branco Stona, felipe.stona@hotmail.com²

Ricardo José Feiten, ricardofeiten@hotmail.com³

Profa. Orientadora Ms. Joice Luiza Flores de Matias, joiceluiza@hotmail.com⁴

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp. Caçador/Brasil.

Resumo: O presente artigo foi desenvolvido como produto de seminário na disciplina de direito civil – família com o intuito de desenvolver o conhecimento teórico científico no viés de desenvolver os estudos acerca do reconhecimento da união estável após a morte, trazendo conceitos de união estável e casamento, análise da evolução história e entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre o tema.

Palavras-chave: união estável. morte. sucessão

Objetivo: Investigar a possibilidade do reconhecimento de união estável pelo Estado brasileiro após a morte através da análise da doutrina e da jurisprudência nacional.

Introdução: Esta pesquisa explora o instituto da união estável, notadamente quanto ao seu reconhecimento após a morte de um dos companheiros. O objetivo é verificar se o reconhecimento post mortem é possível no ordenamento jurídico brasileiro, com suporte na doutrina e na jurisprudência. Para isso, utiliza-se de pesquisa exploratória, com a coleta de dados bibliográficos a fim de evidenciar o reconhecimento ou não do problema proposto.

União Estável no Direito Brasileiro

Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a União Estável foi considerada pelos legisladores uma forma de convivência, pois até então, a família era constituída somente pelo casamento. De outro viés, o casamento começou a tomar forma e conceito já no século 12, porém, no Brasil somente após o decreto n. 181, de 1980, que realmente se pode conceituar o casamento civil brasileiro. (AZEVEDO, 2004).

Porém, em 1977 já se falava em união estável, o que hoje já se tem um conceito elevado do assunto. A feita da união estável se fez com o advento da lei n.6.515, a qual tratou da anulação, separação e o divórcio. A caracterização da união estável está interligada diretamente com o concubinato puro, o que é, portanto, uma união duradoura, sem casamento, entre homem e mulher, constituindo-se a família de fato, sem detrimento da família criada pelo casamento. (AZEVEDO, 2004).

Como acontece, por exemplo, na união entre solteiros, viúvos, separados judicialmente ou de fato (neste caso, cessam os efeitos decorrentes do casamento).

¹ O presente artigo refere-se à atividade desenvolvida na forma da Metodologia Ativa - Iniciação à Pesquisa com produção de Artigo Científico e apresentação de Seminário na disciplina de Direito Civil – Direito de Família.

² Acadêmico da 6ª. Fase do Curso de Direito da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Acadêmico da 6ª. Fase do Curso de Direito da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁴ Professora do Curso de Direito da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

O concubinato, nesse caso, puro, foi denominado de “união estável” pela Constituição Federal de 1988 (art. 226). (AZEVEDO, 2004).

A atual fase vivenciada atualmente é da previsão constitucional do artigo 226, § 3º, a qual eleva a união estável ao status de entidade familiar. Adiante, três leis versam especificamente sobre a união estável, as quais sejam: a Lei n. 8.971/94, a Lei n. 9.278/96 e o Código Civil de 2002. Ainda assim, a mera previsão constitucional de proteção à união estável não foi suficiente para trazer segurança, estabilidade e efetiva tutela àqueles que optam pela convivência duradoura, com o intuito de formar família. O código Civil de 2002 derogou as duas leis anteriores que versam sobre o tema e estabeleceu diversas situações diferenciadoras entre casamento e união estável, principalmente no que se refere ao direito sucessório. (NICOLAU, 2015).

Por fim, insta fazer uma análise do que é a união estável e o conceito de casamento. Portanto, o casamento é um ato solene, que exige a manifestação escrita de vontade das partes realizada em cartório, por autoridade competente. Já a união estável é uma situação de fato, muitas das vezes não documentada por meio de contrato, em que as duas pessoas podem viver como se casadas fossem, de forma contínua, duradoura e pública. Igualmente, para que haja o reconhecimento da união estável homoafetiva ou heteroafetiva a convivência deverá ser pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família. (NIGRI, 2020).

O Reconhecimento da União Estável após a morte pela Doutrina e Jurisprudência no Direito Brasileiro

A união estável por ser formalizada pela via extrajudicial e pela via judicial. Na via extrajudicial, o casal se dirige até um cartório para a realização de escritura pública que ateste a união. No caso de não reconhecimento extrajudicial e a morte de um dos companheiros, o sobrevivente não poderá realizar o reconhecimento extrajudicial, pois existe a pendência de existência e presença do outro companheiro. Cabe, portanto, somente via judicial para o reconhecimento da união estável nessa situação. Este é o primeiro ponto a ser clareado, se houver um reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro, ele deve se dar pela via judicial. (XAVIER, 2006).

O segundo ponto a ser esclarecido refere-se ao objeto que se busca com a prestação jurisdicional. Independentemente da situação, com morte ou sem, os requisitos da união estável devem estar presentes, quais sejam, “convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. O companheiro sobrevivente terá que defender justamente esses elementos em sua petição, através de todo o arcabouço existente e passível de utilização como prova, seja testemunhal, seja documental, capaz de levar à certeza do juízo quanto a existência da união, nos moldes do instituto em análise. (BRASIL, 2002)

A ação deve ser impetrada contra os herdeiros do companheiro falecido, isto é, todos os previstos na ordem de sucessão do Código Civil - e caso não haja nenhum, a informação deve ser levada ao magistrado que poderá decidir. Reconhecida a união estável, o companheiro sobrevivente integrará o inventário, bem como disporá de documento público, a sentença, para requerimento de demais direitos. (NICOLAU, 2015).

A jurisprudência brasileira também admite o reconhecimento *post mortem* da união estável, conforme os julgados:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. (...) 2.Do período da união estável. Consta dos autos que a apelada juntou comprovantes de pagamento de taxa condominial do referido imóvel localizado em Taguatinga-DF, referente aos meses de fevereiro, março e junho de 2007 em seu nome, além de uma nota fiscal de um Roupeiro em seu nome no mesmo endereço. 2.1. Tais fatos são corroborados por declarações de quatro vizinhos no sentido de que o casal convivia em união estável naquele imóvel desde abril de 2007. Dentre eles estão J.M.C. e M.J.C.F. que confirmaram a informação em juízo. Esta última, a atual síndica do edifício, afirmou que eles foram morar na unidade logo após a compra do referido imóvel, bem como que foi procurada pelo casal dizendo que havia adquirida uma unidade naquele edifício. 2.2. Desta forma, não resta dúvida de que a união estável entre a apelada e o de cujus se iniciou em 2007, perdurando até 28 de março de 2014.3.(...).Recurso parcialmente provido. (TJDFT, Acórdão n.1097301, 20160710134112APC. Relator (a): JOÃO EGMONT, 2ª TURMA CÍVEL, Julgado em: 16/05/2018, Publicado em: 21/05/2018).

Nota-se que o caráter probatório é evidenciado nas decisões, isto é, o reconhecimento post mortem é plenamente possível caso haja a prova de vida comum. A prática é louvável, pois o reconhecimento sem a necessidade de plena comprovação poderia gerar instabilidade ao instituto da união estável, tornando-o dispensável, o que não é desejado pelo nosso ordenamento jurídico, que busca uma estabilização das relações a fim de garantir segurança jurídica às partes.

Metodologia:

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas narrativa tendo como base de estudo em livros e artigos publicados por meio eletrônico. O método utilizado é o dedutivo, no sentido de que o presente foi realizado, com a análise de informações já trazidas anteriormente, como doutrinas e artigos científicos, além de leis e jurisprudências. Foi produzido vídeo para apresentação de seminário.

Resultados e conclusões:

O instituto da união estável pode ser reconhecido após a morte de um dos companheiros, no caso de vida conjunta sem formalização. Para efetivar o reconhecimento a via necessária é o judiciário, já que a via extrajudicial só é possível através da manifestação de ambos os companheiros. A ação deve ser ajuizada contra os herdeiros do falecido, se houver, e reconhecida a união estável post mortem, ela valerá da mesma forma que o reconhecimento ordinário do instituto, a fim de garantir estabilidade e segurança jurídica às partes.

Limitações: A necessidade de pesquisa interdisciplinar e falta de tratamento legislativo adequado sobre o instituto da união estável

Recomendações de estudo: A Família Convivencial no Direito Brasileiro e sua proteção pelo Estado Democrático de Direito.

Referências

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **União estável:** jurisprudência, evolução legislativa e novo Código Civil. **Revista CEJ**, v. 8, n. 25, p. 47-58, 2004.



BRASIL. Lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: set. 2020.

NICOLAU, Gustavo. **Uniao estavel e casamento**: diferencas práticas. 2. ed. Sao Paulo : Atlas, 2015.

NIGRI, Tânia. **União estável**. São Paulo: Blucher, 2020.

XAVIER, Fernanda Dias. Questões processuais acerca da união estável. BASTOS, Eliene Ferreira. SOUSA, Asiel Henrique de.(Coord.) **Família e jurisdição**. Belo Horizonte: Del Rey. 2006.

A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE FEMININA NAS FAMÍLIAS DA ATUALIDADE ¹

Bianka Colaço Maguerroski ²

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo o estudo da evolução da liberdade feminina na família, pautando-se nas alterações legislativas que proporcionaram a autonomia feminina, embasada no princípio da igualdade entre cônjuges. Da mesma forma, será realizada a análise do novo modelo do papel da mulher na família brasileira. Destaca-se, outrossim, que o estudo faz uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; família; Brasil Colônia; Constituição Federal ;

ABSTRACT

This article aims to study the evolution of female freedom in the family, based on the legislative changes that provided for female autonomy, based on the principle of equality between spouses. Likewise, an analysis of the new model of the role of women in the Brazilian family will be carried out. It is also noteworthy that the study makes use of the inductive method associated with bibliographic research, observing the Standardization of Academic Works at the University of Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) and rules of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT).

KEY-WORDS: women; family; colonial Brazil; Federal Constitution;

1. SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1. O HISTÓRICO DO PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA DO BRASIL COLÔNIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL; 2. OS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS QUE ATRIBUÍRAM TRATAMENTO AUTÔNOMO À MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA ATÉ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL COM O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS CÔNJUGES; 3. O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA

¹ Artigo Científico apresentado como requisito parcial para obtenção de nota M1.

² Acadêmica da 8ª fase do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Caçador-SC.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva o estudo aprofundado da evolução da liberdade feminina na família da atualidade, retirando o conceito de ser ela apenas um elemento essencial à reprodução, não delineando nenhum outro ponto que a retire deste polo.

De forma primária, este trabalho abrange aspectos históricos brasileiros, analisando as características comuns da mulher nas famílias brasileiras desde o período colonial, passando pelo período imperial, até o momento atual depois da elaboração e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Posteriormente, serão abordados os marcos legais de extrema relevância para que a mulher se tornasse um ser possuidor de direitos e autonomia. Após a revogação do Código Civil de 1916, a mulher adquiriu uma série de direitos, como o voto, na Constituição Federal de 1934, a possibilidade de decidir acerca do divórcio, com a lei n. 6.515/77 e também, em 1988, com a Constituição Federal, a igualdade entre os gêneros.

Essencial se faz destacar que na elaboração do presente artigo, foi utilizado o método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. O HISTÓRICO DO PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA DO BRASIL COLÔNIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Em sociedades de caráter machista, a mulher era relacionada unicamente à maternidade e aos cuidados do lar, por outro lado, o homem possuía a função de prover a economia da família, bem como, pela proteção dela.³

No Brasil Colônia, as mulheres brancas que tivessem preferência em permanecer solteiras eram desdenhadas pela sociedade e não possuíam espaço nela. À época, estas mulheres eram submetidas a um processo de adestramento, definindo que a função da mulher era a procriação, bem como, que seu estilo de vida ideal era possuir um parceiro e filhos.⁴

O gênero era bastante influente no período imperial brasileiro, tanto nas relações jurídicas quanto no comando da família. Nas estruturas familiares, existiam modelos distintos de família, entretanto, o padrão dominante da chefia patriarcal das organizações familiares numerosas era o mais comum.⁵

A Constituição de 1988, ainda vigente, inovou ao ampliar os direitos trabalhistas da proteção à mulher, diminuir o tempo de requerimento da aposentadoria, ainda assegurou o princípio da igualdade entre os cidadãos, nacionalidade, voto e maternidade.⁶

³ DE JESUS, Damásio. Violência contra a mulher. Editora Saraiva. 2010

⁴ SILVANO, DAYSE FONSECA. EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL—DA COLÔNIA AO IMPÉRIO.

⁵ DE MESQUITA SAMARA, Eni. O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. *Psicologia Usp*, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

⁶ BICEGLIA, Tânia Regina; FUNES, Gilmara Pesquero Fernandes Mohr. A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira. *Intertem@s ISSN 1677-1281*, v. 5, n. 5, 2003.

3. OS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS QUE ATRIBUÍRAM TRATAMENTO AUTÔNOMO À MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA PAUTADOS NO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS CÔNJUGES

Elaborado por Clóvis Beviláqua em 1899, o Código Civil de 1916 não trouxe benefícios à mulher na organização familiar, pelo contrário, era conservador, machista e patriarcal, reforçando a figura do homem como ser superior, transformando a força física do homem em poder hierárquico. Neste período, após o casamento, a mulher perdia sua plena capacidade, tornando-se agora relativamente capaz, assim como os índios, os pródigos e os menores. Até mesmo para o trabalho a mulher necessitava da autorização de seu marido.⁷

O mês de maio de 1933 teve grande importância para a mulher brasileira, pois, pela primeira vez a mulher teve o direito de votar e ser votada. Em 1934 a Constituição estipulou os 18 anos para que o voto pudesse ser exercido.⁸

A lei 6.515/77, deu aos cônjuges, mais especificamente à mulher, a oportunidade de encerrar o vínculo matrimonial, facultando a ela a utilização ou não do patronímico do marido, que anteriormente lhe era imposta. Além desta inovação, a Lei do Divórcio substituiu o regime da comunhão universal de bens para a comunhão parcial de bens, ampliando a equiparação dos filhos em qualquer natureza para fins sucessórios.⁹

Para o movimento feminista, a década de 1980, com o processo constituinte e a Constituição Federal de 1988 exerceram papel fundamental, classificados como uma demarcação de extrema importância na promoção da cidadania das mulheres, estabelecendo a isonomia entre os gêneros com ênfase na sociedade matrimonial

⁷ DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. **Portal Jurídico Investidura**, 2016.

⁸ D'ALKMIN, Sônia Maria; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. A conquista do voto feminino no Brasil. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 2, n. 2, 2006.

⁹ CANEZIN, Claudete Carvalho. < b> A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2004.

extrapolando a hierarquia que anteriormente era imposta de forma tradicional.¹⁰

4. O ATUAL PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA BRASILEIRA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES.

A mulher na atualidade assumiu grande quantidade de papéis que anteriormente pertenciam ao homem. É notório que este fato teve importância significativa para que as escolhas, a rotina, bem como, os projetos de vida tivessem modificação. Analisando as alterações realizadas, a que mais sofreu impacto foi a maternidade, que passou a ser um projeto secundário, pois as prioridades tornaram-se o estudo e a carreira profissional.¹¹

Trazido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, *caput*, o princípio da igualdade ou da isonomia, dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.¹²

Assim, diante desta disposição, o papel da mulher como submissa é anulada, excluindo também a ideia do modelo tradicional de família, sendo esta, uma sociedade patriarcal e machista. Importante salientar que neste momento foi estabelecido uma nova ideia de família, não mais sendo levadas em consideração apenas as escolhas de um dos cônjuges, mas sim, embasado na boa relação e cumplicidade matrimonial, pois agora ambos possuem o mesmo nível de responsabilidades e direitos.¹³

CONCLUSÃO

¹⁰ BONETTI, Alinne; FONTOURA, Natália; MARINS, Elizabeth. Sujeito de direitos?: cidadania feminina nos vinte anos da constituição cidadã. 2009.

¹¹ LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014.

¹² PELICANI, Rosa Benites. A Lei Maria da Penha e o princípio da igualdade—interpretação conforme a Constituição. **Revista do Curso de Direito**, v. 4, n. 4, p. 237-262, 2007.

¹³ SILVA, Alessandra; DE OLIVEIRA, Ariane Fernandes. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS CÔNJUGES. **JICEX**, v. 7, n. 7, 2016.

Para a execução da pesquisa apresentada, buscou-se percorrer o contexto histórico do Brasil, analisando com afinco o papel da mulher inserida na família em momentos distintos, abrangendo como era sua vida, seus direitos e de que forma era importante.

Como foi observado, a mulher nem sempre teve o mesmo tratamento em relação ao homem, seja no contexto social, ou até mesmo no contexto familiar, tendo a Constituição Federal de 1988 trazido o princípio da igualdade entre os cônjuges, fazendo com que a situação enfrentada no decorrer dos anos tivesse significativa alteração.

Estima-se que com a evolução da sociedade, através do estudo e da pesquisa, haja a conscientização e atualização daqueles que continuam a pensar acerca do tema de forma antiquada e retrógrada, levando-os a analisar, compreender, respeitar e defender a concepção de que o papel da mulher na família brasileira é muito mais amplo, sendo retirada da posição secundária na estrutura familiar.

REFERÊNCIAS

DE JESUS, Damásio. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Editora Saraiva. 2010
 SILVANO, DAYSE FONSECA. EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL—DA COLÔNIA AO IMPÉRIO.
 DE MESQUITA SAMARA, Eni. O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. **Psicologia Usp**, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.
 BICEGLIA, Tânia Regina; FUNES, Gilmara Pesquero Fernandes Mohr. A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira. **Intertem@s ISSN 1677-1281**, v. 5, n. 5, 2003.
 DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. **Portal Jurídico Investidura**, 2016.
 D'ALKMIN, Sônia Maria; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. A conquista do voto feminino no Brasil. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 2, n. 2, 2006.

CANEZIN, Claudete Carvalho. < b> A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2004.

BONETTI, Alinne; FONTOURA, Natália; MARINS, Elizabeth. Sujeito de direitos?: cidadania feminina nos vinte anos da constituição cidadã. 2009.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014.

PELICANI, Rosa Benites. A Lei Maria da Penha e o princípio da igualdade—interpretação conforme a Constituição. **Revista do Curso de Direito**, v. 4, n. 4, p. 237-262, 2007.

SILVA, Alessandra; DE OLIVEIRA, Ariane Fernandes. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS CÔNJUGES. **JICEX**, v. 7, n. 7, 2016.

ECO BARREIRA RIO DO PEIXE – CAÇADOR-SC¹

Angela Cristina Paviani. paviani@provinet.com.br.²

Rosana Rachinski D'Agostini. drosna@uniarp.edu.br.³

Cesar Augusto Bonatti. cabtti@gmail.com.⁴

Eliane Schleder Cezar Bonatti. eliane.schleder18@gmail.com.⁵

Luciano Caetano. luciano_caetano72@hotmail.com.⁶

João Paulo Preto Pierdoná. jppierdona@hotmail.com.⁷

Rudinei José Luizetto. jamanisrudinei@hotmail.com.⁸

Resumo – O presente resumo apresenta o relato de experiências de atividades desenvolvidas no curso de Extensão do PROESDE Desenvolvimento da UNIARP, com o envolvimento de acadêmicos em atividades de ensino, pesquisa e extensão, que resultou na implantação do projeto idealizado junto ao Rio do Peixe. A ECO BARREIRA RIO DO PEIXE – CAÇADOR-SC teve por objetivo impactar a sociedade, no sentido de alertá-los em relação ao lixo depositado em locais inadequados, que acaba sendo levado por enxurradas até o rio, despertando a consciência ecológica, para que a partir da visualização da poluição, a comunidade possa se sensibilizar da importância de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, saúde e gerenciamento adequado do lixo, buscando provocar uma possível transformação social, sensibilizando a comunidade para preservação do meio ambiente e contribuir com o desenvolvimento sustentável, com o intuito de replicar o projeto em outros municípios. A metodologia foi desenvolvida por meio estudos de conceitos e referências bibliográficas que contextualizaram e oportunizaram momentos de discussões e troca de saberes através das disciplinas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e questões socioambientais. Para a elaboração do projeto realizou-se visita *in loco*, aliada a pesquisas e práticas integradas a partir da realidade local e dos resultados obtidos nas pesquisas, visitas técnicas, relato descritivo de extensionista, visando agregar conhecimentos relacionados a outras barreiras ecológicas já em funcionamento. A aplicação de conhecimentos multidisciplinares e entendimentos além dos obtidos no seu curso de graduação resultou num produto pronto, proporcionando a vivência do ensino, pesquisa e da extensão, pois ao socializarem junto à comunidade, o projeto completou o ciclo de aprendizagem e objetivo do PROESDE.

Palavras-chave: Meio ambiente; educação, sensibilização, Rio do Peixe.

¹ O presente trabalho, refere-se às atividades extensionistas desenvolvidas pelos acadêmicos bolsistas do Curso de Extensão de 200 horas do Programa PROESDE/UNIEDU, durante o ano letivo de 2019.

² Professora Angela Paviani, Mestra coordenadora do curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento - UNIARP E-mail: paviani@provinete.com.br.

³ Rosana Rachinski D'Agostini, Mestra, Coordenadora de Extensão e Cultura – UNIARP – drosana@uniarp.edu.br

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia de Controle e Automação (bolsista)

⁵ Acadêmica do Curso de Administração (bolsista)

⁶ Acadêmico do Curso de Agronomia (bolsistas)

⁷ Acadêmico do Curso de Engenharia de Controle e Automação (bolsista)

⁸ Acadêmico do Curso de Direito (bolsista)

INTRODUÇÃO

O projeto desenvolvido nesta edição do curso de Extensão do PROESDE DESENVOLVIMENTO 2019, foi embasado em conceitos e referências bibliográficas que contextualizaram e oportunizaram momentos de discussões e troca de saberes, através das disciplinas relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável e Questões Socioambientais, Educação e Cidadania: suas relações e inter-relações entre a educação e o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social e pessoal; Políticas Públicas Educacionais para o Desenvolvimento, Cidadania e Responsabilidade Social; Características do Perfil Empreendedor: oportunidades, desenvolvimento de atitudes empreendedoras; Organizações Empreendedoras; Inovação e Criatividade; Fundamentos sobre Políticas Públicas; Elaboração e Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional; Estudo das Políticas Públicas regionais/locais.

Considerando os conhecimentos e estudos vivenciados no PROESDE edição 2019, onde foram abordados além dos estudos e pesquisas voltadas ao desenvolvimento regional e sustentável, os acadêmicos foram envolvidos em atividades de visitas técnicas e aproximação com a educação. Contudo os acadêmicos desenvolveram, além destas atividades, um projeto de extensão para socializar junto à comunidade denominado.

A partir disso, e considerando indicadores e modelos de análises das melhores práticas em desenvolvimento regional por meio de aulas teórico-práticas, seminários, visitas técnicas, atividades de estudo e pesquisa, compreendeu-se a necessidade de empreender numa perspectiva sustentável onde as ações são planejadas e projetadas.

Nesse contexto, é que o programa PROESDE é desenvolvido na UNIARP, na perspectiva de aceleração do desenvolvimento regional sustentado, implantando na sua região de abrangência projetos desenvolvidos por acadêmicos do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional.

É nesta perspectiva que os acadêmicos bolsistas, motivados pelas pesquisas e conteúdos estudados nesta edição 2019, desenvolveram um projeto de retenção de resíduos flutuantes no Rio do Peixe, intitulado: Eco Barreira do Rio do Peixe – Caçador, com objetivo de contribuir com o desenvolvimento regional, considerando as possíveis contribuições voltadas à sociedade Caçadoreense e demais municípios banhados pelo Rio do Peixe.

A Eco Barreira teve como perspectiva contribuir e despertar as potencialidades regionais, através do desenvolvimento e aplicação do projeto de extensão voltado a sustentabilidade e meio ambiente. Acredita-se que esta iniciativa vem para despertar outras potencialidades regionais voltadas ao aproveitamento e reciclagem de lixo, uma vez que os resíduos retirados do Rio do Peixe podem vir a gerar uma nova fonte de renda.

Além disso, para a implantação da Eco Barreira do Rio do Peixe houve a articulação e mobilização de órgãos públicos, empresas privadas e entidades, sendo que contamos com a parceria direta da Prefeitura Municipal de Caçador, por meio da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico e Instituto de Planejamento e Pesquisa de Caçador – IPUC, parceria e apoio do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador e apoio de duas empresas de Caçador: Seleme Materiais de Construção e ARPAPI Indústria Mecânica.

Somadas aos conhecimentos teóricos vivenciados pelos acadêmicos bolsistas, foram realizadas pesquisas e práticas integradas a partir da realidade local e dos resultados obtidos nas pesquisas, visitas técnicas que contribuíram para elaboração e implantação do projeto.

A implantação do Projeto Eco Barreira do Rio do Peixe de Caçador, oportunizou aos acadêmicos momentos de vivências e experiências junto à comunidade, mediante uma experiência extensionista aliando a teoria à prática, atendendo os objetivos do PROESDE que é contribuir com a formação acadêmica e cidadã dos participantes através de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com a aplicação do projeto, buscou-se impactar e sensibilizar a comunidade, no sentido de alertá-los em relação ao lixo depositado em locais inadequados, que acaba sendo levado por enxurradas até o rio e despertar a consciência ecológica da população para contribuir com o projeto e gerenciamento adequado do lixo, motivando o descarte correto de embalagens e contribuir com a melhoria da qualidade de vida e saúde da população.

A efetivação da Eco Barreira se justifica pelo cenário evidente que remete à busca de melhor qualidade de vida, melhores condições de trabalho, bem-estar social, ética e eficiência das instituições para minimizar problemas e aumentar a produtividade e o desenvolvimento, ensejando a modificação desses cenários.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Frente às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, as escolas vêm sendo questionada acerca do seu papel nessa sociedade, a qual exige um novo tipo de profissional, mais flexível e inovador, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade.

O crescente consumo leva à grande produção de resíduos, que pode resultar em graves impactos negativos quando ocorre sua disposição inadequada. A “disposição final ambientalmente adequada” é definida pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305 de 2010, no artigo 3º, como “distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos” “Rejeitos”, por sua vez, é definido nessa Política como “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010; BERNARDINO, 2016, pg.232).

Na esfera estadual, a Lei Nº 13.557 DE 2005 que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, traz em seu Art. 5º, parágrafo I, que um dos princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos é a integração das ações nas áreas de saneamento, meio ambiente, saúde pública, recursos hídricos e ação social.

Para despertar o interesse em relação ao desenvolvimento regional é necessário que ações sejam executadas desde a formação dos profissionais, ou seja, nas universidades e órgãos instituições de ensino. Com isso, os mesmos impulsionam o desenvolvimento regional de tal modo que o exercício profissional não se restrinja somente à esfera econômica, mas seja sustentável, ético e baseado em valores e nos interesses sociais (PAIVA et al.,2018).

É importante ressaltar que as transformações técnico-científicas vêm avançando rapidamente. O grande crescimento tecnológico desperta a preocupação, por parte das escolas, na melhoria da qualificação dos profissionais para que possuam melhores condições de transmitirem o conhecimento, gerando impactos na sociedade e, com isso, recebam maior reconhecimento na área da educação e valorização da sociedade em geral.

O curso de Extensão do PROESDE tem este viés que é promover o desenvolvimento regional e social, fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

Assim trazemos a discussão a fala de AGNOLIN no sentido de contextualizar e identificar o PROESDE, desde sua implantação no Estado:

Ressaltando que esta política pública do Estado de Santa Catarina teve seu marco início de 2003, por meio do artigo 170 da Constituição Estadual. Criado pela Secretaria Estadual de Educação/SED e das Secretarias de Desenvolvimento Regionais - SDRs, o PROESDE, inicialmente apresentava-se na forma de curso superior sequencial de extensão para formação de agentes de desenvolvimento regional, com uma carga horária de 630 horas. Sendo que neste período as universidades envolvidas no projeto foram as universidades comunitárias do Oeste e Meio-Oeste catarinense⁹, que compreende a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECO) e Universidade do Contestado (UnC). A partir de 2006, foram conveniadas as demais instituições conveniadas da ACAFE, expandindo assim o programa para outras IES e conseqüentemente abrangendo outras regiões do Estado de Santa Catarina (AGNOLIN et, al, 2016, p. 536-537).

Desta forma, observa-se que o PROESDE tem a finalidade de conceder a bolsa auxílio aos acadêmicos por meio de edital, e em contrapartida o acadêmico tem a oportunidade de participar do curso de Extensão de 200 horas e adquirir novos conhecimentos por meio do ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Extensão do PROESDE objetiva capacitar estudantes de graduação, mobilizando um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão, capaz de intervir nas políticas públicas, mediante articulação entre a formação acadêmica do estudante com o desenvolvimento socioeconômico da região. (UNIEDU, 2019, web).

Para o desenvolvimento do Projeto da Eco Barreira foi realizada pesquisa e contextualização o Rio do Peixe, descrevendo sua importância e abrangência O rio banha a cidade de Caçador, e outros 20 municípios do estado de Santa Catarina, sua nascente está no município de Calmon e sua foz no rio Uruguai, no município de Marcelino Ramos. Foi batizado com este nome pela abundância de peixes encontrada em suas águas.

Hoje devido à degradação ambiental causada pela expansão urbana desordenada, aliada ao desenvolvimento da indústria são as principais causas da poluição rio do Peixe. Outra fonte poluidora é o depósito de lixo nos rios, constituído de resíduos sólidos, principalmente residenciais, com destaque para o descarte inadequado de embalagens. Este material vai se acumulando, a sujeira dificulta a passagem da água acarreta o assoreamento, provocando enchentes quando

⁹ Trabalho Apresentado no GT1: Estado, Instituições e Planejamento - 3º SEDRES - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Blumenau/SC, 14 a 16 de setembro de 2016. O UNIEDU/PROESDE DESENVOLVIMENTO. AGNOLIN, TODESCHINI, 2016.

ocorrem chuvas intensas. A medida visa conter os possíveis resíduos sólidos que sejam jogados e acabem caindo dentro do rio.

Durante a pesquisa foi verificado que este projeto já funciona em alguns municípios, sendo algumas vezes desenvolvido por particulares ou na maioria por órgãos públicos com objetivo de reter o lixo e evitar enchentes nas suas cidades.

Abordamos no trabalho os estudos realizados pela CIDX/FGV onde existe trabalho bem significativo nesta área, onde foram já instaladas barreiras para reter os resíduos flutuantes, bem como desenvolvido projeto de aproveitamento e reciclagem do lixo:

O RIO ECOBARREIRA é um projeto de pesquisa aplicada na área de desenvolvimento sustentável. O projeto envolve a análise da sustentabilidade socioeconômica e ambiental de técnicas de redução do aporte de lixo flutuante em bacias hidrográficas. Este projeto está sendo conduzido pela SERLA (Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) com recursos do FECAM (Fundo Estadual de Meio Ambiente). Este projeto foi idealizado com o objetivo principal de remover e reciclar uma parcela do lixo flutuante presente nos rios que deságuam na Baía de Guanabara e no sistema lagunar da Barra da Tijuca, reduzindo, conseqüentemente, o aporte diário de lixo para aqueles corpos hídricos. (SERLA, web, 2019).

Para alcançar a meta de redução do lixo nos rios, lagoas e baías, o Rio Eco barreira atua tanto na remediação do problema, quanto na prevenção. Barreiras flutuantes - Eco Barreiras - instaladas nos rios permitem a remoção direta do lixo flutuante. Ações voltadas para a conscientização e educação da população sobre os impactos causados pelo lixo lançado nos corpos hídricos e para a viabilização da reciclagem nas comunidades buscam reduzir o problema em sua origem. A Eco barreira Piloto do Rio Irajá entrou em operação no mês de setembro de 2004. As eco barreiras sempre contaram com o apoio de Cooperativas de Catadores e parceiros locais (NUNES, 2011.)

Esta iniciativa dos acadêmicos UNIARP edição PROESDE 2019 trata-se de uma atividade inovadora e busca socializar junto à comunidade os conhecimentos adquiridos em sala de aula por meio do projeto que visa um maior envolvimento da comunidade caçadoreense para contribuir com a conscientização e sensibilização para preservação do meio ambiente.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do Projeto da Eco Barreira foi realizada pesquisa e contextualização o Rio do Peixe, descrevendo sua importância e abrangência. A metodologia empregada para desenvolvimento e implantação do projeto deu-se por meio de um relato descritivo de experiência extensionista, abordando no trabalho a pesquisa, aliado a estudos e pesquisas bibliográficas, visitas técnicas, visando agregar conhecimentos relacionado a outras barreiras ecológicas já funcionando.

Os acadêmicos bolsistas do PROESDE edição 2019 realizaram a *visita in* na área central de Caçador determinando o local de maior visibilidade e possível impacto à população para a implantação da Eco Barreira no Rio do Peixe. Foram realizadas visitas e consultas aos órgãos competentes para orientações legais e ambientais, posteriormente foram oficializados a respeito da instalação da Eco Barreira.

A partir da medição da largura do rio, de uma margem a outra foi definido o material necessário para a confecção da Eco Barreira. A estrutura é composta por 70 galões de 50 l agrupados, fixados entre si e envoltos por uma rede, para dar sustentação e mobilidade, sendo fixada de uma margem a outra do rio, por cabos de

aço de forma que a barreira possa acompanhar o nível da água do rio em caso de oscilações de volume.

A estrutura é composta por galões agrupados, fixados entre si e envoltos por uma rede, para dar sustentação e mobilidade, sendo fixada de uma margem a outra do rio, por cabos de aço de forma que a barreira possa acompanhar o nível da água do rio em caso de oscilações de volume. A Eco Barreira está instalada na diagonal entre as margens direita e esquerda do rio, de forma que o lixo flutuante se deposite em uma das margens, sendo desta forma possível a sua retirada. A estrutura e foi produzida com materiais recicláveis, uma das premissas da sustentabilidade.

Após a aquisição do material, as bombonas foram devidamente higienizadas com uma solução de água, hipoclorito e sabão neutro. (Bombonas reutilizadas). As tampas foram+ lacradas com a utilização de cola para pvc para evitar a entrada de água. A estrutura foi montada pelos acadêmicos e a implantação deu-se no dia 30/11/2019, contando com apoio da equipe especializada em mergulho da Guarnição do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador.

Figura 1 – Desenvolvimento da Eco Barreira



FONTE: Paviani, A. C. (2019).

Na instalação da barreira, foram envolvidos 38 acadêmicos, professores e parceiros como a Prefeitura Municipal de Caçador, (Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico e Instituto de Planejamento e Pesquisa de Caçador – IPUC, Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador e apoio de duas empresas de Caçador: Seleme Materiais de Construção e ARPAPI Industria Mecânica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de ações junto à Comunidade é um dos objetivos do PROESDE, assim o projeto da Eco Barreira do Rio do Peixe – Caçador- SC, teve esta perspectiva de socializar conhecimentos vivenciados durante o curso por meio de estudos, pesquisas, visitas técnicas e a aplicação destes conhecimentos aliando a teoria à prática.

Nesta perspectiva, é imprescindível o desenvolvimento de ações junto à comunidade, de forma a serem construídos novos e diferentes saberes, a partir da fusão do conhecimento popular com o científico,2 garantindo o intercâmbio de conhecimentos, o envolvimento com questões sociais e o desenvolvimento de ações de promoção da saúde a partir de um prisma holístico, onde as diversas visões de mundo sejam respeitadas. Para que tal desafio saia do campo das ideias é necessária a realização de projetos de largo alcance social, voltados para públicos diversificados e que sejam planejados visando atender às reais necessidades da população-alvo (SIQUEIRA, et. al, 2017, p. 2).

A implantação do projeto buscou aliar os conhecimentos teóricos vivenciados durante o curso com as práticas e experiências de outras Barreiras Ecológicas e/ou Eco Barreiras que deram certo. Partindo disso, destacamos o apoio da Prefeitura de Caçador que vem realizando a limpeza dos resíduos que param na barreira, como parceira do projeto, evidenciando que a iniciativa foi salutar.

Figura 2 – Implantação do projeto Barreira Ecológica do Rio do Peixe – Caçador



FONTE: (Paviani, A. C., 2019).

Registramos que no dia do lançamento foram realizadas entrevistas com os acadêmicos idealizadores do projeto, com a professora coordenadora do curso de Extensão PROESDE, Vice-Prefeito e Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, ao qual percebeu-se que o projeto teve grande aceitação, considerando que naquela data foi reforçada a parceria da Prefeitura Municipal de Caçador. Assim destacamos também a matéria do Jornal Extra datado do dia 19/12/2019, referente ao acompanhamento e retirada de resíduos flutuantes retidas na Eco Barreira.

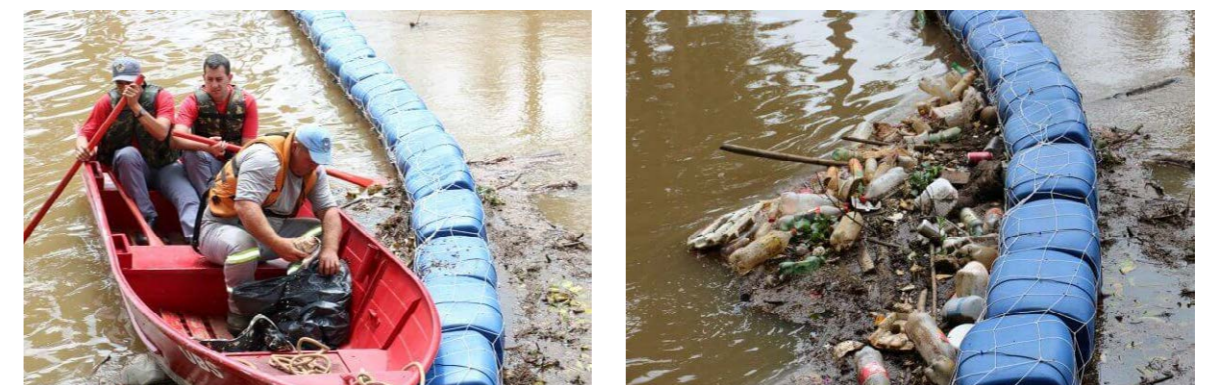
Lixo flutuante preso na Eco Barreira é retirado do Rio do Peixe

Publicação: 19/12/2019

Dia 19 de dezembro foi realizada a retirada do lixo preso na eco barreira instalada no Rio do Peixe em Caçador, no trecho entre a ponte da Rodoviária e a Ponte do Amor. Entulhos, garrafas plásticas, latas, calçados e outros materiais foram recolhidos. A ação teve apoio da Prefeitura de Caçador, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e dos Bombeiros Voluntários.

A Eco barreira foi instalada dia 30 de novembro, por acadêmicos da UNIARP, participantes do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE). Além de segurar o lixo flutuante, a eco barreira também promove a educação ambiental. (UNIARP WEB).

Figura 3 – Imagem retirada de resíduos preso na Eco Barreira.



FONTE: Foto dos arquivos disponíveis (web, UNIARP, 2019).

Vale ressaltar que periodicamente a retirada do material represado na Eco Barreira é realizado pela Prefeitura Municipal de Caçador, através da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, contando sempre com o auxílio do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador.

CONCLUSÕES

Com a elaboração e implantação da Eco Barreira do Rio do Peixe – Caçador – SC, contatou-se que os resultados obtidos foram de grande valia aos acadêmicos envolvidos, tendo em vista os conhecimentos e experiências vivenciadas, considerando as visitas técnicas, as pesquisas e oportunidade de aplicar um conhecimento adquirido que resultou num produto pronto. Com a implantação da Eco Barreira do Rio do Peixe efetivamente os acadêmicos bolsistas vivenciaram o ensino, a pesquisa e a extensão, pois ao socializarem junto à comunidade o projeto completou o ciclo de aprendizagem e objetivo do PROESDE.

Além disso, o PROESDE abrange várias áreas do conhecimento, contribuindo com experiências e aprendizagem os participantes mediante conhecimentos multidisciplinares, aliando saberes além dos obtidos no seu curso de graduação.

Da mesma forma, foi possível durante o curso de Extensão do PROESDE Desenvolvimento, mediante as atividades desenvolvidas, visitas técnicas e reuniões junto a instituições e órgãos públicos e Prefeitura, viabilizar o projeto proposto. Ressaltamos que os participantes conseguiram articular parcerias que contribuíram

na efetivação do projeto, entidades como o corpo de bombeiros voluntários e empresas, concretizando mais um dos objetivos do PROESDE que é articulação com órgãos públicos, instituições e empresas, ultrapassando os muros da Universidade, envolvendo a comunidade.

Registrando ainda que, a conscientização e sensibilização da comunidade nos trabalhos envolvendo a participação dos moradores é essencial para a intensificação e manutenção desse projeto, tornando-os autores e propagadores das atividades, buscando com a implantação de Eco Barreiras ao longo do Rio do Peixe e outros rios da região, numa perspectiva de promover um decréscimo na quantidade de lixo acumulado e progressiva despoluição dos rios.

Concluimos este relato com a perspectiva de ter dado o pontapé inicial em um projeto que poderá contribuir muito com o desenvolvimento regional e sustentável, voltadas ao desenvolvimento socioeconômico regional, pois acredita-se que os conhecimentos adquiridos muito contribuíram com a formação acadêmica e cidadã, bem como oportunizou uma melhor compreensão sobre as políticas públicas.

Por fim, ressaltamos a perspectiva de que a aplicação do projeto poderá ser estendida para outros municípios onde residem os acadêmicos participantes do PROESDE, ou ainda municípios que tenham interesse em contribuir com melhoria e preservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação da Eco Barreira do Rio do Peixe efetivamente os acadêmicos bolsistas vivenciaram o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como tiveram oportunidade de promover a conscientização e sensibilização da comunidade nos trabalhos envolvendo a participação dos moradores, sendo essencial para a intensificação e manutenção desse projeto, tornando-os autores e propagadores das atividades, buscando com a implantação de Eco Barreiras ao longo do Rio do Peixe e outros rios da região, promovendo um decréscimo na quantidade de lixo acumulado e progressiva despoluição dos rios.

Além disso, foi possível durante o curso de Extensão do PROESDE Desenvolvimento, mediante as atividades propostas que os bolsistas experienciaram, efetivar parcerias com outras instituições e segmentos da sociedade que contribuíram na efetivação do projeto, entidades como o Corpo de Bombeiros Voluntários e empresas, concretizando mais um dos objetivos do PROESDE que é articulação com órgãos públicos, instituições e empresas, ultrapassando os muros da Universidade, envolvendo a comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Uniarp pelo fomento e financiamento do projeto do Curso de Extensão do Proesde, com auxílio do governo do Estado de Santa Catarina, programa de Bolsas Universitárias UNIEDU/PROESDE. Agradecimento em especial ao apoio da Prefeitura Municipal de Caçador, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros Voluntários, Empresa Seleme Materiais de Construção, ARPAPI Indústria Mecânica.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Gilberto Luiz, TODESCHINI, Raquel. O UNIEDU/PROESDE DESENVOLVIMENTO. **3º SEDRES** - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. 2016, p. 536-538. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/soac/index.php/sedres/iiisedres>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Lei nº 13.557 de 17 de novembro de 2005.
 Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e adota outras providências, 2005.

BERNARDINO, Dandara; FRANZI, Barbar. **Lixo flutuante na Baía de Guanabara: passado, presente e perspectivas para o futuro.** Disponível em: <<file:///C:/Users/drosana/Downloads/47024-185892-2-PB.pdf>>. Acesso em 19 dez. 2019.

Ministério da Educação. **Sistema S Ensino Técnico.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32261>>. Acesso em: 20 nov.2019

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>

SANTA CATARINA, Secretária de Estado da Educação. **Ensino médio inovador-EMI.** Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/17003-ensino-medio-inovador>>. Acesso em: 12 outubro de 2019

SIQUEIRA, Samylla Maira Costa; JESUS, Viviane Silva de; SANTOS, Elane Nayara Batista dos; WHITAKER, Maria Carolina Ortiz; SOUSA Brendo Vitor Nogueira; CAMARGO, Climene Laura de. **Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável:** experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170021.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2019.

IRRIGAÇÃO DA HORTA ESCOLAR ATRAVÉS DE ÁGUA DA CHUVA¹

Miguel Ricardo Petri Rambo, miguel.rambo82@gmail.com²
Amador Tomaselli, amador@uniarp.edu.br³

Resumo

De fevereiro de 2020 a novembro de 2020 foi executado o projeto Irrigação da horta escolar através de água da chuva na Escola Municipal de Educação Básica Castelhana. Esta Horta Escolar foi elaborada no ano de 2019, projeto do PAEC também executado pelo autor, juntamente com a Comunidade Escolar. Os trabalhos iniciaram na aquisição dos materiais necessários como: mangueiras e conexões, fitas de gotejo, conectores e emendas da fita (doados pelo acadêmico). A Escola através da APP fez a doação dos materiais areia, brita, cimento e vergalhões para erguer a base de concreto da caixa d'água. O pagamento da mão de obra da base foi doado pelo acadêmico. Após instalar a caixa d'água sobre a base, foi conduzido os canos da calha do telhado da escola até ela; a fim de armazenar a água da chuva. Na saída da caixa foi instalado um sistema de filtros e levado a água até na horta através das mangueiras. Dentro da horta foi distribuído, em todos os canteiros, as fitas de gotejamento. A irrigação da horta escolar visa uma produção de hortaliças de forma sustentável por aproveitar a água da chuva. As hortaliças serão consumidas à merenda escolar dos alunos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Horta. Irrigação. Escola.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda que parte da população esteja consciente da necessidade de consumir hortaliças na alimentação diária, fatores como preço, falta de hábito e conhecimento, tem contribuído para o baixo consumo desses produtos. Uma das formas de torná-los presentes no dia-a-dia da população é o incentivo junto a crianças e adolescentes nas escolas.

Associados à influência dos meios de comunicação, três fatores contribuem grandemente para as mudanças nos hábitos alimentares dos mesmos: a falta de tempo dos pais, que acabam incentivando o consumo de alimentos industrializados, a provável falta de conhecimento sobre uma alimentação saudável e a influencia e/ou condição do grupo social.

O objetivo deste trabalho é transformar um espaço ocioso em mais um ambiente pedagógico, onde os alunos possam participar de atividades práticas e desenvolver trabalhos ligados à nutrição e educação alimentar obtidos da horta irrigada com água da chuva.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de conclusão do Programa de Apoio a Extensão e Cultura - PAEC, ministrado pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

² Acadêmico Miguel Ricardo Petri Rambo do Curso de Agronomia da UNIARP.

³ Professor Orientador Amador Tomaselli do curso de Agronomia da UNIARP.

O projeto enfoca também a importância das hortaliças, provocando o melhor aproveitamento e o reaproveitamento de alimentos, estimulando a produção e o consumo das mesmas. E ao cultivar a horta aprendem na teoria e prática todo o processo. Incentivando ainda os pais a adotar a horta em sua residência dando continuidade ao projeto.

HORTA ESCOLAR IRRIGADA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE dispõe da gestão da alimentação escolar, do Conselho de Alimentação Escolar, das cantinas e cozinhas nas escolas e o trabalho dos nutricionistas e da educadora na escola (BRASIL, 2010).

Quando os próprios alunos produzem as hortaliças despertam-se para o consumo das mesmas, provocando mudanças no hábito alimentar (Turano 1990) contribuindo para uma alimentação mais saudável.

Magalhães (2003) afirma que a utilização da horta escolar na educação visando estimular o consumo de hortaliças e na aprendizagem, torna possível reeducar a alimentação das crianças.

Magalhães (2003) afirma que a horta escolar estimula o consumo de hortaliças, é um fator interessante no sucesso da merenda escolar, mostrando o fruto do trabalho dos próprios estudantes.

METODOLOGIA

A metodologia para a criação do projeto foi dividido nas seguintes etapas:

- Foi construído uma base de concreto para suspender a caixa d'água 3,0 m de altura, oferecendo o desnível necessário para o funcionamento do sistema de irrigação;
- À água da chuva escoar pelo telhado e chega nas calhas existentes e por meio de canos foi direcionada até a caixa de armazenamento;
- Através de mangueiras, registros e fitas de gotejo apropriadas foi elaborado o sistema de irrigação por gotejamento nas plantas;
- Para melhor produtividade a horta será irrigada diariamente nos períodos de estiagem, evitando assim o estresse hídrico das hortaliças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto "Irrigação da horta escolar através de água da chuva" teve como premissa básica proporcionar uma horta irrigada sustentável, com respeito ao meio ambiente, enriquecendo a merenda escolar e criando o gosto das crianças por hortaliças.

Este projeto pode funcionar como aliado na perspectiva da prática pedagógica, contendo ações que incluam a alimentação escolar, na melhoria da qualidade de vida

e ao mesmo tempo que provoca mudanças nos hábitos e gostos alimentares dos alunos.

A horta escolar como fonte de alimentação e atividades didáticas, oferece grande vantagem à comunidade envolvida, como a obtenção de alimentos de qualidade e de baixo custo.

A horta escolar irrigada com água da chuva e o consumo de hortaliças permite relacionar a educação ambiental com educação alimentar e valores sociais, tornando possível a participação dos sujeitos envolvidos, desenvolvendo uma sociedade sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que esse projeto foi de grande valia para a comunidade escolar, pois a irrigação da horta foi um sucesso e está em pleno funcionamento. É um sistema sustentável por se tratar de reaproveitamento da água da chuva. Proporcionando aos alunos uma horta farta com produtos frescos, preservando o meio ambiente e visando uma alimentação mais saudável por parte das crianças, apontando os benefícios que hortaliças proporcionam à suas vidas.

Com toda certeza o objetivo foi alcançado porque a irrigação da horta trará mais produtividade e qualidade das hortaliças que posteriormente serão servidas na merenda dos alunos, que terão melhor entendimento da importância do setor primário aliado ao consumo de hortaliças, não apenas da comercialização no supermercado, mas aonde a produção de alimentos realmente acontece que é na terra e nesse caso, na própria horta escolar deles.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço o Programa de Apoio a Extensão e Cultura, oriundo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) que me concedeu a bolsa de estudos e a Escola Municipal de Educação Básica Castelhana pela oportunidade de aplicar o projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2010. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em:
http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf.
Acesso em: 20 nov. 2020.

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agros ecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

TURANO 1990, **A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis**.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118768/230911.pdf?sequence=1>

Acesso em: 20 nov. 2020.